SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

Da relação das pessoas e instituições que possibilitaram a realização deste livro, queremos expressar, primeiramente, nosso reconhecimento aos delegados e membros da Direção Nacional da Força Sindical, que gentilmente se predispuseram a preencher os questionários. Leôncio Martins Rodrigues é particularmente grato à Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP) pelo auxílio que lhe foi concedido, sem o que não teria recursos para a realização da pesquisa. Adalberto Moreira Cardoso contou com o apoio da Fundação Ford e do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (CEBRAP), onde é pesquisador. A essas instituições, os autores externam os seus agradecimentos. No rol das pessoas que contribuíram para que a pesquisa pudesse ter sido iniciada, cumpre mencionar a preciosa colaboração de Carlos A. Marques Novaes, Álvaro Comin, Vânia Malheiros Alves e Iram Jácome Rodrigues, que, incansável e graciosamente, colaboraram na parte de aplicação dos questionários.

Por outro lado, não é possível deixar de mencionar que, embora tendo apoiado a realização dessa investigação, e estando interessada em conhecer seus resultados, a direção da Força Sindical jamais interferiu no planejamento da pesquisa e nos trabalhos de interpretação dos resultados. Os autores da pesquisa sempre tiveram plena liberdade de trabalho e, consequentemente, são os únicos responsáveis pelas interpretações e análises do presente livro, a eles exclusivamente devendo ser imputadas as eventuais falhas da pesquisa.

São Paulo, outubro de 1992.

L. M. R. e A. M. C.

APRESENTAÇÃO

Este livro tem como principal objetivo traçar um perfil dos dirigentes e sindicalistas que participaram do congresso de fundação da Força Sindical: profissão, idade, sexo, entidades que representavam opiniões políticas e sindicais, etc. As informações foram obtidas através de um questionário aplicado a delegados e membros da Direção Nacional que participaram do congresso, realizado em São Paulo, no Memorial da América Latina, durante os dias 8, 9 e 10 de março de 1991.

A pesquisa

No planejamento da pesquisa, considerando a natureza do evento, calculamos que não seria possível trabalhar com uma amostra. Para que a seleção das unidades amostrais se tornasse factível, teríamos de ter, com antecedência, uma relação com os nomes dos delegados que iriam participar do congresso, de modo a proceder ao sorteio das unidades, quer dizer, dos delegados a serem entrevistados. Ocorre que essa relação, na melhor das hipóteses, só estaria disponível depois do credenciamento dos delegados. Em outras palavras: a seleção da amostra só se tornaria possível depois de iniciado o congresso. A experiência de outras pesquisas e uma visualização do cenário em que o congresso se realizaria convenceu-nos de que seria extremamente difícil localizar e entrevistar os delegados, uma vez iniciada a reunião, pois eles estariam, certamente, mais interessados nas discussões dos assuntos do congresso do que na prestação de informações aos pesquisadores. Por outro lado, a hipótese de se selecionar ao acaso, no recinto do congresso, um número determinado de participantes para a aplicação ou entrega do questionário também não pareceu factível. Por essa razão, a ideia de seleção de uma amostra foi abandonada e optou-se por tentar atingir todo o universo.

O melhor momento para isso seria o do credenciamento dos delegados, antes do início da abertura dos trabalhos. Imaginamos que todos os delegados teriam necessariamente de se apresentar pessoalmente no local de credenciamento, ocasião em que seriam "agarrados" para responder ao questionário. Contudo, para os propósitos mencionados (entrevistar todos os delegados presentes no congresso), a fila do credenciamento revelou-se

um local necessário, mas não suficiente, já que apenas os delegados de São Paulo se credenciaram pessoalmente na secretaria do congresso. Para as delegações de fora da cidade, os chefes ou coordenadores das delegações encarregaram-se sozinhos do credenciamento de todos os integrantes de cada delegação, que, na maior parte das vezes, em lugar de se dirigirem diretamente para o local do congresso, foram primeiro para os seus alojamentos. Quando isso aconteceu, foi entregue aos chefes de cada delegação um número de questionários correspondente ao de integrantes da delegação. Esses responsáveis, cujos nomes foram devidamente anotados, ficaram encarregados da distribuição dos questionários aos membros da delegação, de seu recolhimento e de sua posterior devolução aos organizadores da pesquisa. De modo geral, o índice de devolução foi elevado. Apesar disso, no momento da abertura do congresso e nos intervalos das sessões, auxiliados por constantes chamadas nos alto-falantes no auditório, o pessoal da pesquisa procurou localizar delegados que, por alguma razão, não haviam recebido o questionário ou, tendo-o recebido, não o haviam devolvido. No final, ficamos com 1.158 questionários válidos relativos aos delegados.

Acreditamos que esse número é altamente representativo dos delegados participantes, embora não tenhamos elementos para calcular com precisão essa representatividade. A crença de que foi obtido um índice elevado de representatividade decorre do fato de que os dois auditórios ocupados pelos congressistas, separados pelo palco, podiam acolher 1.300 pessoas. Contudo, somente na sessão final os dois auditórios estiveram quase inteiramente lotados. Considerando que dezenas de questionários preenchidos inadvertidamente por convidados, observadores e outros participantes que não eram delegados foram anulados, pensamos que o número de casos alcançados é bastante representativo dos delegados que participaram mais ativamente do congresso de fundação da Força Sindical. Julgamos que o número final de questionários obtidos permite que não se fale em termos de projeção amostral, mas de universo. Por outras palavras, o que se disser a respeito dos dados coletados será extensivo à totalidade dos delegados do I Congresso da Força Sindical, com uma possível (e pequena) exceção dos delegados analfabetos.[1]

[1] Como salientamos inicialmente, os questionários deveriam ser preenchidos pelos próprios entrevistados. Obviamente, os analfabetos não poderiam fazê-lo a não ser com o auxilio de

Oficialmente, pelos documentos da secretaria da Força Sindical, teriam participado do congresso de fundação 1.793 delegados, representando 783 sindicatos e federações, ao lado de 74 representantes de entidades internacionais. Não dispusemos de elementos que nos permitissem corroborar esse número, uma vez que não tivemos acesso às listas dos participantes e de suas respectivas entidades. Nossa impressão é que esse número é menor e que foram contabilizados como "delegados" muitos sindicalistas, dirigentes sindicais, observadores, assessores e outras pessoas convidadas.[2]

O questionário

Para coleta de dados, tendo em vista a natureza da pesquisa, decidimos que deveríamos utilizar um questionário autoaplicado com cerca de trinta minutos de duração. Acreditamos que dificilmente delegados de sindicatos, com seus interesses e atenções voltados para a realização do congresso, dedicariam mais tempo à pesquisa. Consequentemente, o questionário a ser respondido pelo próprio delegado deveria ser curto e simples, sem "filtros" e outros procedimentos que eventualmente pudessem dificultar a compreensão dos delegados de nível mais baixo de escolarização. Por isso, o questionário limitou-se a 25 questões, a maior parte delas fechadas. No geral, a proporção de respostas erradas, para a totalidade das questões, foi insignificante. Julgamos que contribuiu para isso o fato de se tratar de um congresso que reuniu, na grande maioria dos casos, diretores de sindicatos, quer dizer, sindicalistas com prática administrativa e escolaridade relativamente alta.

algum companheiro. É de se acreditar que os analfabetos, ou os de escolaridade muito baixa, estariam mais propensos a não responder ao questionário. Nesse caso, a porcentagem de analfabetos seria maior do que a encontrada (três casos). Acreditamos, no entanto, que a proporção de analfabetos entre os delegados dificilmente seria elevada, uma vez que se tratava de um congresso composto basicamente por trabalhadores urbanos com posições nas diretorias dos sindicatos.

[2] Na verdade, em congressos dessa natureza, com centenas de participantes, é difícil saber-se exatamente o número de delegados. Além disso, uma fração dos que estão classificados oficialmente como delegados tem uma frequência às reuniões variada e irregular. Por essa razão, consideramos que os questionários são altamente representativos dos que tiveram uma participação mais ativa e constante nas diversas sessões do congresso.

A Direção Nacional

Na apresentação e análise dos resultados, estão separados os dados referentes ao conjunto dos delegados e os referentes à Direção Nacional, eleita no último dia do congresso. Aqui também a intenção foi atingir todo o universo. No total, conseguimos 65 questionários. Estão incluídos nesse número os suplentes da Direção Nacional e os da Executiva Nacional, assim como os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal. No total, são 73 postos, oito a mais do que o número de questionários obtidos. Acontece que alguns nomes constantes da lista oficial da Direção Nacional aparentemente foram incluídos a partir de indicações e entendi mentos efetuados quando o congresso estava em curso. Alguns desses sindicalistas não confirmaram posteriormente sua participação na nova entidade ou perderam o contato com ela. Por essa razão, não foram entrevistados porque de fato não faziam parte da Direção ou da própria Força Sindical. No final, os 65 questionários dos diretores, cujos dados são aqui apresentados e analisados, referem-se aos dirigentes mais integrados, importantes e representativos da Força Sindical. Houve uma única exceção: a do presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, que, apesar de todos os nossos esforços, não foi possível entrevistar.

Cumpre esclarecer que os questionários referentes aos integrantes da Direção Nacional foram preenchidos, uma parte por ocasião da realização do congresso de fundação, outra parte numa reunião da alta liderança realizada na cidade de Praia Grande (litoral norte do Estado de São Paulo) e outra parte, em São Paulo, depois da realização do congresso.

A distribuição das profissões/ocupações

Como sempre acontece, a criação de classes de profissões/ocupações constituiu um dos pontos mais difíceis da pesquisa. No final, para a criação de classes mais abrangentes suscetíveis de operacionalização, optamos por utilizar uma combinação de critérios, de modo a considerar não apenas a profissão/ocupação como também a categoria profissional, informação importante num estudo sobre sindicatos. Por essa razão, os bancários, por exemplo, estão separados dos empregados de escritório. Um escriturário de banco, consequentemente, será classificado como "bancário" se trabalhar em banco. Poderá, contudo, aparecer como um "não manual do comércio e

serviços" se trabalhar no comércio. Os profissionais de nível médio e superior, agrupados em categoria à parte, foram classificados pela sua formação profissional e não pelo setor econômico em que estavam empregados, ao contrário do que aconteceu com os operários industriais, classificados pelo tipo de empresa. Desse modo, eletricistas ou pintores empregados numa dada indústria, digamos, a metalúrgica, não serão classificados como "artesãos" ou "trabalhadores manuais especializados", mas como trabalhadores industriais. As margens de erro, nesta questão, serão, provavelmente, maiores do que nas demais.

A análise

Na análise das tabelas procuramos evitar termos técnicos, de modo a tornar a leitura desse livro acessível para o grande público, especialmente para sindicalistas e ativistas do movimento sindical. De modo geral, as interpretações das tabelas e quadros precedem a apresentação gráfica das mesmas.

Por outro lado, de modo a chamar a atenção para as especificidades da Força Sindical, sempre que possível e necessário fizemos comparações com dados de outras centrais, principalmente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a mais importante das centrais sindicais e para a qual se têm mais informações.

I. INTRODUÇÃO

Nos dias 8, 9 e 10 de março de 1991 surgia mais uma central sindical no país: a Força Sindical. Seu logotipo, fugindo da simbologia habitual dos movimentos operários e dos sindicatos, é uma flor, uma flor amarela no interior de um sol vermelho. O girassol – como expressou seu presidente e idealizador, Luiz Antônio de Medeiros – representa a vida, enquanto o sol, representa a fonte de vida, a energia que dá a força, a luz que guiará a nova central ao seu grande destino.

A Força Sindical, como outras entidades de trabalhadores, surgiu com um projeto ambicioso: mudar a sociedade, mudar o Brasil. Mas mudança, aqui, não remete aos projetos do sindicalismo ocidental em suas épocas heroicas. Se é verdade que, então, se desejava uma nova sociedade, esta se identificava geralmente com o socialismo, onde a classe operária – fundamentalmente os trabalhadores manuais – assumiria o poder político, eliminando os burgueses exploradores, os aristocratas ociosos, o clero mistificador, os militares opressores e outros parasitas do trabalho alheio. A Força Sindical, ao contrário, propõe-se lutar pelo capitalismo. A mudança se referiria ao conteúdo do capitalismo que existiria entre nós. A nova sociedade desejada pela Força Sindical, como diz seu programa, seria "uma sociedade moderna, com base na competição, prosperidade, produtividade, democracia e participação".[1] A Força Sindical se apresenta como contrária ao "capitalismo selvagem", que se basearia na prática dos cartéis e monopólios e na busca dos favores e benesses do Estado. Seu ideal é uma economia de mercado mais aberta, nos quadros de uma "sociedade moderna, competitiva, democrática, competente e progressista", livre da corrupção e do paternalismo estatal. Em lugar da transição do capitalismo para o socialismo, como pretende a Central Única dos Trabalhadores, sua principal rival, a Força Sindical luta pela "transição do capitalismo selvagem para uma sociedade moderna, avançada e competitiva".[2] Para se chegar a uma tal sociedade, mais moderna, democrática e igualitária, a Força Sindical defende uma "distribuição mais justa da renda nacional, a democratização das relações sociais, econômicas e políticas e a retomada do

[1] "Os Princípios da Força", *Força Sindical*, ano I, nº 1, junho de 1991, p. 37.
[2] *Idem*, p. 39.

desenvolvimento com justiça social". Esses objetivos implicariam uma maior participação dos trabalhadores nos sistemas decisórios, "ao lado dos governantes e dos representantes das forças políticas e empresariais", que a Força Sindical não pretende excluir.[3] De modo mais sintético: a Força Sindical incorpora os principais componentes de um "liberalismo social" (embora o termo não seja utilizado) com vistas a uma sociedade democrática no interior da qual um espaço importante deveria ser reservado aos trabalhadores, tanto do prisma político (participação nas decisões e órgãos deliberativos do Estado) como do prisma econômico (ampliação da participação dos assalariados n.t renda nacional).

No plano trabalhista, a Força Sindical pronuncia-se contra a estrutura corporativa e contra a intervenção do Estado nas relações entre empregados e empregadores e a favor de um sindicalismo "independente, pluralista, democrático e apartidário", defendendo a implantação do contrato coletivo de trabalho, a livre negociação, a liberdade e a autonomia sindicais, a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a organização sindical nos locais de trabalho. No plano social, a Força Sindical reivindica a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a cogestão e uma distribuição mais justa da renda nacional.

No plano econômico, a Força Sindical defende uma reforma agrária "sem ideologização da luta", com aproveitamento das terras devolutas,[4] a defesa das empresas públicas estratégicas, insistindo, contudo, que se faz necessária a reforma do Estado e a revisão de sua atuação, assim como das estatais, que só "servem de cabide de emprego".[5]

No plano político-institucional, a Força Sindical pronuncia-se a favor do parlamentarismo e assume uma posição pluralista, favorável ao fortalecimento das centrais sindicais, das associações empresariais, dos partidos políticos e de todas as formas de organização social necessárias para o desenvolvimento democrático.

[3] *Idem*, *passim*.
[4] Trata-se de uma posição radicalmente contrária à defendida pela CUT, que prega a reforma agrária "sob controle dos trabalhadores".
[5] Porém, o "Programa de Lutas e Estratégias de Ação" da Força Sindical explicita que se deve opor à redução do quadro de funcionários "através da demissão dos mesmos", pois não será "através do desemprego que se conseguirá levar adiante o desenvolvimento e a paz social de que o país tanto necessita".

A questão ecológica, habitacional e educacional, a formação da mão de obra, as reivindicações femininas e a organização da mulher trabalhadora, o cooperativismo e o mercado informal são outros temas destacados no programa de lutas da Força Sindical.

A defesa das "empresas públicas estratégicas", a reivindicação da participação dos trabalhadores na gestão da previdência social ao lado de demandas mais gerais – que envolvem segmentos sociais mais amplos do que os trabalhadores – indicam que a Força Sindical quer ir mais longe do que um simples *business union*, ou seja, um sindicalismo de negócios, orientado fundamentalmente para a defesa corporativa de grupos de trabalhadores. Desse ângulo, há um toque socialdemocrata no programa da Força Sindical, que pretende compatibilizar a economia de mercado com certo intervencionismo na esfera social.[6]

Por outro lado, o apartidarismo da Força Sindical não deveria ser confundido com apoliticismo ou economicismo. Este ponto tem sido enfaticamente salientado por Medeiros já antes da formação da Força Sindical.[7]

Aceitando a economia de mercado, buscando modernizar o capitalismo e defendendo o pluralismo político, o programa da Força Sindical afasta-se consideravelmente dos de outras centrais sindicais, do passado e do presente. Em termos de seu conteúdo formal, a proposta programática da Força Sindical – que reflete basicamente as ideias defendidas há alguns anos por Medeiros – fica entre a liberal-democracia e a socialdemocracia. Não queremos dizer que a proposta socialista tenha sido, sempre, colocada, explícita ou implicitamente, pelas centrais anteriores e outros organismos de cúpula do movimento sindical, mas sim que nunca o liberalismo econômico, o pluralismo e a democracia representativa tinham sido afirmados tão vigorosamente no interior do sindicalismo brasileiro por uma central da importância da Força Sindical.[8]

[6] A Força Sindical pede políticas habitacionais, educacionais, culturais, de saneamento, de habitação, de saúde, etc. orientadas para o conjunto da população pobre e grupos desprotegidos da sociedade brasileira: crianças, idosos, aposentados, etc.
[7] Por exemplo, em 1988, num debate com Lula, Medeiros declarava: "Eu jamais disse, em lugar algum, que sou apolítico. Eu faço política, que eu considero política sindical Sou contra a partidarização dos sindicatos" *(Jornal da Tarde,* 27.4.88).
[8] Num passado não muito remoto, nos anos de 1961-64, o antigo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), embora não colocasse explicitamente o socialismo como meta, nem

A proposta da Força Sindical ganha maior nitidez quando a comparamos com a da CUT. Se a Força Sindical pretende-se "moderna, democrática, independente, apartidária, pluralista e latino-americana", a CUT pretende-se "classista, democrática, autônoma, unitária, de massas e pela base". Em oposição ao projeto "neoliberal", a CUT oferece um projeto alternativo: a construção de uma sociedade socialista, resultado da conquista do poder político pela classe operária. O papel da CUT seria "fazer avançar a luta de classes", sendo a greve geral "o principal instrumento da classe trabalhadora". Enquanto a Força Sindical quer ficar nos marcos de um capitalismo modernizado e democrático, a CUT entende que, para se conseguir uma sociedade democrática, seria preciso superar o capitalismo e chegar ao socialismo. Assim, enquanto a Força Sindical aceita as privatizações dos setores não estratégicos, a CUT, embora considere necessário lutar pela democratização do Estado, entende que a ele cabe um "papel insubstituível [...] na retomada do desenvolvimento econômico e na solução dos grandes problemas sociais".[9] No final, diante do projeto "social-liberal" da Força Sindical, a proposta da CUT poderia ser classificada como socialista-democrática, o que não significa dizer socialdemocrática, corrente negada oficialmente por todas as facções existentes no interior da CUT.

Entre a Força Sindical e a CUT, se assim se pode dizer, situa-se a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), de conformação ideológica menos precisa. Nascida das divergências que separaram, de um lado, as

de longe entendia que os aspectos que considerava negativos na sociedade brasileira poderiam encontrar solução através da economia de mercado. Pelo contrário, o antigo CGT, sob influência dos comunistas e dos trabalhistas nacionalistas, propunha um programa das "reformas de base" (reformas agrária, bancária, urbana, judiciária, eleitoral, tributária e universitária, que implicavam maior centralização, maior participação do Estado, maiores restrições ao capital estrangeiro) como uma via para um "governo democrático, reformista e nacionalista", sendo os inimigos principais os "imperialistas" e os "latifundiários". Naqueles anos, o desenvolvimento econômico e a democracia seriam obtidos, não pelo encolhimento do Estado, mas pela sua expansão. No plano propriamente sindical, o CGT aceitava a estrutura sindical corporativa, e no plano político-institucional, era decididamente presidencialista. Sobre o CGT, ver Lucélia de Almeida Neves, *O CGT no Brasil, 1961-1964,* Belo Horizonte, Vega, 1981; e Sérgio Amad Costa, *O CGT e as Lutas Sindicais no Brasil,* São Paulo, Editora do Grêmio Politécnico, 1981 e, do mesmo autor, *Estado e Controle Sindical no Brasil,* S. Paulo, TAQ 1986.

[9] "Estratégia da CUT', Resoluções do IV Congresso Nacional da CUT, 4 a 8 de setembro de 1991, p. 6". A opção formal pelo socialismo foi aprovada no II Congresso e reafirmada no IV Congresso.

lideranças que formaram a CUT e, de outro, os sindicalistas dos dois partidos comunistas, do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e de outros grupos mais moderados liderados por Luiz Antônio de Medeiros e Antônio Rogério Magri (que logo depois comporiam a tendência do chamado "sindicalismo de resultados"),[10] a proposta da CGT é mais dificilmente definível.[11] De modo muito esquemático: na medida em que a CGT não defende o socialismo e nem se manifesta claramente a favor da economia de mercado e da liberal-democracia, em termos programáticos essa central poderia ser situada politicamente numa posição intermediária entre a Força Sindical e a CUT. A Força Sindical estaria, assim, à direita da CGT. Obviamente, a Força Sindical rejeita esse tipo de colocação tradicional

[10] Para uma análise da trajetória de Luiz Antônio de Medeiros e do "sindicalismo de resultado", ver: Adalberto Moreira Cardoso, A Negação Contestada: Pragmatismo Sindical e Democratização, São Paulo, 1992 (mimeo), especialmente o capítulo IV, "A Estratégia Sindical Pragmática".

[11] Tal como a CUT, múltiplas tendências participaram da criação da CGT. Porém, algumas cisões foram afetando a natureza dessa central, apoiada muito fortemente sobre a estrutura sindical oficial e contando com o apoio de importantes confederações, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito, etc. Quando de sua formação, a presença dos dois partidos comunistas, a rejeição da Convenção 87 da OIT e da pluralidade sindical, a defesa das empresas estatais, a posição favorável ao restabelecimento do poder normativo da Justiça do Trabalho e outras reivindicações lembram – de modo muito mais moderado – o corporativismo antiliberal do antigo Comando Geral dos Trabalhadores (mas, agora com um coeficiente bem fraco de nacionalismo) Para complicar o perfil inicial da CGT, havia no interior dessa central a linha do "sindicalismo de resultados", mais próxima ideologicamente do sindicalismo norte-americano, patrocinada particularmente por Magri e menos enfaticamente por Medeiros. A saída dessa central dos comunistas (dos dois PCs) e do MR-8, o afastamento de Magri (que havia sido eleito presidente da CGT no tumultuado congresso de 1989) e a ascensão de Francisco Canindé Pegado do Nascimento à presidência (quando da ida de Magri para o Ministério do Trabalho e Previdência Social) alteraram novamente o perfil da central, mas não contribuíram para sua melhor caracterização ideológica. A CGT defende, além de demandas pontuais, um sindicalismo sem subordinação partidária, a unidade de ação com as outras centrais, o diálogo com o governo e empresários, o parlamentarismo, procurando principalmente pressionar o congresso através de uma atuação em forma de lobby, de propostas de anteprojetos de lei e de participação em comissões governamentais e legislativas. Em 1990, a CGT lançou a ideia dos Comitês de Ação Político-Parlamentar - (CAPP) "a fim de apoiar candidatos ao legislativo que assumam compromisso com um programa de trabalho não importando o partido". Em 1991, um Programa Compromisso foi assinado com o PDC. Cf. *Os Rumos e Desafios do Sindicalismo,* resumos de palestras e debates organizados por Walter Tesch, do Instituto Nacional de Estudos e Formação Sindical da CGT, 1991. A atuação política mais ampla da CGT, todavia, contém uma marca nacionalista, como demonstra a resistência aos processos de privatização de empresas.

que localiza as posições ideológicas em torno do eixo direita-esquerda, sendo as posições de esquerda tanto mais acentuadas quanto mais favoráveis forem à intervenção do Estado, e as de direita tanto mais acentuadas quanto mais defenderem o liberalismo econômico. No entender dos seus fundadores, a Força Sindical, pelo contrário, seria a alternativa moderna, que escaparia do esquema direita-esquerda. A Força Sindical entende que a CUT representaria o "radicalismo estéril", o "partidarismo inconsequente" e a CGT, a "proposta conservadora", o "conformismo". A ambição da Força Sindical é ser a central deste final de século pós-socialista, capaz de defender os interesses dos trabalhadores aqui e agora, sem relacionar as reivindicações imediatas à luta pelo socialismo, quer dizer, sem propostas utópicas que acabariam, na concepção da central, por conduzir ao "socialismo burocrático". Desse ângulo, a Força Sindical marca, em seu discurso, um rompimento com as tradições corporativas, nacionalistas e socialistas das correntes mais militantes do sindicalismo brasileiro e parece mais adaptada às mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que estão marcando esse final de século. Mas, em compensação, ela nasce bem mais fraca do que as anteriores CUT e CGT, devendo tentar progredir num mercado já ocupado pelas centrais formadas na década passada. Por isso mesmo, conta com vantagens e desvantagens na competição com suas rivais, aspecto que será tratado no capítulo final, depois da apresentação dos dados que visam oferecer ao leitor um conjunto de informações sobre as características dos delegados que participaram do congresso de fundação e da Direção Nacional eleita nessa ocasião.

II. Características Gerais dos Delegados

Neste capítulo, com base nos dados sobre composição etária, escolaridade, estado civil, sexo e local de residência, procuraremos oferecer ao leitor uma rápida apresentação das características demográficas dos delegados ao I Congresso e dos membros da Direção Nacional eleitos nessa ocasião. Os dados relativos à ocupação/profissão serão tratados mais adiante.

Idade dos delegados e dos membros da Direção Nacional

O Quadro I-1 mostra a distribuição das frequências marginais referentes às classes de idade dos delegados e dos membros da Direção Nacional da Força Sindical. Os delegados com idade acima de 40 anos compreendem aproximadamente 43% dos congressistas. A idade de 38 anos divide a população ao meio: 50% têm até 38 anos e 50% têm acima de 38 anos (mediana). Finalmente, 38 anos é também a idade que apresenta a maior frequência entre todas as outras (moda).

Vê-se que os membros da Direção Nacional tendem a ser mais velhos do que a massa de delegados. Entre estes, 16% têm menos de 29 anos, enquanto, no caso da Direção Nacional, há somente cerca de 5% nessa situação. Porém, tanto entre os delegados como entre a Direção Nacional, a frequência modal localizou-se na faixa de idade entre 30 e 39 anos.

Quadro I-1
Delegados e direção nacional

Idade	*Delegados*	*Direção Nacional*
16 a 20 anos	1,8	–
21 a 29 anos	14,6	4,8
30 a 39 anos	40,9	42,9
40 a 49 anos	26,8	33,3
50 anos ou mais	15,9	19,0
Total	100,0	100,0
N	1.151	65

Trata-se de idade relativamente elevada, se comparada a certos parâmetros pertinentes ao grupo de pessoas com que se está trabalhando. Em primeiro lugar, os delegados do congresso da Força Sindical eram mais idosos do que os delegados do UI Congresso da CUT (Belo Horizonte em

1988),[1] onde a média de idade foi 33,1 anos. Além disso, 75% dos delegados que participaram do III CONCUT tinham entre 21 e 39 anos de idade, enquanto, entre os delegados da Força Sindical, esta faixa etária congregava 57% dos delegados. A diferença não parece muito acentuada, mas devemos considerar que os dados, para a Força Sindical, referem-se ao seu primeiro congresso, enquanto, para o caso da CUT, referem-se ao terceiro (na verdade o quarto, porque o congresso de fundação não foi considerado como o primeiro, tendo a CUT sido criada em 1983). Assim, parece muito provável que a média de idade dos delegados cutistas seria ainda mais baixa se os dados fossem colhidos em 1983, quando surgiu a CUT. É possível esperar, com base nesses dados, um maior tempo de atividade no movimento sindical dos delegados da Força Sindical do que dos da CUT, bem como uma maior vinculação à instituição sindical como tal, no sentido de uma "carreira" consolidada no sindicato, e não no mercado de trabalho (o que é uma maneira de dizer que se terá na Força Sindical, em termos relativos, maior número de "diretores sindicais" do que na CUT).

Essa expectativa baseia-se numa interpretação possível do que já se conhece sobre a CUT, o que permite levantar a hipótese de que a juventude dos delegados ao seu III Congresso tinha muito a ver com o fato de o congresso da CUT ter reunido – além de sindicalistas que recentemente tinham ascendido a postos nas diretorias de suas entidades – uma grande quantidade de militantes jovens, muitos dos quais sem posições na estrutura sindical oficial. Se assim é, pode-se imaginar que a "velhice relativa" dos congressistas da Força Sindical deve-se a que esta teria congregado militantes há mais tempo radicados nos sindicatos e que não encontraram lugar (quaisquer que sejam as razões) nas alternativas oferecidas pela CUT e pelas CGTs. O prosseguimento da análise trará mais elementos para respaldar essa hipótese.

Em segundo lugar, se comparamos a distribuição etária dos delegados da Força Sindical com a PEA (População Economicamente Ativa) urbana

[1] Todos os dados relativos ao III Congresso Nacional da CUT foram retirados de Leôncio Martins Rodrigues, *CUT: Os Militantes e a Ideologia,* São Paulo, Paz e Terra, 1990, e Leôncio Martins Rodrigues, Maria Silvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.*

com idade acima de 20 anos,[2] a idade relativa dos primeiros surge ainda mais elevada: a PEA urbana apresentava, em 1988, mais de 55% dos trabalhadores entre 20 e 39 anos e apenas cerca de 30% com mais de 40 anos. Ao mesmo tempo, na faixa de idade entre 30 e 39 anos, temos somente um quarto dos trabalhadores urbanos, em 1988, contra os mais de 40% de delegados da Força Sindical (a maior concentração relativa entre os congressistas).[3]

A representação dos Estados

A participação dos delegados de sindicatos no I Congresso da Força Sindical reflete a trajetória de seu líder máximo e das forças que o apoiaram. Nada menos do que 45% dos delegados presentes provinham do Estado de São Paulo, com uma representação relevante ainda nos Estados de Minas Gerais (aproximadamente 13%) e Paraná (quase 12%). Nos demais Estados e regiões, a Força Sindical apresentou, até a realização de seu primeiro congresso, pequena ou nula capacidade de penetração, com destaque para os parcos 3,2% de delegados provindos da Região Norte.

Tabela I-1
Delegados segundo região, por classes de idade

Região de origem	*Idade em anos*						
	16-20	*21-29*	*30-39*	*40-49*	*+ de 49*	*Total*	*N*
São Paulo	0,9	12,2	44,1	26,5	16,3	100,0	547
Paraná	3,5	15,5	48,1	21,7	11,2	100,0	143
RJ e ES	2,2	10,9	39,1	34,8	13,0	100,0	92
Minas Gerais	1,8	18,6	32,7	25,7	21,2	100,0	155
RS e SC	3,5	22,8	40,4	19,3	14,0	100,0	57
Nordeste	3,7	16,8	30,9	29,9	18,7	100,0	107
Norte	-	10,3	33,3	38,5	17,9	100,0	39
Centro-Oeste	-	12,5	43,7	31,3	12,5	100,0	64

Percebe-se ainda, na tabela acima, que os delegados mais velhos provêm do Estado de Minas Gerais e depois do Norte e do Nordeste, ao passo que os mais jovens são os delegados do Rio Grande do Sul e de Santa

[2] Tal corte se justifica se considerarmos que apenas 1,7% dos congressistas da Força Sindical tinha menos de 20 anos, o que permite uma comparação mais refinada entre as faixas etárias de maior concentração na Força Sindical e na PEA urbana.
[3] A PNAD de 1988 traz os seguintes dados básicos: entre as mulheres, quase 60% tinham entre 20 e 39 anos, enquanto entre os homens o percentual chegava a 55%.

Catarina. Os demais acompanham a distribuição da população presente no congresso, com grande concentração na faixa entre 30 e 39 anos para todos os Estados. Seria de se esperar um maior contingente relativo de delegados mais velhos entre os de São Paulo, na medida em que a "juventude" dos militantes sindicais desse Estado parece estar vinculada à CUT. Mas isso não se verifica tomando-se os delegados de outros Estados como parâmetro. Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, a região Norte e a região Nordeste, malgrado o pequeno número de delegados, enviaram os delegados mais idosos (50% ou mais acima de 40 anos, com Minas apresentando mais de 20% acima de 50 anos). Ou seja, São Paulo, embora conte com delegados de idade relativamente avançada em relação a parâmetros de fora da Força Sindical (CUT e PEA urbana), ainda assim enviou os delegados com idade relativa menor do que os dos demais Estados representados.

A Direção Nacional reflete a distribuição regional dos delegados verificada no I Congresso. Os dirigentes de entidades localizadas no Estado de São Paulo compreendem mais da metade da Direção Nacional. Em segundo lugar, bastante distanciados, estão os do Rio e do Espírito Santo (14%) e do Paraná (9%). Esses dados vêm corroborar as observações precedentes sobre a dificuldade que a Força Sindical encontrou para consolidar-se em outros Estados além dos mencionados.

Quadro I-2
Direção Nacional

São Paulo	52,4
Rio de Janeiro e Espírito Santo	13,8
Paraná	9,2
Santa Catarina e Rio Grande do Sul	7,7
Minas Gerais	6,2
Nordeste	7,7
Noite	1,5
Centro-Oeste	1,5
Total	100,0
N	65

A presença mais forte do Sudeste e do Sul no I Congresso da Força Sindical é expressão de vários condicionantes. Primeiro Luiz Antônio de Medeiros e outros sindicalistas construíram sua central em espaço de tempo relativamente curto. Entre a primeira manifestação pública de seu presidente a favor da formação de outra central até o primeiro congresso,

passaram-se menos de dez meses.[4] Em segundo lugar, diferentemente do que aconteceu quando da organização da primeira CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) em 1981[5] e, em ampla medida, da CUT e depois da CGT, em 1986, a Força Sindical encontrou a área sindical ocupada pela existência de outras centrais. Nesse contexto, para a organização da nova entidade, os sindicalistas que se lançaram à criação da Força Sindical só puderam contar, praticamente, com a infraestrutura e os recursos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e, em menor medida, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação.[6] Fato importante é a dificuldade de a nova central penetrar na área rural e ganhar sindicatos de trabalhadores rurais, principalmente das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.[7] Aqui, não se trata apenas de limitações de tempo

---

[4] Em junho de 1990, Luiz Antônio de Medeiros veio a público pela primeira vez com o projeto de uma nova central sindical. É claro que as negociações com outras lideranças sindicais com esse intuito já vinham de longa data. Em dezembro de 1988, numa entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo,* ele dissera que estava em seus planos a criação de uma nova central, porque "a CUT não é uma central sindical, pois é vinculada a um partido, e a CGT está muito burocratizada". Ver Adalberto Moreira Cardoso, *A Negação Contestada: Pragmatismo Sindical e Democratização, op. cit.*

[5] Para a formação da CONCLAT e das forças sindicais aí presentes, cf. Clarice M. Menezes e Ingrid Sarti *"CONCLAT: A Melhor Expressão do Movimento Sindical Brasileiro",* Rio de Janeiro, ILDES, 1983; Leôncio Martins Rodrigues, "O Sindicalismo nos Anos 80. Um Balanço", *São Paulo em Perspectiva,* vol. 4, nº l, São Paulo, Fundação SEADE, jan./mar. de 1990, e "Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais" em Armando Boito Jr. (org.), *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80,* São Paulo, e *I Conferência das Classes Trabalhadoras,* Rio de Janeiro, Tempo e Presença Editora, 1984, ed. da CUT.

[6] O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo tem-se caracterizado pelo suporte material a várias campanhas de outros sindicatos na região Leste do Estado de São Paulo, entre elas a de caminhoneiros e estivadores de Santos, o que estabeleceu uma rede de afinidades que facilitou em muito a participação de sindicatos dessa região no Congresso.

[7] Não é por outra razão que, em seu discurso de posse como presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros reservou grande parte de sua fala para denunciar o que denominou "a matança de trabalhadores no Brasil". Em seus termos, "um país em que o direito do trabalhador é tratado como crime, e em que os criminosos são tratados como heróis ou ficam impunes, não é um país democrático". (Discurso de posse no encerramento do I Congresso). Em outros termos, ao tomar posse, Medeiros não falou para os congressistas presentes, mas para aqueles que não estavam representados no I Congresso da Força Sindical, isto é, os sindicatos rurais. Ao mesmo tempo, delineou de maneira explícita o próximo alvo que se consumaria logo em seguida ao final do congresso. Em abril de 1991, Medeiros e assessores passaram duas semanas na região amazônica, procurando filiar sindicatos numa área tida como "reduto" da CUT. A manchete de primeira página do *Jornal do Brasil* de 23.04.91 dizia: "Medeiros entra em área da CUT".

e recursos, mas, principalmente, do fato de que a CUT e/ou a Igreja (através de suas organizações atuantes entre trabalhadores rurais) controlam a grande maioria dos sindicatos importantes desse setor nas regiões mencionadas.

Isso significa que – se a Força Sindical conseguiu atrair unia variedade de entidades que não encontravam espaço nas centrais existentes (CGT, CUT, USI), ou que a elas eram filiadas pela inexistência de alternativas – no caso dos sindicatos rurais, a nova central terá de concorrer com um movimento razoavelmente consolidado e com suas lealdades definidas, notadamente nas regiões em que os conflitos de terra, por exemplo, são mais fortes. Por outro lado, na área dos sindicatos mais conservadores, a Força Sindical deve enfrentar especialmente a Confederação Geral dos Trabalhadores. Assim, a quinta central a ser criada no país, depois da abertura política, para se expandir como salientamos na *Introdução*, deverá quase que obrigatoriamente, entrar em território já ocupado pelas demais centrais: CUT, Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT1), Central Geral dos Trabalhadores (CGT2) e União Sindical Independente.[8] A alternativa será – aproveitando as mudanças ocorridas com a Constituição de 88, que tornaram livres a formação de novas entidades – tentar criar novos sindicatos nas bases de sindicatos ligados às centrais rivais. Como o mesmo comportamento é adotado pela CUT através, notadamente, da formação de federações nas bases da Força Sindical, pode-se esperar uma notável multiplicação do número de entidades formadas, registradas em cartório ou no Ministério do Trabalho, e reivindicando o direito de recebimento das verbas da contribuição sindical.

Capital e interior

Como já salientamos, as principais bases de apoio da Força Sindical vieram fundamentalmente de sindicatos de São Paulo e depois do Paraná e de Minas Gerais. Mas, a julgar pelos congressistas presentes, eram sindicatos do interior desses Estados, o que vale dizer, na grande maioria dos casos, pequenos sindicatos, uma vez que os maiores estão nas capitais. Tendência inversa foi encontrada notadamente nos Estados do Norte e Nordeste. Assim, do total de delegados, 61% provinham do interior dos

[8] O leitor interessado encontrará informações sobre as demais centrais sindicais em Leôncio Martins Rodrigues: "O Sindicalismo nos Anos 80. Um Balanço", *op. cit.*, e "Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais", *op. cit.*

Estados. A participação mais acentuada de interioranos foi observada entre os delegados de Minas Gerais (86%), seguida do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (71%), São Paulo (67%) e Paraná (61%). Nos demais Estados, predominava a representação de delegados com domicilio em capitais, com destaque para o Rio e o Espírito Santo, e para a região nordestina, onde cerca de dois terços dos delegados residiam nas capitais.

Tabela I-2
Região, por local de residência

Região de origem	*Reside na capital ou interior*			
	Capital	*Interior*	*Total*	*N*
São Paulo	32,8	67,2	45,4	528
Paraná	38,3	61,7	11,8	137
RJ e ES	65,6	34,4	7,5	85
Minas Gerais	14,2	85,8	13,0	152
SC e RS	28,6	71,4	4,7	52
Noite	79,5	20,5	3,3	38
Nordeste	65,4	34,6	9,0	102
Centro-Oeste	61,5	38,5	5,3	64
Total			100,0	1. 158

Na região Norte, quase 80% dos delegados residiam em capitais de Estado.[9] Esse é mais um indício da dificuldade inicial de penetração da Força Sindical entre os trabalhadores rurais. Justamente nos Estados em que o sindicalismo rural tem mais importância relativa, a porcentagem de delegados provenientes das capitais foi maior. Alternativamente, os Estados que têm grande parte de seus habitantes residindo nas regiões metropolitanas foram os que enviaram a maior porcentagem de delegados provenientes do interior (à exceção do Rio de Janeiro).

Escolaridade e algumas hipóteses

Os delegados do I Congresso da Força Sindical apresentaram escolaridade relativamente elevada, se comparada com a escolaridade da população urbana do país com mais de dez anos de idade. Essa comparação, para ter alguma relevância, deve levar em conta algumas ressalvas importantes.

[9] A maioria dos delegados da região Norte provinha de Belém do Pará, com raríssimos casos em outros Estados. Note-se que apenas 3,3% dos delegados eram oriundos dessa região do país.

Em primeiro lugar, havia pouquíssimos delegados com idade entre 16 e 20 anos, como vimos anteriormente. Assim, a alta concentração de delegados nos estratos de até primário completo não se deve à juventude daqueles. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 1988, entretanto, nos oferece dados relativos à população economicamente ativa com dez anos ou mais. Isso significa que, possivelmente, o alto percentual de trabalhadores nos estratos de até quatro anos de estudo na PNAD (43,9%) estaria sendo influenciado pelos trabalhadores com idade entre dez e vinte anos (cerca de 15% do total). Em segundo lugar, a PNAD nos fornece dados relativos a "anos de estudo", e não a grau de escolaridade. Alguém com quatro anos de estudo não terá completado, necessariamente, o quarto ano primário, mas alguém com quarto ano primário terá, com toda certeza, quatro anos de estudo, no mínimo. Desse ponto de vista, é possível comparar com alguma segurança apenas os dados relativos aos estratos superiores em ambas as distribuições, na medida em que aqueles com mais do que ginásio certamente tiveram nove anos ou mais de estudo. (A comparação dos estratos inferiores está sujeita a diferenças de critério não controláveis).

Quadro I-3
Grau de escolaridade dos delegados e anos de estudo da PEA urbana com mais de 10 anos de idade

Delegados		*PEA urbana com mais de 10 anos (*)*	
Escolaridade total	Total	Anos de estudo	Total
Até primário completo	24,7	Ate 4 anos	43,9
Ginásio incompleto	33,9	5 a 8 anos	26,7
Mais que ginásio	41,4	9 ou mais	29,1
Total	100%	Total	99,7%**
N		1.146	

* Fonte: PNAD 1988;
** Não perfaz 100% porque, para efeito dos cálculos desta tabela, foram excluídos os que não deram informação.

Assim, nos estratos mais elevados, a escolaridade dos delegados do I Congresso da Força Sindical aparece como superior à da PEA urbana, com dez anos ou mais. Enquanto 41,2% dos delegados do congresso tinham mais do que o ginásio, pouco menos de 30% da PEA urbana com mais de dez anos de idade tinham mais de nove anos de estudo. Dados análogos já tinham sido observados para o III Congresso da CUT, onde mais de 53% dos delegados tinham mais do que o ginásio e, portanto, nove anos ou mais de estudos.[10]

Por outro lado, comparando-se a escolaridade dos membros da Direção Nacional com a da massa de delegados, percebe-se como os primeiros tendem a ser significativamente mais escolarizados, mesmo considerando que entre esses havia uma forte proporção de presidentes de sindicatos que, como veremos, tendem a ter níveis de instrução formal superior aos dos outros diretores. Entre os membros da Direção Nacional, aproximadamente um terço tinha universidade completa ou incompleta, contra 15% entre os delegados. Ademais, 65% dos membros da direção tinham além do ginásio (oito anos de escolaridade) contra 40% da massa de delegados. Apesar disso, não deixa de ser surpreendente encontrarmos, na direção máxima da Força Sindical, 17% de sindicalistas cuja escolaridade não vai além de quatro anos do curso elementar. (Como mostraremos a seguir, esse fato, embora seguramente seja um fator negativo para a ascensão no meio sindical, não constitui um obstáculo intransponível para a ocupação de postos na diretoria dos sindicatos, como, aliás, a presença de sindicalistas de nível de instrução formal baixa está a indicar).

Quadro I-4
Escolaridade

Escolaridade	*Delegados*	*DN*
Analfabeto	0,3	–
Primário incompleto	7,0	6,2
Primário completo	18,4	10,8
Ginásio incompleto	16,7	4,6
Ginásio completo	17,8	13,8
Colégio incompleto	7,0	4,6
Colégio completo	16,9	23,1
Universidade incompleta	7,0	15,4
Universidade completa	8,9	21,5
Total	100,0	100,0
N	1.149	65

Os dados acima indicam que a militância sindical tende a ser assumida geralmente por trabalhadores de maior escolaridade, se considerarmos os

[10] Ver Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sílvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewsld e Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.* Os dados mencionados foram calculados com base na Tabela 8, p. 16.

congressos da CUT e da Força Sindical em conjunto. É possível ainda que, uma vez no sindicato, os militantes sintam a necessidade de maior formação escolar para lidar com o cotidiano da administração sindical. Essa administração, em determinados sindicatos, pode tornar-se muito complexa, dados o montante de recursos que se deve gerir, a estrutura administrativa que se deve sustentar e os serviços que se deve prestar aos associados, além da organização propriamente dita da categoria para as lutas sindicais. Desse modo, a carreira sindical poderia estar forçando os dirigentes a aprimorar seus estudos. Embora não existam estatísticas sobre o número de dirigentes sindicais que, depois de eleitos, buscam completar uma universidade, conhecemos alguns casos de dirigentes sindicais que terminaram o curso de direito depois de fazerem parte da diretoria do sindicato. O diploma de advogado parece preferencial por vários motivos: *1)* a possibilidade de cursar, enquanto diretor do sindicato, uma faculdade privada "pouco exigente" em matéria de dedicação ao curso, frequentemente à noite ou nos fins de semana; 2) a necessidade de obter maior domínio da legislação trabalhista; 3) a possibilidade de vir a ocupar um lugar nos tribunais trabalhistas como vogal.

Tabela I-3
Escolaridade por cargo na diretoria

Escolaridade	*Cargo na diretoria*							
	Presidente	*Vice*	*Secretário*	*Tesoureiro*	*Cons. Fiscal*	*Repres.Fed. Conf.*	*Suplente*	*Outro cargo*
Até primário	20,9	28,8	23,3	23,1	28,3	14,7	29,5	25,5
Ginásio incompleto	13,2	13,6	20,9	12,3	17,9	23,5	24,5	16,0
Ginásio completo	17,1	1,7	14,7	26,1	19,8	8,8	19,6	15,1
Colégio	24,9	27,1	24,8	23,1	23,6	32,4	18,6	29,2
Universidade	23,9	28,8	16,3	15,4	10,4	20,6	7,8	14,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	234	59	129	130	106	34	102	106

Outro dado revelador da importância da escolaridade pode ser inferido, na tabela anterior, do fato de os delegados de maior escolaridade, e em alguma função de direção, tenderem a ocupar preferencialmente os cargos de cúpula dos sindicatos que representam: presidência, vice-presidência, secretaria e tesouraria, ao passo que os de menor escolaridade ocupam, em proporção maior que os anteriores, cargos em escalões inferiores: conselho fiscal, suplência, etc.

Já a tabela seguinte aponta outro fenômeno associado aos níveis de escolaridade: a extrema homogeneidade da dispersão dos delegados segundo a escolaridade, se considerarmos os diversos intervalos do tempo de militância no movimento sindical declarado pelos entrevistados. Comparando-se as porcentagens de cada linha com as da linha final – referente ao tempo de militância do total dos delegados –, vemos que há uma variação praticamente insignificante, isto é, em cada estrato de escolaridade em particular encontramos uma distribuição muito próxima da do total dos participantes do congresso. As diferenças relevantes, contudo, são aquelas referentes aos delegados de maior escolaridade, especialmente os que têm mais do que colegial completo. Esses se distribuem principalmente pelos intervalos de 4 a 7 e 8 a 15 anos de militância no movimento sindical. Em outros termos, é mais provável que os delegados de maior escolaridade estejam há mais tempo na militância sindical do que os com menor escolaridade, com a exceção importante dos que têm até primário incompleto.

Tabela I-4
Escolaridade por tempo de militância

Escolaridade	*Tempo de militância*				
	até 3 anos	*4 a 7 anos*	*8 a 15 anos*	*mais de 15 anos*	*Total*
Primário incompleto	27,8	22,2	29,2	20,8	100,0
Primário completo	33,4	19,5	29,3	17,8	100,0
Ginásio incompleto	33,5	18,2	29,5	18,8	100,0
Ginásio completo	28,7	20,6	27,6	23,1	100,0
Colegial incompleto	40,0	20,0	26,7	13,3	100,0
Colegial completo	31,9	21,4	30,3	16,4	100,0
Universidade incompleta	18,2	29,4	33,2	19,2	100,0
Universidade completa	24,5	21,8	35,5	18,2	100,0
Total	30,2	21,1	30,0	18,7	100,0
N	331	231	328	205	1.095

Ora, os que têm até primário incompleto parecem estar pelo menos há tanto tempo na militância quanto os de maior escolaridade. Desse ponto de vista, pode-se afirmar que é bastante provável que os delegados de maior escolaridade ocupem cargos de cúpula em seus sindicatos, mas não se pode dizer que os mais escolarizados estejam há mais tempo na militância do que os menos escolarizados, já que a vantagem para os primeiros, se é relevante em relação a outras faixas de escolaridade, não o é para as últimas. Assim, a baixa escolarização não é um empecilho para a militância prolongada e para

a ocupação de postos (inferiores) na diretoria dos sindicatos. Restaria saber se os delegados que ocupam cargos de cúpula estão entre os que têm maior tempo de militância. Se, como se verá, estes últimos são também os delegados mais velhos, isso leva à seguinte conclusão: se podemos dizer que, entre os mais escolarizados, se encontra o maior índice de exercício de cargos de cúpula nos sindicatos, especialmente dos mais importantes, o tempo que o sindicalista ocupa algum cargo de direção na sua entidade deve-se pouco ou nada ao grau de instrução, mas principalmente ao tempo de militância, que, por sua vez, não é decisivamente correlacionado com o grau de instrução, mas sim com a idade dos delegados.

Na verdade, as variáveis que apresentaram alguma correlação entre si, em todo o questionário, são justamente a idade, o tempo de militância, o tempo e o cargo de diretoria ocupado pelos delegados. Note-se que há uma forte correlação entre idade, tempo militância e tempo na diretoria, mas não uma correlação significativa entre idade e cargo ocupado na direção. Se o cargo correlaciona-se com alguma coisa, é com o tempo na diretoria (e, obviamente, com a posição na entidade, que nos diz se o delegado é diretor, associado, conselheiro, etc.), embora o pequeno índice (0,27%) não permita afirmações categóricas a este respeito".[11]

Se essa interpretação é correta, então temos mais um elemento persuasivo para afirmar, com razoável grau de segurança, que os delegados do I Congresso da Força Sindical que chegaram ao topo da carreira sindical fizeram-no por dentro da burocracia e da militância sindicais, isto é, na o são técnicos que aportaram nos sindicatos respaldados por sua formação profissional ou por sua escolaridade, mesmo nos cargos em que se podia esperar esse tipo de dirigente, como a tesouraria ou o conselho fiscal. Ao mesmo tempo, é fato totalmente aleatório que certos dirigentes tenham escolaridade mais elevada e outros menos.

Conclusão

Esta é uma característica diferenciadora do movimento sindical em geral em relação a formas empresariais de organização. Os sindicalistas são, na origem, trabalhadores, não empresários, mesmo se sindicato e empresa,

[11] Esse índice significa que 27% da variação da variável "tempo na diretoria" pode ser explicada por sua relação com a variável "cargo na diretoria".

enquanto organizações, partilham certos elementos comuns que, no que tange ao aspecto da administração da instituição, aproximam diretores de sindicatos e diretores de empresas. A gestão da máquina sindical é um aprendizado que trabalhadores de baixo ou alto nível de instrução vão adquirindo. Nessa atividade, com o tempo, acabam por se distanciar e se diferenciar do conjunto dos outros trabalhadores, na medida em que se afastam da "produção" ou da ocupação de origem. Enquanto diretores de sindicatos têm de gerir recursos, comandar e empregar trabalhadores, quer dizer, atuar como pequenos, médios, ou – em determinados casos – grandes patrões. Mas mesmo quando se ocupam durante dezenas de anos da atividade sindical, administrando recursos financeiros poderosos, não consideram a função de "diretores de sindicatos" (ou, de modo mais eufemístico, de "dirigentes sindicais") como a sua profissão. Quando levados a decliná-la, afirmam-se torneiros mecânicos, ou pedreiros, ou outro tipo de profissional assalariado, mas não dirigentes sindicais ou tesoureiros, ou ainda secretários de sindicato.[12] Ocorre que a função de diretor de sindicato envolve um aprendizado que não é apenas administrativo, mas também, e principalmente, político, na medida em que, como salientamos, as funções na diretoria do sindicato são de representação e alcançadas através de eleições. Em eleições competitivas, o lado político cresce ainda mais de importância. Nos grandes sindicatos e nas organizações de cúpula, o presidente tem de desempenhar, necessariamente, um papel político. Há, pois, uma sobreposição de papéis. A importância de cada um deles, obviamente, varia bastante, tendendo o lado político a ser tanto mais importante quanto mais poderosa for a entidade sindical.

Os aspectos administrativo e político coexistem, de alguma maneira, no sindicalismo de todo o mundo. Na realidade, a importância do papel administrativo tende a aumentar à medida que o sindicalismo se institucionaliza e os conflitos internos e a competição diminuem. Esse é um processo geral por que atravessou o sindicalismo em todos os países. Mas

[12] Esse tipo de carreira não é exclusivo da Força Sindical. Por mais que se tenha tentado, o padrão corporativo de organização sindical não foi capaz de encaminhar os sindicatos para uma forma de organização empresarial no Brasil, padrão em que as lideranças sindicais cumpririam papel de gestores financeiros de uma máquina para a qual não contribuíssem para angariar recursos, atuando apenas como gerentes de recursos providos da contribuição sindical e, atualmente, da contribuição assistencial. Por outro lado, o fato de que os cargos de cúpula dos sindicatos sejam ocupados por dirigentes com formação escolar heterogênea sugere que esses cargos são mais de "representação" do que de gerência. Discutiremos isso em seguida.

quando o sindicato depende, para sua sobrevivência, do apoio dos trabalhadores, quer dizer, de suas cotizações, o lado político da função de dirigente sindical tende a permanecer mais importante do que numa situação em que a organização sindical é relativamente independente do apoio de sua base. O lado burocrático e administrativo da função sindical aumenta quando o sindicato tem, como no Brasil, em razão da legislação, o monopólio da representação e fontes de renda garantidas. Nessas condições, o lado "movimento social" (expressão política de segmentos da classe trabalhadora) declina e aumenta o lado "agencia social" (prestação de serviços) do sindicalismo.[13]

Em alguns períodos de nossa vida política, o sindicalismo brasileiro corporificou exemplarmente o modelo previsto por Rosanvallon diante da crise atual do sindicalismo nas sociedades pós-industriais contemporâneas: a de um "sindicalismo sem associados" (ou, dizemos nós, de um sindicalismo sem massas), prestador de serviços a seus clientes. Durante o Estado Novo e durante os anos de regime militar no pós-64, a estrutura sindical brasileira (que sofreu poucas alterações até a Constituição de 1988) cumpriu basicamente as funções de uma agência social prestadora de serviços (jurídicos, médicos, odontológicos, etc.) a seus clientes, ou seja, aos trabalhadores associados ao sindicato.

Nesse contexto, em quase meio século de corporativismo estatal,[14] houve a formação de uma burocracia que apenas em certos casos se pode dizer composta de líderes de trabalhadores. A palavra "dirigente sindical", que entrou na linguagem corrente, em geral, significa mais exatamente "diretor de sindicato", se ao primeiro termo associarmos significados mais amplos de influência, capacidade de liderança e de representação sobre uma parcela maior dos trabalhadores que fazem parte da base do sindicato. Ocorre que um componente de nosso corporativismo tem sido justamente sua capacidade de possibilitar um sindicalismo apoiado em fragmentos das classes assalariadas, com uma diferenciação entre direção e bases sindicais fundada no domínio, pela primeira, de uma máquina nominalmente representativa da respectiva "categoria profissional", mas que não depende

[13] Pierre Rosanvallon, *La question syndicale,* Paris, Calman-Lévy, 1988.

[14] Usamos o termo no sentido de Philippe C. Schmitter, para diferenciar o corporativismo implantado pelo Estado do corporativismo social que deriva da própria sociedade Cf. P. Schmitter, "Still the Century of Corporatism?", *in:* Fredrick B. Pike e Thomaz Stritch, *The New Corporatism,* Notre Dame, Univeisity of Notre Dame, 1974.

dos representados para sua sobrevivência ou, ao menos, não depende de sua aquiescência voluntária, já que a contribuição sindical, primeiro, e contribuição assistencial, depois, aliadas ao monopólio da representação, é que possibilitam a existência do aparelho administrativo (e de seus ocupantes).[15] Nessas condições, a autonomização dos sindicatos, e, por extensão, de seus diretores, com relação a seus "representados", é levada a seu ponto máximo.

Com a abertura política e a agitação sindical da década de 80, o sindicalismo brasileiro, sem perder o lado agência social, reassumiu aspectos de um movimento social e político. Esse lado do sindicalismo foi reforçado pelos grandes movimentos grevistas da década de 80, pela formação das centrais sindicais e pela competição ideológica que se estabeleceu no interior do movimento sindical.

Mas o impulso militante e a movimentação trabalhista da década de 80 atingiu desigualmente o sindicalismo brasileiro. Os sindicatos de setores econômicos de pouco peso – notadamente nas pequenas cidades do interior, onde a mobilização dos trabalhadores foi bastante menor do que nas grandes cidades – continuaram a funcionar basicamente como agências sociais. Nesse sentido, a nossa hipótese é de que esses sindicatos, que ficaram relativamente à margem dos realinhamentos políticos e das mobilizações da década de 80, perderam legitimidade enquanto aumentavam os custos do isolamento com relação aos principais eixos da mobilização sindical. Num contexto de polarização ideológica, aumentaram as pressões e expectativas das "bases" no sentido de uma definição, de um alinhamento

[15] Não partilhamos a ideia, para nós ingênua, de que é possível um sindicalismo forte, englobando milhares de trabalhadores, sem uma estrutura administrativa desenvolvida e especializada Obviamente, esse processo implica fatalmente certa burocratização do sindicato e um inevitável distanciamento entre direção e bases. Trata- se de algo que o sindicalismo dos países do Primeiro Mundo conhece há muito tempo. Porém, a formação e a continuidade do aparelho sindical nessa parte do globo sempre dependeu de um apoio dos representados através do pagamento de cotizações. Sem desprezar o papel e a relativa autonomia das lideranças e sua capacidade de manobra ante a massa dos associados, em última instância o funcionamento das máquinas administrativas depende de um mínimo de aquiescência dos trabalhadores filiados aos respectivos sindicatos. Não foi o que aconteceu, e em larga medida ainda acontece, entre nós. Em razão do antigo imposto sindical, do monopólio da representação e da Justiça do Trabalho, o aparelho burocrático dos sindicatos pôde adquirir grande autonomia com relação a seus "representados". Desse modo, entre nós, a burocratização dos sindicatos não esteve associada à sua massificação.

ou mesmo de uma integração a uma das grandes correntes ideológicas do sindicalismo brasileiro. Desse modo, instaurado o conflito e a competição no meio sindical, as diretorias de sindicatos começaram a ser cada vez mais pressionadas a "assumir posições", a se definir política e ideologicamente. Pensamos que foram essas considerações que levaram uma parcela importante de diretores de sindicatos a aderir à Força Sindical.

A idade relativamente elevada dos delegados da Força Sindical, associada ao seu tempo elástico de militância e ao tempo em que ocupam cargos de diretoria, sugere a hipótese de que uma porcentagem não desprezível dos delegados é composta de representantes do sindicalismo corporativo em crise, para os quais a Força Sindical possibilitaria uma forma possível de recuperação da identidade trabalhadora, isto é, de encontrar formas renovadas de relação com as bases sindicais através de um engajamento moderado capaz de lhes proporcionar certa legitimidade e de protegê-los contra as pressões e denúncias de ativistas de esquerda. Assim, especialmente para os diretores de pequenos sindicatos com fraco poder de barganha, a adesão à Força Sindical significaria não somente um apoio no que tange às relações com o patronato como também uma proteção contra as investidas de ativistas ligados à CUT.

III. PERFIL SOCIAL

As categorias profissionais

O congresso de fundação da Força Sindical reuniu basicamente entidades do setor industrial, com predominância do ramo metalúrgico e, em menor medida, do de alimentação. Em conjunto, os delegados dos sindicatos metalúrgicos e da alimentação somaram 37% do total de participantes. O setor do comércio contribuiu com 28%, enquanto o número de delegados de sindicatos de trabalhadores rurais e funcionários públicos foi bastante baixo.

Quadro II-1
Congressistas por tipo de entidade

Indústrias metalúrgicas	25,6
Indústrias da alimentação	11,7
Indústria do papel e do papelão	4,0
Outras indústrias	19,0
Comércio e serviços	28,5
Setor rural	3,5
Funcionalismo público	2,9
Outros setores	4,8
Total	100,0

Em larga medida, o elevado número de metalúrgicos decorreu do peso dos delegados do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de São Paulo (doravante designado Sindicato dos Metalúrgicos), que forneceu também grande parte da infraestrutura administrativa para o congresso. De igual modo, a porcentagem elevada de trabalhadores do ramo da alimentação relaciona-se com o apoio que a Federação dos Trabalhadores da Alimentação deu para a criação da Força Sindical. No setor industrial, são as duas grandes bases de apoio da nova central. No entanto, em proporção consideravelmente menor, havia também delegados de outros ramos da indústria que, para uma melhor visualização da composição do congresso, apresentamos no quadro seguinte.

Quadro II-2
Congressistas por ramo industrial

Metalurgia, mecânica e material elétrico	25,6
Alimentação	11,7
Papel e papelão	4,0
Construção e mobiliário	2,3
Têxteis	2,2
Construção civil	1,8
Química e farmacêutica	1,5
Olaria, cal, cimento, cerâmica	1,4
Gráfico	1,3
Vestuário	1,1
Outras indústrias	7,4
Total	60,3

A Direção Nacional da Força Sindical reflete a composição do congresso, com a predominância de dirigentes dos sindicatos de metalúrgicos, seguidos dos da alimentação. Além do fato de a presidência da Força Sindical ser ocupada por um dirigente sindical metalúrgico, os sindicalistas deste setor ocupam aproximadamente um quarto dos lugares da Direção Nacional.[1] Os sindicatos do setor de comércio e serviços compreendem 29% da Executiva Nacional. Os dirigentes dos sindicatos e federações dos setores de comércio, serviços e indústria somados ocupam mais de 90% dos lugares. Deve-se notar a ausência de sindicalistas de associações ou sindicatos de funcionários públicos e a existência de apenas 1,5% (um caso, em termos absolutos) de dirigente de sindicato de trabalhadores rurais, fato indicativo da fraca penetração da Força Sindical neste setor, amplamente dominado pela CUT. Por outro lado, muitos dos sindicatos do comércio e serviços representam categorias profissionais de ramos de pouco peso na economia e na estrutura sindical brasileira. Este é, por exemplo, o caso do Sindicato de Empregados Desenhistas, Técnicos Artísticos, Industriais, Copistas, Projetistas, Técnicos e Auxiliares; do

[1] O fato é indicativo da posição hegemônica ocupada pelos metalúrgicos no movimento sindical brasileiro. Deve-se lembrar que o presidente da CUT vem também de um sindicato de metalúrgicos. Aliás, apenas o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema possui atualmente três de seus dirigentes na Executiva Nacional da CUT, composta por 25 membros. Também dentro do PT os metalúrgicos têm posição destacada. Além do fato de o principal líder deste partido ser um ex-metalúrgico, os dirigentes e ativistas de sindicatos de metalúrgicos têm forte peso nos escalões dirigentes do PT.

Sindicato dos Técnicos em Segurança do Trabalho; do Sindicato dos Vigilantes; da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Artística e Cultural, etc. A mesma coisa ocorre com as entidades do grupo “outras indústrias”, onde estão incluídos os delegados do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas; do Sindicato de Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores da Indústria da Confecção; do Sindicato dos Técnicos em Segurança do Trabalho, etc. Em muitos casos, trata-se de diretores de sindicatos de pequeno porte, de pouca importância econômica e de limitada capacidade de mobilização e de pressão sindical. Vale ressaltar que, também na Executiva Nacional da CUT, há muitos dirigentes de sindicatos ou associações de menor significação no interior do sindicalismo brasileiro. Tal é o caso da Associação Brasileira de Enfermagem; do Sindicato dos Engenheiros da Bahia; dos Médicos de Alagoas; do Centro dos Professores de Goiás,[2] etc. No entanto, no caso da Força Sindical, a inexistência, em sua direção máxima, de dirigentes de grandes sindicatos se deve principalmente à fraca influência da FS em ramos importantes da atividade econômica, como petróleo, ferrovias, funcionalismo público, etc.

No caso da CUT, pelo contrário, a ausência em sua Executiva de alguns grandes sindicatos (como os metalúrgicos de Belo Horizonte, de João Monlevade, de Canoas, dos petroleiros, dos químicos de São Paulo, etc.) relaciona-se ao jogo político interno da CUT, isto é, à luta entre as facções partidárias, e à disputa entre os dois grandes sustentáculos da CUT, o Sindicato dos Bancários de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, este último fortemente representado na Executiva, com três cargos importantes. Deve-se considerar, por outro lado, a necessidade de composições que tenham em conta os interesses regionais. Especialmente nos casos do Norte e Nordeste, onde os sindicatos do setor de serviços e notadamente do setor público são importantes, cumpre “abrir espaços” para dirigentes de sindicatos relativamente pequenos ante os grandes sindicatos do Sudeste. Porém, na CUT, a variável mais importante na determinação da composição da Executiva é a variável *político-partidária* e não a propriamente sindical. Na Executiva Nacional da CUT estão representadas *tendências políticas* e não correntes sindicais ou, de

[2] Cumpre observar, no entanto, que o Sindicato dos Professores de Goiás, dada a ausência de um setor industrial desenvolvido nesse Estado, é um dos mais importantes de Goiás.

modo mais preciso, *tendências políticas que se expressam através dos sindicatos sob seu controle.*[3] Talvez o exemplo mais eloquente desse aspecto é a presença, na alta liderança cutista, de Cyro Garcia, que, após a derrota de sua chapa nas últimas eleições do Sindicato dos Bancários do Rio, não ocupa mais nenhum posto na diretoria do referido sindicato. Continua, contudo, na direção da CUT como representante da Convergência Socialista, ou seja, de uma corrente política importante no interior do sindicalismo brasileiro.

Este aspecto político-ideológico esteve notavelmente ausente do congresso de formação da Força Sindical. Como mostraremos mais adiante, enquanto os congressos da CUT são altamente politizados e as discussões permanentemente atravessadas por uma problemática ideológica, o congresso da Força Sindical foi marcado pela falta de discussões políticas e ideológicas. Isso não significa afirmar uma uniformidade de preferências políticas entre os delegados ao I Congresso da FS, mas sim que a problemática ideológica não tem, nessa central, o mesmo espaço que encontra na CUT.

Mas, além de forças políticas e partidárias, a composição das centrais – no que diz respeito aos dirigentes das entidades que delas fazem parte – reflete os setores econômicos em que têm mais penetração. No caso da Força Sindical, que nasceu bem mais fraca do que a CUT e do que a CGT, não houve restrição ao número de delegados nem tampouco uma preocupação de controle e limitação do credenciamento dos delegados.[4]

[3] Este aspecto já se manifestava desde a formação da CUT. Na realidade, esta surgiu não só da atuação de lideranças sindicais, mas também de grupos políticos que militavam no meio sindical e operário. Esses dirigentes eram mais leais às suas organizações e partidos do que aos sindicatos que formalmente representavam. A "partidarização" da composição da Executiva Nacional acentuou-se após o IV Congresso Nacional da CUT, realizado em São Paulo no ano passado. Para a escolha dos delegados nos encontros estaduais, os delegados votavam em teses que expressavam as posições e concepções de cada tendência, que seriam representadas no congresso nacional na proporção dos votos obtidos no congresso estadual. Os delegados, embora formalmente sindicalistas e membros de determinado sindicato, eram representantes de uma dada corrente. Para uma análise crítica das posições da Articulação, bastante informativa das disputas ideológicas no IV Congresso, veja Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto, *CUT, Ontem e Hoje,* Petrópolis, Vozes, 1991.

[4] No último congresso da CUT, realizado em setembro de 1991 em São Paulo, a questão do credenciamento, num contexto em que as forças da situação e da oposição estavam bem divididas, transformou-se num dos pontos de batalha entre *as* diferentes facções políticas.

Aparentemente, no congresso da Força Sindical, todos os que desejaram participar, participaram. O esforço foi no sentido de ampliar o número de delegados. Consequentemente, a composição da liderança expressa, provavelmente bem mais do que na CUT, as categorias profissionais em que a nova central conseguiu mais apoio.

Quadro II-3
Direção Nacional
Composição por entidades

Comércio e serviços	29,2
Indústrias metalúrgicas	26,2
Indústrias da alimentação	16,9
Indústrias do papel e do papelão	1,5
Outras indústrias	18,5
Trabalhadores rurais	1,5
Funcionários públicos	–
Outras categorias	6,2
Total	100,0
N	65

O primeiro aspecto que chama a atenção no Quadro II-3 é o pequeno número de categorias profissionais representadas na alta liderança da FS. O setor da alimentação junto com o metalúrgico compõe mais da metade da Direção Nacional. Nota-se também, em forte contraste com a CUT, a fraquíssima participação de dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais, de funcionários públicos e de bancários.

Categorias profissionais e ocupacionais

Assim, considerando os ramos dos sindicatos que apoiaram a formação da Força Sindical, não é de surpreender a elevada proporção de trabalhadores industriais entre os delegados. Como se nota no próximo quadro, quase 40% dos participantes era operários qualificados ou semiqualificados[5] enquanto a proporção de bancários, funcionários públicos e trabalhadores rurais foi muito baixa.

[5] Cf., por exemplo, sobre os diferenciais de participação sindical dos trabalhadores metalúrgicos, Leôncio Martins Rodrigues, *Industrialização e Atitudes Operárias,* São Paulo, Brasiliense, 1970, e *Partidos e Sindicatos,* São Paulo, Ática, 1989, especialmente o capítulo "Trabalhadores de uma Indústria Automobilística: Perfil Social e Participação Sindical"; José

Quadro II-4
Profissão dos Delegados [6]

Operários qualificados e semiqualificados da indústria	36,9
Empregados especializados ou qualificados não manuais de escritórios	8,6
Ocupações não manuais sem qualificação	7,6
Profissionais de nível médio	7,5
Profissionais de nível superior	4,8
Empregados não manuais especializados de comércio e serviços	4,6
"Artesãos" (Trabalhadores manuais especializados)	3,4
Trabalhadores do setor de transporte rodoviário	3,0
Operários industriais de baixa qualificação	2,4
Bancários	2,3
Trabalhadores rurais	2,1
Funcionários públicos	1,9
Trabalhadores braçais sem qualificação	1,8
Administradores e pessoal de gerência	1,8
Trabalhadores qualificados da construção civil	1,8
Aposentados	1,1
Artistas	0,7
Professores do ensino médio e superior	0,5
Professores do ensino elementar	0,3
Trabalhadores semiqualificados da construção civil	0,3
Trabalhadores do transporte terrestre	0,1
Trabalhadores do transporte marítimo	0,1
Outras profissões/ocupações	1,1
Profissões/ocupações não identificadas	5,3
Total	100,0
N	1.147

Também no que tange à distribuição das profissões/ocupações, a composição da Direção Nacional reflete a encontrada no congresso. Os operários qualificados e semiqualificados compreendem 31% da Direção,

Sérgio Gonçalves, *Mão de Obra e Condições de Trabalho na Indústria Automobilística do Brasil,* São Paulo, Hucitec, 1985; sobre os trabalhadores das indústrias químicas, Annez Andraus Troyano, *Estado e Sindicalismo,* São Paulo, Símbolo, 1978; sobre os trabalhadores têxteis de Minas Gerais, Maria Andréia Loyola, *Os Sindicatos e o PTB,* Rio de Janeiro, Vozes, 1980; sobre as tecelãs da Grande São Paulo, Jessita Martins Rodrigues, *A Mulher Operária,* São Paulo, Hucitec, 1979; sobre os trabalhadores da indústria da cerâmica, Carmen Cinira de Macedo, *A Reprodução da Desigualdade,* São Paulo, Hucitec, 1979; sobre a qualificação das lideranças sindicais, Marcelo Grondim, *Perfil dos Dirigentes Sindicais na Grande São Paulo,* Cecode, 1985.

[6] Veja no Anexo deste capítulo a relação das profissões incluídas em cada categoria.

seguidos dos profissionais de nível médio (14%) e dos empregados de escritórios (11%). Os profissionais de nível superior, com diploma universitário, perfazem 6% do total. Por outro lado, tal como foi observado entre a massa de delegados, a presença de trabalhadores rurais e funcionários públicos é praticamente inexistente na alta liderança da Força Sindical.

Quadro II-5
Profissão/ocupação da Direção Nacional

Operários qualificados e semiqualificados da indústria	30,7
Profissionais de nível médio	13,8
Empregados qualificados ou especializados de escritório	10,8
Trabalhadores não manuais sem qualificação	7,7
Profissionais de nível superior	6,2
"Artesãos" (Trabalhadores manuais especializados)	6,2
Bancários	6,2
Empregados não manuais especializados do comércio e serviços	3,1
Operários industriais não qualificados	3,1
Trabalhadores do setor rodoviário	1,5
Trabalhadores rurais	1,5
Outros	9,2
Total	100,0

De modo geral, nota-se a baixa participação das categorias habitualmente consideradas de classe média, notadamente os profissionais liberais e os funcionários públicos. Mas, no polo oposto, a proporção de trabalhadores rurais é mínima. Em larga medida, a ausência de funcionários públicos, professores e trabalhadores rurais se deve ao fato de a grande maioria dos principais sindicatos dessas categorias estarem filiados à CUT. Desse ângulo, parece importante uma comparação entre a composição profissional dos delegados da Força Sindical com os que estiveram presentes no BI Congresso Nacional da CUT, realizado em Belo Horizonte, em setembro de 1988.

No III CONCUT, tanto os estratos de "classe média" como os dos trabalhadores rurais formaram um grupo bastante numeroso.[7] O fato de, na

[7] A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior e a Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) estão filiados à CUT. Na área da administração pública, dos 24 sindicatos de empregados públicos federais, 23 estão ligados à CUT. Dados retirados de Maria Sílvia Portella de Castro, "A Representação Sindical da CUT"', *in:* Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sylvia Portella de Castro, Suzana Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.*

CUT, os trabalhadores rurais (de baixa renda e escolaridade), por um lado, e assalariados de classe média (com renda intermediária e escolaridade elevada), por outro lado, terem uma forte representação, faz com que a composição sócio-profissional da CUT seja muito mais heterogênea do que a da Força Sindical. Por isso, a CUT é politicamente mais homogênea e socialmente mais heterogênea do que a Força Sindical. No III Congresso da CUT, 91% dos delegados tinham o PT como o partido preferido, ao contrário do que aconteceu entre os delegados da Força Sindical, onde as preferências políticas distribuíram-se de modo relativamente equilibrado entre vários candidatos e partidos. Desse ponto de vista, pode-se dizer que a Força Sindical é politicamente mais heterogênea e socialmente mais homogênea do que a CUT. Essas observações, que pensamos serem corretas de modo geral, requerem algumas advertências. Em primeiro lugar, no caso da homogeneidade sócio-profissional da Força Sindical, deve-se levar em conta o peso que tiveram os metalúrgicos de São Paulo no congresso de fundação. Em segundo lugar, no que diz respeito à "homogeneidade política da CUT", expressada na maciça preferência pelo PT, cumpre não esquecer a existência de numerosas tendências políticas bem definidas que atuam dentro dessa central. Essas correntes, quando do III Congresso, eram bem nítidas entre as lideranças, mas não dispomos de informações para dizer do grau de comprometimento político e organizatório da massa de delegados com essas correntes. Nossa suposição é de que era elevada. De todo jeito, parece não haver dúvida que, qualquer que seja a relação dos delegados do III CONCUT com as tendências internas do PT (e da CUT), esse partido é, de longe, o preferido pelos cutistas. Em terceiro lugar, convém alertar para o fato de que essas comparações estão sendo feitas com o In Congresso, ocorrido em 1988. No W Congresso, deve ter havido algumas alterações significativas no que diz respeito às preferências partidárias em virtude da adesão à CUT dos sindicatos controlados pelo PC do B e, em menor medida, pelo PCB. É provável, apesar disso, que o PT continue sendo o partido preferido pela grande maioria dos sindicalistas cutistas.

Os dados referentes à profissão/ocupação da massa de delegados e dos membros da Direção Nacional são indicativos da penetração alcança pela Força Sindical nos diferentes setores econômicos. A baixa penetração no setor rural, no setor público e financeiro constitui um dos pontos fracos da nova entidade. Deve-se ter em conta que, na última década – não só no Brasil como em outros países da Europa ocidental e América do Norte – a

expansão do sindicalismo ocorreu principalmente entre os estratos médios, a começar pelos empregados do setor estatal.[8] Uma significativa extensão da influência da Força Sindical requer sua penetração entre os empregados do setor público, onde o sindicalismo brasileiro mais se desenvolveu durante a década de 80 e onde eclodiram greves prolongadas com perdas muito elevadas em termos de jornadas de trabalho perdidas.[9] Porém, as posições e ideologia da Força Sindical tornam difícil sua penetração entre os empregados do setor público, atraídos em maior escala pela CUT, mais socialista e estatizante e mais crítica a uma reforma do Estado que tenha como consequência a diminuição do número de funcionários ou a redução de seus vencimentos e vantagens adquiridas.

O Sindicato dos Metalúrgicos e o Congresso da Força Sindical

Aproximadamente a metade dos operários qualificados e semiqualificados presentes no Primeiro Congresso da Força Sindical provinham dos sindicatos de metalúrgicos, vindo a seguir o sindicato do

[8] A taxa de sindicalização nos países desenvolvidos teria declinado ainda mais no transcorrer da década de 80 se não tivesse havido nesses países uma forte sindicalização dos empregados do setor terciário, em especial do setor público. Atualmente, calcula-se que, na Noruega e Países Baixos, a metade dos trabalhadores sindicalizados não exerce uma profissão manual. Na Alemanha, um sindicalizado em três pertence ao setor público. Na França, essa proporção é superior a 50%, sendo de 48% na Noruega, de 40% nos Países Baixos e Grã-Bretanha, 36% na Suécia e 35% na Áustria. Cf. Jelle Visser, "Syndicats européens: la grande mutation", *Gewerkschaftliche Monastshefte,* Colônia, reproduzido por *Problèmes Économiques,* 5 de julho de 1989. Sobre a situação e transformações do sindicalismo europeu na década de 80, consulte também, do mesmo autor, "Trade unionism in Westem Europe: present situation and prospects", *Labour and Society,* Genebra, vol. 13, nº. 2, abril de 1988. Nos EUA, a partir de meados de 1985, pela primeira vez os trabalhadores manuais *(blue-collars)* deixaram de constituir a maioria dos trabalhadores sindicalizados. Cf. Leo Troy, "Rise and Fall of American Trade Unions: The Labor Movement from FDR to RR", *in:* Seumour Martin Lipset (org.), *Unions in Transition. Entering the Second Century,* Califórnia, Institute of Contemporary Studies, 1986. Nesse mesmo volume, outro renomado estudioso do sindicalismo chama a atenção para o fato de a Associação Nacional da Educação ter se transformado no segundo maior sindicato dos Estados Unidos. Cf. Walter Galenson, "The Historical Role of American Trade Unionism", *op. cit,* pg. 68.

[9] As pesquisas de Eduardo G. Noronha mostram o enorme avanço da ocorrência de greves no setor público. Para maiores detalhes ver *Greves na Transição Brasileira,* tese de mestrado defendida na Unicamp, Campinas, 1992. Veja-se também o artigo do mesmo autor, "A Explosão das Greves na Década dos 80", *in:* Armando Boito Jr. (org.), *O Sindicalismo brasileiro nos anos 80,* São Paulo, Paz e Terra, 1992.

setor de alimentação, tal como se viu quando da composição da Executiva Nacional. Consequentemente, pode-se dizer que um em cada dois operários com alguma qualificação era delegado de algum sindicato metalúrgico, na maior parte dos casos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Já os trabalhadores industriais de baixa qualificação estavam principalmente no setor de alimentação (52%).

Como seria de esperar, cada grupo de profissão/ocupação tende a concentrar-se em determinados setores de atividade e, desse modo, nos sindicatos correspondentes. Os escriturários, secretários, almoxarifes, processadores de dados que formam a categoria dos não manuais qualificados de comércio e serviços são, na sua quase totalidade (93%), delegados dos sindicatos do setor de comércio e serviços, enquanto os agricultores e trabalhadores agrícolas estão, naturalmente, nos sindicatos de trabalhadores rurais. Porém, em razão das características da legislação sindical brasileira, há várias exceções à expectativa de que os trabalhadores se filiem aos sindicatos de sua profissão/ocupação. Ocorre que estando os sindicatos brasileiros organizados por ramo, e sendo o enquadramento sindical efetuado segundo a atividade econômica predominante em cada empresa, todos os empregados podem filiar-se ao sindicato do ramo de atividade em que for classificada a empresa. Assim, o escriturário, o marceneiro, o eletricista, o pintor, etc. de uma empresa do setor metalúrgico serão representados pelo sindicato dos metalúrgicos e podem filiar-se a esse sindicato. Desse ângulo, o sindicalismo brasileiro seria, tomando-se a designação habitualmente utilizada, um sindicalismo de indústria, uma *industrial union* na terminologia americana. No entanto, os profissionais liberais (engenheiros, advogados, psicólogos, contadores, etc.) podem filiar-se a "sindicatos profissionais", o que corresponderia a uma versão *white-collar* dos antigos sindicatos de ofício (*craft unions*), dos ex-artesãos transformados em assalariados. Consequentemente, as profissões/ocupações de nível superior e de nível médio (advogados, engenheiros e todas as profissões que exigem diploma universitário, assim como os técnicos de nível médio) estão distribuídas em sindicatos de diferentes categorias profissionais, algumas delas nada tendo em comum com a profissão/ocupação ou atividade profissional do delegado. É assim que, embora 40% dos profissionais de nível superior fossem representantes de entidades do setor de comércio e serviços, nada menos do que 11% deles eram delegados de sindicatos de metalúrgicos e, consequentemente, em algumas situações,

passam por "metalúrgicos". A maior dispersão de grupos profissionais por entidades sindicais de ramos bastante diferenciados ocorreu no grupo dos empregados especializados ou qualificados de escritórios. Nesse grupo, 17% eram representantes de sindicatos metalúrgicos, 18% de sindicatos da indústria de alimentação, 26% de outras indústrias, 28% dos sindicatos de comércio e serviços, etc.

Tabela II-1
Profissão dos delegados segundo entidade que representavam

Profissão	*Entidade*								
	Metalurgia	*Alimentação*	*Papel*	*Outras Ind.*	*Com. e serv.*	*Func. Públ.*	*Rurais*	*Outras categ.*	*Total*
Operário qualif. e semiqualif.	50,1	14,0	6,9	22,1	3,3	0,5	0,5	2,6	100,0
Empregados de escrit.	17,0	18,0	4,0	26,0	28,0	1,0	1,0	5,0	100,0
Não manuais sem qualif.	7,1	7,1	4,8	7,1	70,3	1,2	-	2,4	100,0
Profis. de nível médio	25,7	9,3	5,8	17,4	31,4	2,3	2,3	5,8	100,0
Profis. nível sup.	10,9	10,9	3,6	12,7	40,1	7,3	3,6	10,9	100,0
Não espec. com. e serv.	-	3,8	-	1,9	92,4	1,9	-	-	100,0
"Artesãos"	-	13,4	-	37,1	20,3	-	-	29,2	100,0
Trabs. setor rodoviário	-	2,9	2,9	2,9	85,5	-	2 ,9	2,9	100,0
Operários não qualif.	23,1	50,0	-	26,9	-	-	-	-	100,0
Bancários	3,2	-	-	3,2	93,6	-	-	-	100,0
Trabs. rurais	-	-	-	-	-	-	95,8	4,2	100,0
Outros	6,3	4,7	-	28,8	32,7	18,1	3,1	6,3	100,0
Total	25,6	11,7	4,0	19,0	28,5	2,9	3,5	4,8	100,0
N									1.078

No quadro seguinte, apresentamos a distribuição das profissões/ocupações dos delegados do III CONCUT e do congresso de fundação da Força Sindical. Para fins de comparação, algumas categorias foram agregadas,

reduzindo-se o número total de categorias profissionais presentes em ambos os congressos.

Quadro II-6
Categorias profissionais no congresso da Força Sindical e no III CONCUT

Categorias	*FS*	*CUT*
Operários industriais qualificados e semiqualificados	36,9	8,3
Empregados não manuais especializados do comércio e serviços	4,6	4,1
Profissionais de nível médio	7,5	8,9
Profissionais de nível superior	4,8	11,0
Trabalhadores rurais e braçais	3,9	34,9
"Artesãos" (trabalhadores manuais especializados)	3,4	2,4
Operários industriais de baixa qualificação	2,4	3,4
Funcionários públicos	1,9	3,7
Trabalhadores qualificados da construção civil	1,8	2,4
Professores do magistério superior e médio	0,5	7,1
Professores do magistério elementar	0,3	2,2
Outras profissões	32,0	11,6
Total	100,0	100,0

Na CUT, se somarmos algumas categorias de elevada escolaridade, como os profissionais de nível superior (11,0%), os profissionais de nível médio (8,9%) e os professores do magistério superior e médio (7,1%), chegamos a 27% dos delegados de setores profissionais que, sem muita margem de erro, podem ser incluídos nos estratos intermediários da sociedade. As mesmas categorias, na Força Sindical, representam apenas 13%. Mas talvez o dado mais revelador das diferenças sociais entre a Força Sindical e a CUT venha da comparação entre os níveis de escolaridade dos delegados nos congressos das duas entidades.

No III Congresso da CUT, 34% dos delegados tinham curso superior completo ou incompleto.[10] Na Força Sindical, a proporção era bem mais baixa, de 16%. Na CUT, os delegados com grau de instrução de nível colegial completo ou mais compreendem 49% do total. Na Força Sindical, chegam a 40%. A composição social da CUT aparenta ser, assim, um pouco mais elevada do que a da Força Sindical. O quadro se complica, no entanto, se considerarmos os níveis inferiores de escolaridade. Neste caso, temos uma inversão da tendência. Entre os participantes do III Congresso da CUT, 33% dos delegados não tinham mais do que quatro anos de escolaridade. Na

[10] Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sílvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski, *op. cit.*

Força Sindical, em contraposição, havia somente 26% de delegados na mesma situação. Por outro lado, na CUT, havia 15% de analfabetos ou semianalfabetos, enquanto na Força Sindical a proporção era de 0,3%. Esses dados reforçam a ideia, já avançada na análise das profissões/ ocupações das duas entidades, da maior homogeneidade interna da Força Sindical em comparação com a CUT. Cumpre enfatizar, aqui, que as discrepâncias sócio-profissionais no interior da CUT vêm principalmente do contraste entre os delegados dos sindicatos de trabalhadores rurais, de um lado, e os profissionais liberais e professores universitários, de outro, todos amplamente representados. Entre os trabalhadores rurais, 32% eram analfabetos, ou semianalfabetos, enquanto, entre os segundos, todos tinham formação universitária. No caso da Força Sindical, em primeiro lugar, o número inexpressivo de delegados de sindicatos rurais faz com que a proporção de analfabetismo seja insignificante. Em segundo lugar, como praticamente não há professores e a proporção de profissionais liberais, embora expressiva, é menor do que a encontrada no III CONCUT, as discrepâncias sociais e educacionais tendem a reduzir-se.

Esses números não nos devem fazer esquecer um dado fundamental, válido para as duas centrais. Se considerarmos que, de modo genérico, os indivíduos com escolaridade de nível colegial ou superior dificilmente podem ser incluídos nas classes baixas ou pobres e, se levarmos ainda em conta a presença significativa de profissionais liberais e de outras atividades profissionais do setor terciário, cerca da metade dos delegados presentes no III CONCUT e um terço da Força Sindical podem ser considerados genericamente como de classe média. Por outro lado, tendo-se em conta que a participação política e sindical dos delegados de baixa escolaridade geralmente é inferior à dos delegados de escolaridade mais alta (que têm mais informação, maior facilidade de expressão e argumentação), percebe-se que nas duas centrais– na CUT mais do que Força Sindical – os estratos intermediários têm um peso muito grande. No caso da CUT, se excluirmos os trabalhadores rurais, 52% dos delegados no III CONCUT tinham universidade completa ou incompleta e 72% tinham completado o curso colegial.[11]

[11] Como seria de esperar, há variação nos níveis de escolaridade dos delegados da CUT segundo as regiões. No Rio Grande do Sul, 60% dos delegados que participaram do V Congresso Estadual (1989) tinham nível de instrução colegial (a pesquisa não esclarece se trata de curso colegial completo ou incompleto). No setor de serviços (38% dos delegados), 69% dos delegados tinham curso superior. É interessante observar que a escolaridades das mulheres era

Conclusão

Os dados relativos às categorias profissionais da Força Sindical indicam, em primeiro lugar, um leque mais estreito de categorias profissionais do que as outras centrais sindicais. O dado é indicativo de que (até o momento em que redigimos essa análise) a nova central conseguiu penetrar apenas em alguns poucos segmentos das classes trabalhadoras brasileiras. Neste aspecto, é particularmente significativa a ausência de trabalhadores rurais, de professores e de funcionários públicos em geral. Considerando que atualmente a expansão do sindicalismo tende a ocorrer em direção às camadas médias e ao setor público, o fato revela um ponto fraco da nova central que, a persistir, tenderá a prejudicar a sua expansão. Mesmo no setor industrial, a Força Sindical está praticamente restrita aos ramos metalúrgicos e da alimentação. Deve-se considerar que grande parte dos delegados metalúrgicos veio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, pois a Força Sindical não teve o apoio de muitos sindicatos metalúrgicos importantes do interior paulista e de outros Estados, quase todos filiados à CUT. Em segundo lugar, do ponto de vista sócio-profissional, vale ressaltar que os estratos intermediários, ainda que minoritários, são bastante expressivos, abrangendo cerca de um terço dos delegados. Em terceiro lugar, a composição social dos delegados no congresso de fundação da Força Sindical revelou-se bem mais homogênea do que a da CUT, fator que pode ser considerado favorável para o futuro da nova central em termos da elaboração de estratégias políticas e sindicais. No caso da CUT, a liderança é obrigada a tentar representar setores profissionais bastante

muito mais elevada do que a dos homens. Assim, 67% das delegadas do sexo feminino de todos os setores de atividade tinham curso superior, contra apenas 25% dos homens. "Pesquisa Perfil dos Delegados" que participaram do V Congresso da CUT do Rio Grande Sul, *in:* Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sílvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jacóme Rodrigues, *op. cit.,* Anexo II. Os mesmos elevados níveis de escolaridade, indicativos do peso dos delegados de classe média, foram encontrados entre os participantes do VI Congresso Estadual da CUT do Rio de Janeiro. Nessa reunião, 68% do total de delegados tinham escolaridade acima de colegial completo, e 38% tinham terminado uma universidade. Tal como se observou no congresso estadual do Rio Grande do Sul, os níveis de escolaridade das mulheres eram mais elevados do que os dos homens. Assim, 74% das delegadas tinham terminado algum curso superior e 87% tinham terminado o colégio. Em larga medida, os níveis mais elevados de escolaridade se relacionam à grande proporção de delegados do setor de serviços: 73% (N = 376). Cf. *Trabalhador e Militância Sindical no Rio de Janeiro – Um Perfil dos Delegados ao VI Congresso Estadual da CUT,* Rio, FASE, Secretaria de Formação Sindical CUT/RJ, NUPES/UFRJ, 1991.

diversificados, cujas demandas e interesses nem sempre são coincidentes, podendo, às vezes, ser até mesmo divergentes. Assim, por exemplo, se considerarmos que as vantagens obtidas pelos trabalhadores do setor estatal e do funcionalismo público acabam por ser pagas pelo setor privado, a unificação das demandas dos sindicatos e associações dos dois setores é relativamente difícil e a contradição apenas se resolve na utopia da mudança socialista onde se realizaria a unidade de todos os "explorados". As mesmas observações poderiam ser estendidas aos sindicatos de trabalhadores rurais que agregam principalmente pequenos proprietários e também assalariados rurais e posseiros. No caso desses últimos, a reivindicação e as formas de luta têm pouco em comum com a atuação propriamente sindical. Consequentemente, as temáticas unificadoras desses três segmentos (trabalhadores rurais, operários do setor privado e funcionários públicos) tendem a ser mais de natureza política do que sindical fato que concorre para aumentar o peso do fator ideológico como o cimento unificador de "todo o povo trabalhador" e para fortalecer a aspiração da CUT de falar em nome de todo os explorados e marginalizados.

Desse modo, nossa hipótese é de que quanto mais uma central estende e diversifica a sua penetração em segmentos diferenciados e heterogêneos das classes trabalhadoras, maior a dificuldade de conciliar demandas específicas e maiores a tendência de a problemática política predominar sobre a especificamente trabalhista. Se todos os demais fatores forem iguais, a presença de segmentos muito diferenciados da classe trabalhadora no interior de uma mesma entidade tende, segundo acreditamos, a elevar o coeficiente de conflito e de disputa interna. O dilema das centrais sindicais, assim, residiria no fato de que a ampliação de seu poder político – e consequentemente, de sua capacidade de intervenção no sistema político nacional – requer a incorporação e organização de amplas (e diferentes) parcelas das classes assalariadas de setores produtivos diferenciados, como trabalhadores do setor industrial privado, empregados do setor público, para não falar dos trabalhadores rurais, divididos entre assalariados, proprietários, posseiros, ocupantes, etc. As centrais sindicais são, assim, submetidas à seguinte disjuntiva:

a. Ampliar a capacidade de pressão sobre o sistema político (Executivo, poder Legislativo, partidos políticos) mediante a organização de segmentos heterogêneos da população e sofrer, como contrapartida, o enfraquecimento da coesão interna e da

capacidade de atuação trabalhista e a correlata dificuldade de elaboração de proposições alternativas capazes de motivar segmentos heterogêneos das classes trabalhadoras. Para evitar esse dilema, as organizações de trabalhadores muito heterogêneas internamente inclinam-se a tornar suas demandas mais gerais e a orientá-las para mudanças sociais e políticas globais que, supostamente, interessariam a todo povo trabalhador.

b. Fortalecer a coesão interna e a capacidade de pressão procurando organizar e representar uma parcela mais limitada da população trabalhadora. A consequência é uma atuação mais corporativa e uma diminuição da capacidade de pressionar o sistema político. A central, nesse contexto, tenderá a ser menos "política" e mais "economicista". (Este ponto será retomado na *Conclusão*).

ANEXO

Relação das Profissões/Ocupações

1) *Trabalhadores qualificados e semiqualificados da indústria*. Este grupo abrange todos os operários industriais cuja ocupação é exclusivamente ligada à indústria e também trabalhadores com qualificação de tipo industrial quando empregados na indústria (caso de alguns encanadores, costureiros de couros, estofadores, eletricistas, etc.). O tipo de sindicato a que pertence o delegado serviu para localizar esses casos. Estão incluídos neste grupo os laminadores, lustradores, balanceiros, montadores, operadores, funileiros, bombeiros hidráulicos, soldadores, carpinteiros, mandriladores, retificadores, impressores, metalúrgicos sem especificação, vidreiros, prensistas, tupistas, petroleiros, operadores petroquímicos, overloquistas, etc.
2) *Empregados especializados ou qualificados não manuais de escritórios*. Este grupo abrange os empregados de escritórios dotados de alguma qualificação ou especialização, geralmente com escolaridade média, sendo a escolaridade mais um requisito social do que técnico. Estão incluídos neste grupo: escriturários, secretárias, almoxarifes, datilógrafos, telefonistas, recepcionistas, processadores de dados, etc.
3) *Trabalhadores não manuais sem qualificação*. Este grupo abrange empregados de escritório e de setores de serviços que exercem tarefas não manuais de baixa qualificação. Estão incluídos neste grupo: porteiros, ascensoristas, *office-boys*, vigias, vigilantes, guardas de segurança, auxiliares de escritórios, contínuos, operadores de copiadoras, entregadores, frentistas, etc.
4) *Profissionais de nível médio*. Este grupo abrange trabalhadores que exercem atividades técnicas que não requerem formação universitária. Na quase totalidade dos casos, os delegados incluídos nesta categoria tinham curso colegial completo. Foram incluídos no grupo: eletrotécnicos, programadores, desenhistas, projetistas, diagramadores, técnicos de mecânica, de eletricidade, etc.
5) *Profissionais de nível superior*. Este grupo inclui todos os profissionais cujas atividades exigem diploma de nível superior.

Estão neste grupo: advogados, engenheiros, químicos, jornalistas, agrônomos e todos os profissionais considerados como "profissionais liberais".

6) *Empregados não manuais especializados do comércio e serviços*. Este grupo abrange pessoal de comércio com algum tipo de especialização e qualificação para atividades de comércio e de vendas em geral: balconistas e vendedores, além de corretores e despachantes, estes últimos em número muito pequeno.

7) "*Artesãos*" – *Trabalhadores manuais especializados*. Este grupo abrange trabalhadores manuais qualificados ou especializados que não trabalham com máquinas. Foram incluídos neste grupo: alfaiates, costureiras (desde que não fossem empregadas da indústria), cozinheiros, oficiais eletricistas, pintores, encanadores, etc. (desde que não fossem empregados de indústria).

8) *Trabalhadores do setor de transporte rodoviário*. Este grupo abrange os trabalhadores qualificados do setor. Foram incluídos neste grupo os motoristas e os taxistas.

9) *Operários industriais não qualificados*. Este grupo abrange todos os trabalhadores industriais sem qualificação. Foram incluídos aqui todos os tipos de ajudantes e auxiliares do setor industrial.

10) *Bancários*. Estão neste grupo todos os empregados de estabelecimentos bancários e financeiros que exercem tarefas não manuais, o que significa dizer que os manuais do setor foram excluídos (varredores, encarregados da manutenção dos prédios, etc.).

11) *Trabalhadores rurais*. Nesta categoria estão tanto os pequenos proprietários como os assalariados e qualquer outro tipo de trabalhador na agricultura.

12) *Funcionários públicos*. Este grupo compreende todos que trabalham na administração direta do Estado em nível municipal, estadual e federal.

13) *Trabalhadores braçais sem qualificação*. Como o nome indica, esta categoria abrange todos os braçais sem qualificação, tais como lixeiros, carregadores, arrumadeiras, etc.

14) *Administradores e pessoal de gerência*. Compreende todos os que exercem posições de chefia no setor privado: gerentes, chefes de escritórios, etc.

15) *Trabalhadores qualificados da construção civil*. Compreende mestres de obra, ladrilheiros, encanadores, etc.

16) *Aposentados*. Todos os aposentados independentemente do tipo anterior de atividade ou de profissão. No caso da presente pesquisa, há fortes indícios de que quase todos os aposentados eram trabalhadores manuais ou empregados de baixa qualificação.

17) *Artistas*. Foram aqui incluídos músicos, pintores, cantores, etc.

18) *Professores do ensino médio e superior*. Todos os docentes e outros profissionais de nível universitário, ligados ao ensino ou à administração de universidades e colégios da rede pública e privada de ensino.

19) *Professores do ensino elementar*. Este grupo inclui todos os professores do magistério elementar público ou privado.

20) *Trabalhadores semiqualificados e não qualificados da construção civil*. O grupo inclui serventes, pedreiros, azulejistas, "meia colher", etc.

21) *Trabalhadores do transporte terrestre*. Inclui motoristas, cobradores, ferroviários, metroviários, taxistas, etc.

22) *Trabalhadores do transporte marítimo*. Inclui motoristas de barco de pesca, oficiais da marinha, etc.

23) *Outras profissões/ocupações*. Todas as ocupações e profissões não incluídas nas categorias anteriores.

24) *Profissões/ocupações não identificadas*. Inclui as profissões que não puderam ser identificadas.

IV. Participação e Orientações Sindicais

Posição dos delegados nas entidades e tempo de militância

O congresso de fundação da Força Sindical foi estritamente um congresso de diretores de sindicatos, quer dizer, de delegados com posições nas diretorias dos sindicatos da estrutura sindical oficial: 88% representando sindicatos, 7% federações, 1% confederações, 3% associações e o restante outras entidades. Não houve delegados de oposições sindicais, como ocorreu nos quatro congressos da CUT realizados até aqui. A proporção de delegados que eram apenas "associados" de suas entidades foi de 8%, enquanto a proporção dos que eram membros de diretorias chegou a 65%. É interessante comparar os dados da Força Sindical com os dos congressos da CUT. No primeiro congresso dessa entidade (1984), 66% eram delegados de base, ou seja, militantes sindicais sem posição na diretoria; no segundo a porcentagem de delegados de base chegou a 70% e no terceiro a 51%. Contudo, atualmente, a tendência da CUT é reforçar a participação dos membros de diretoria e diminuir a dos militantes de base e dos membros das oposições sindicais.

A forte presença dos delegados de 'base nos primeiros congressos da CUT explica-se amplamente pelas motivações políticas e ideológicas que cercaram a formação dessa central. O projeto original era o de construção de um sindicalismo de luta, organizado "pela base", crítico em relação à estrutura corporativa e orientado para a sua substituição.[1] Mas, à medida

[1] Fugiria do escopo deste trabalho uma análise das tendências sindicais, grupos políticos e motivações ideológicas presentes na constituição da CUT, em todos os sentidos muito diferentes daqueles presentes na Força Sindical. Sobre a CUT e os grupos políticos que estiveram na origem dessa central, consultem-se: Maria Hermídia Tavares de Almeida, "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança" *in:* Maria Hermínia Tavares de Almeida e Bernardo Sorj, *Sociedade e Política no Brasil Pós-64,* São Paulo, Brasiliense, 1983; Leôncio Martins Rodrigues, "Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais", *op. cit.;* Clarice Menezes e Ingrid Sarti, *op. cit.* Uma pequena história e dados sobre a CUT encontram-se em Vito Giannotti e Sebastião Neto, *CUT por Dentro e por Fora,* Petrópolis, Vozes, 1990; e em Leôncio Martins Rodrigues, *CUT: Os Militantes e a Ideologia.* Em Ana Maria Doimo, "Os Rumos dos Movimentos Sociais nos Caminhos da Religiosidade", *in:* Paulo Krischke e Scott Mainwaring (orgs.), *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição,* Porto Alegre, L&PM, 1986, há informações sobre o papel dos diferentes grupos políticos e da ala "progressista" da Igreja nos momentos que precederam a criação da CUT.

que a CUT se consolidava e ganhava novos sindicatos da rede sindical oficial, foi aumentando o peso dos delegados de diretoria de sindicatos e diminuindo a participação dos delegados de base. A Força Sindical, que não partiu das mesmas motivações político-ideológicas, estruturou-se desde o início apoiada nas diretorias dos sindicatos, como indica o quadro seguinte:

Quadro III-1
Posição dos delegados nas entidades

Diretor	65,2
Suplente da diretoria	9,1
Somente associado	8,1
Associado com alguma função no sindicato	6,1
Membro do conselho consultivo	2,7
Delegado de base ou delegado sindical	2,1
Outra situação	6,7
Total	100,0
N	853

Como se vê, a proporção de simples associados e de delegados de base é bastante baixa, contrastando fortemente com a elevada porcentagem de diretores. Cumpre salientar que, entre esses, mais de um quinto eram presidentes da entidade. Vinham a seguir, em termos da participação no congresso, os tesoureiros e os secretários.

Chama à atenção, no quadro a seguir, a fraca participação dos vice-presidentes em comparação com os secretários e tesoureiros. Sabemos que a vice-presidência é cargo pouco importante na estrutura sindical, uma vez que o titular do cargo não dispõe de poderes reais de decisão no que tange ao dia-a-dia da gestão sindical. Esse poder concentra-se no presidente, no secretário e no tesoureiro dos sindicatos. Aqui, como em outra parte, o vice-presidente parece cumprir, na prática, função decorativa. O movimento sindical é pródigo em exemplos de composições de chapas eleitorais em que a vice-presidência é usada para acomodar conflitos entre grupos divergentes na disputa pelo poder sindical. Mas o vice-presidente, geralmente sem muito poder no dia-a-dia da organização, tem um poder potencial que reside na eventualidade de assumir a presidência no caso de um afastamento do presidente.

Quadro III-2
Cargos na diretoria

Presidente	23,2
Tesoureiro	15,0
Secretário	14,7
Membro do conselho fiscal	12,4
Suplente de diretoria	12,2
Vice-presidente	6,4
Representante de federação ou confederação	3,8
Outro cargo no sindicato	12,3
Total	100,0
N	853

Corroborando esses dados, a Direção Nacional da Força Sindical apresentou as seguintes distribuições: 95% eram membros de diretorias de sindicatos, sendo que 74% ocupavam o posto de presidente.[2] Isso indica muito claramente que a Força Sindical, tal como a Central Geral dos Trabalhadores, nasce estruturada sobre os sindicatos oficiais. Se tomarmos em conta o que se discutiu anteriormente, isto é, o tempo relativamente elevado de militância sindical dos delegados e da Direção Nacional, ao lado dos dados analisados aqui, pode-se dizer que a Força Sindical surge como uma central que colocará, muito provavelmente, a problemática trabalhista no centro de sua atuação, o que não significa dizer que ela deverá abdicar das demandas de natureza política, mas sim que essas demandas não serão equacionadas de um prisma partidário. Ao contrário das organizações de trabalhadores mais à esquerda, que agitam bandeiras sindicais para fins políticos, a Força Sindical deverá atuar politicamente para a obtenção de demandas trabalhistas e sindicais.

Tal comentário ganha importância considerando-se que não foi esse o caso da CUT, como já se disse. Vale reiterar que alguns dos grupos políticos marxistas e certas alas da "Igreja progressista" que participaram das articulações pela formação da CUT pretendiam uma ampla organização de trabalhadores e das camadas pobres, bem mais amplas do que uma central estritamente sindical, incorporando também as organizações dos movimentos sociais. Essa foi uma proposta polêmica desde o início,

[2] A distribuição referente à ocupação de cargos na diretoria de parte dos membros da Direção Nacional da Força Sindical foi a seguinte: presidente: 74,2 %; vice-presidente: 4,8%; secretário: 8,1%; tesoureiro: 1,6%; membro do conselho fiscal: 3,2%; outro cargo: 1,6%.

principalmente porque não era de todo palatável aos diretores dos sindicatos oficiais que estiveram na linha de frente da construção da CUT. Uma forma intermediária, ou de compromisso, que acabou vingando foi a formação de uma Central que reunisse não apenas os diretores de sindicatos mas também os membros das "oposições sindicais" e os militantes de base dos sindicatos, excluindo as organizações dos movimentos sociais. Mas, mesmo com a ausência das organizações ligadas aos movimentos sociais (CEBs, associações de moradores, etc.), o lado "movimento" (em contraposição ao lado "institucional") foi sempre muito forte na CUT. Esse fato marcou o desenvolvimento futuro da entidade e se expressa até hoje, constantemente, nas divergências internas e na resistência que as medi das em favor de uma maior institucionalização da entidade e dos sindicatos encontram da parte de várias facções.[3] Esses aspectos estiveram totalmente ausentes da Força Sindical, que, desde o início, pretendeu ser uma central de sindicatos e não um misto de sindicatos oficiais, de associações de ativistas sindicais, de movimentos populares e de grupos políticos.

Cargos na diretoria e categorias profissionais

Já salientamos que mais da metade dos delegados era formada por sindicalistas com algum posto na diretoria. Quando analisamos esse dado em relação à categoria profissional dos participantes do congresso da Força Sindical, cumpre alertar, desde logo, que é difícil traçar, com as informações de que dispomos, uma tendência geral que explique as variações da repartição da porcentagem de diretores e simples associados entre as várias categorias

[3] Para Pierre Rosanvallon, o fenômeno da "institucionalização" implica que os sindicatos tendem a adquirir autonomia com relação aos trabalhadores e simples associados. A Administração dos sindicatos torna-se uma espécie de ofício como outros, "que se insere num sistema de especialização das funções sociais" (Pierre Rosanvallon *op. cit.*, p. 37) Angelo Panebianco, por sua vez, define o processo de institucionalização como a "forma como a organização se consolida". Um processo de institucionalização bem realizado significa que, para a maioria de seus membros, o "bem" da organização tende a coincidir com os seus fins. "A organização se converte, ela mesma, em um fim para um amplo setor de seus membros." Para Panebianco, dois processos básicos estão ligados à institucionalização: *1)* o desenvolvimento de interesses na manutenção da organização (por parte dos dirigentes em diferentes níveis da pirâmide organizacional) *2)* a difusão e o desenvolvimento de lealdades organizacionais. Embora o autor italiano refira-se à organização partidária, suas observações parecem-nos extensíveis à organização partidária. A. Panebianco, Modelos de Partidos, Madri, Alianza Editorial, 1990, PP. 108 e 115-6.

profissionais. Aparentemente, a explicação reside na modalidade de escolha de delegados e da representação de cada entidade no congresso. Não houve critérios rigorosos para a seleção das entidades e do número de delegados que poderiam participar. De todo modo, algumas diferenças merecem ser assinaladas.

Tabela III-1
Cargos na diretoria e entidade

Cargos	*Metalúrg.*	*Alimentação*	*Papel*	*Outras indús.*	*Com. e Serv.*	*Func. Públ.*	*Rurais*	*Outras categ.*	*Total*
Diretor	56,1	68,4	83,0	65,7	72,3	56,0	84,6	54,6	65,9
Sócio	7,0	5,4	-	11,1	4,1	38,2	10,3	15,1	7,9
Sócio c/ função	10,5	3,1	-	3,7	4,4	-	5,1	13,2	5,8
Outra situação	8,7	4,6	2,1	5,6	8,2	2,9	-	5,7	6,6
Suplente	11,1	12,3	12,8	8,8	7,9	2,9	-	3,8	9,0
Delegado	1,0	6,2	-	0,9	2,2	-	-	3,8	2,0
Conselho Consultivo	5,6	-	2,1	4,2	0,9	-	-	3,8	2,8
Total	25,6	11,6	4,2	19,2	28,2	3,0	3,5	4,7	100,0
N	302	139	47	225	334	34	40	57	1178

Foi entre os metalúrgicos que se encontrou a menor proporção relativa de delegados com cargos na diretoria. Neste caso, muito provavelmente, a explicação se deve ao fato de os militantes metalúrgicos, especialmente os ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, terem acorrido em grande número ao congresso de formação de uma central sindical que tem como principal ponto de apoio o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. No caso dos funcionários públicos, setor em que a CUT é absolutamente dominante, a baixa proporção de diretores vem, com toda a certeza, do pequeno número de entidades do setor público que apoiaram a formação da Força Sindical. Desse modo, seria mesmo difícil encontrar uma proporção elevada de diretores de entidades entre os poucos funcionários públicos presentes.

Tempo de militância

A análise do tempo de militância dos delegados que participaram da fundação da Força Sindical indica que se trata de congressistas com tempo de atividade sindical relativamente maior do que o encontrado no III CONCUT,

parâmetro privilegiado de comparação, neste caso. Além do mais, pelos dados de que dispomos relacionados à CUT, é bastante provável que a situação dos delegados participantes do congresso da Força Sindical retrate um quadro mais geral, característico do sindicalismo brasileiro. Como expressa o quadro seguinte, que apresenta dados relacionados ao tempo de militância dos delegados que participaram do congresso de fundação da Força Sindical e do III Congresso Nacional da CUT, aproximadamente um terço dos delegados da Força Sindical tinha menos de três anos de militância sindical, compreendendo por esse tempo todo o período em que o delegado tinha participado de atividades sindicais, na diretoria de alguma entidade ou fora dela. O tempo de militância dos delegados do III CONCUT, para o mesmo período, era ligeiramente maior (37%). Porém, considerando somente os que tinham mais de sete anos de militância sindical, encontrou-se uma proporção maior de casos no congresso da Força Sindical do que no da CUT.

Vê-se, assim, que a Força Sindical possui proporcionalmente mais delegados com mais tempo de militância. Na última faixa (mais de sete anos) a diferença se acentua: cerca de 47% dos delegados na Força Sindical contra 32% no III CONCUT.

O maior tempo de militância encontrado entre os delegados da Força Sindical se deve, em parte, ao fato de os delegados que participaram da fundação dessa central serem um pouco mais velhos do que os delegados presentes no III CONCUT. Considerando, ademais, que na Força Sindical lidamos com dirigentes sindicais mais do que com militantes de base ou do que com ativistas de oposições sindicais, temos mais elementos que reforçam a hipótese de que a Força Sindical se apresentou, muito mais do que a CUT, como central fortemente embasada na estrutura sindical oficial.

Quadro III-3
Tempo de militância FS e CUT

Tempo de militância	*FS*	*CUT*
Menos de três anos	31,7	37,4
Quatro a sete anos	21,4	30,8
Mais de sete anos	46,9	31,8
Total	100,0	100,0
N	1.048	4.137

O sindicalismo corporativo no Brasil consolidou padrões de reprodução de lideranças sindicais em seus postos que, no limite, pouco

tinham a ver com a capacidade de mobilização de suas bases de representação. Maior tempo no movimento sindical e, em especial, nas diretorias de sindicatos não significa, sempre, forte apoio da massa de trabalhadores. Muito ao contrário. Aquele tempo maior pode significar, no Brasil: *1)* maior capacidade de sobrevivência, por parte de sindicalistas, em face de conjunturas políticas adversas, vale dizer, a repressão dos tempos do regime autoritário; *2)* consolidação de um padrão de gestão da máquina sindical altamente eficiente em termos da prestação de serviços aos associados, mas pouco eficaz na negociação trabalhista. A eficácia, neste último aspecto, pode não ter nada a ver com a capacidade de pressão da organização sindical, isto é, a capacidade de fazer greves. Pode derivar da relação amigável com os empregadores, como mostra Hamilton Faria[4] para o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo durante a gestão Joaquinzão. Em suma, maior tempo de militância sindical no Brasil pode significar, na verdade, no caso dos diretores sindicais que permaneceram nos cargos durante o período autoritário, um compromisso com, o sindicalismo corporativo, que terá sido, com razoável margem de certeza, menos intenso do que o encontrado entre os sindicalistas que fundaram a CUT, dos quais metade estava fora da estrutura sindical oficial.[5]

[4] Para Hamilton J. B. de Faria, "A Experiência Operária nos Anos de Resistência: A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário", dissertação de mestrado, São Paulo, PUC, 1986. Veja-se também Adalberto Moreira Cardoso, *A Negação Contestada: Pragmatismo Sindical e Democratização, op. cit.,* e Arnaldo Nogueira, "A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro. A Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978-83)", dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 1990.

[5] É verdade que os militantes sindicais cutistas que estavam fora da estrutura sindical, com o tempo, acederam às direções dos sindicados oficiais. Ao fazê-lo, levavam com eles o discurso transformador que definia a estrutura sindical corporativa como meta prioritária de reforma. Se tal reforma não se verificou na prática, isso tem menos relação com *as* disputas internas da central do que com a dinâmica cotidiana dos sindicatos que, consolidados como estruturas burocráticas, têm demonstrado uma inércia organizacional de difícil superação, a curto prazo e desde dentro. Para a inércia organizacional como componente essencial de grandes organizações, ver Michel Crozier, *O Fenômeno Burocrático,* Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981. Para a dinâmica sindical, como responsável pela consolidação de lideranças e de reiteração de um padrão de representação sindical, ver Alessandro Pizzomo, Exchange and Collective Identity ia Industrial Conflict", *ia:* A. Pizzorno e C. Crouch, *The Resurgence of Class Conflict in Western Europe Since 1968,* Londres, The MacMillan Press, 1978. De ângulo diverso, para a análise relacionada à resistência e à dificuldade da mudança da estrutura sindical brasileira, cf. Maria Hermínia Tavares de Almeida, *Crise Econômica e Organização de*

O tempo de militância constitui um requisito importante para a ocupação de um posto na Direção Nacional da Força Sindical. A proporção de membros da Diretoria Nacional com menos de três anos de atuação sindical é significativamente menor do que a encontrada na massa de sindicalistas presentes ao congresso: cerca de 5% tinham menos do que três anos, enquanto no outro extremo 80% tinham mais de sete anos de militância (contra 47% entre os delegados).

Quadro III-4
Direção nacional
Tempo de militância

Menos de 3 anos	4,6
De 4 a7 anos	15,4
Mais de 7 anos	80,0
Total	100,0
N	65

Deve-se notar, por outro lado, que a variação entre as categorias profissionais não é muito acentuada, oscilando a diferença numa faixa de dez pontos para quase todas as categorias. A exceção é dada pelos funcionários públicos, especialmente quando comparados aos metalúrgicos. Como se vê na tabela seguinte, cerca de 60% dos delegados de sindicatos metalúrgicos da Força Sindical tinham mais de sete anos de militância sindical, enquanto no caso dos funcionários públicos a proporção caía para cerca de 10%.[6] Entre esses últimos, a maioria tinha menos de dois anos de

Interesses: Estratégias do Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80, tese de livre-docência defendida no Departamento de Ciência Política da USP, 1992 (mimeo.), e Armando Boito Jr., *O Sindicalismo de Estado no Brasil. Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical,* São Paulo, Editora da Unicamp-Hucitec, 1991.

[6] A comparação por categoria profissional não pôde ser feita com os delegados que participaram do II CONCUT por não existirem dados para as mesmas categorias. Assim, *as* informações relativas ao congresso da CUT não distinguem os delegados do setor de alimentação, do papel e papelão (incluídos na categoria "outros"), enquanto, por outro lado, no caso da Força Sindical, os delegados do setor de educação e do setor financeiro, por exemplo, estão compreendidos na categoria outros. Apesar disso, pode-se comparar a categoria dos metalúrgicos e dos funcionários públicos, que aparecem discriminados nos dados para os congressos das duas centrais. Nos dois casos, os metalúrgicos constituem a categoria profissional com mais tempo de militância, e os funcionários públicos, a categoria com menos tempo. No III CONCUT, 53% dos delegados metalúrgicos tinham mais de sete anos de militância, proporção bastante próxima da encontrada na Força Sindical. O menor tempo de militância, encontrado entre os funcionários públicos, relaciona-se com a menor

militância, dado que contrasta fortemente com as demais categorias, onde a proporção, nessa faixa de tempo, tende a oscilar entre um quinto e um quarto dos delegados.

Tabela III-2
Tempo de militância e entidade

Tempo	*Metalurg.*	*Aliment.*	*Papel*	*Outras indú.*	*Comer e serv.*	*Func. públ.*	*Rurais*	*Outras categ.*	*Total*	*N*
Até 2 anos	22,0	25,9	23,9	23,5	19,7	62,1	21,6	25,5	23,4	241
3 a7 anos	20,4	30,1	32,6	31,6	34,6	27,6	29,7	34,0	29,3	302
Mais de 7 anos	57,6	44,0	43,5	44,9	45,7	10,3	48,7	40,5	47,3	486
Total	26,1	11,3	4,5	19,0	28,1	2,8	3,6	4,6	100,0	
N	269	116	46	196	289	29	37	47		1.029

Apesar de o tempo de militância dos delegados da Força Sindical ser, de modo geral, maior do que o dos sindicalistas que participaram do III CONCUT, a parcela dos que ocupavam cargos de direção há pouco tempo pode ser considerada elevada: 28% dos delegados da Força Sindical não tinham mais do que um ano de diretoria. No caso da CUT, os que dirigiam sindicatos há um ano ou menos chegavam a 48% do total de delegados com postos na diretoria. Os delegados com mais de seis anos na diretoria de seus sindicatos compunham aproximadamente um quinto do total. Somente 12% daqueles ocupavam cargo de diretoria há mais de quatro anos. Observe-se, ainda, que 24% dos sindicalistas da Força Sindical, contra 12% no Terceiro Congresso da CUT, tinham entre quatro e dez anos de tempo na diretoria e que 10% dos delegados da Força Sindical tinham mais dez anos de diretoria, enquanto somente 1%, no caso da CUT, estava na mesma situação.

Esses dados reiteram o fato de a Força Sindical ter sido formada a partir de dirigentes sindicais, com posições na estrutura sindical e relativamente mais idosos, enquanto no III CONCUT estavam sindicalistas mais jovens e militantes que provavelmente só recentemente começam a ocupar posições na estrutura sindical oficial.[7]

tradição de ativismo sindical nessa categoria que, até a Constituição de 1988, não tinha o direito de organizar-se em sindicatos.

[7] Infelizmente, não dispomos de dados relativos ao IV CONCUT. Nesse congresso, realizado em São Paulo em setembro de 1991, não apenas o número absoluto de delegados foi

Quadro III-5
Tempo na diretoria – delegados da ES e do III CONCUT

Tempo na diretoria	*FS*	*CUT*
Menos de um ano	12,2	21,8
Um ano	15,7	26,3
Dois anos	16,1	22,6
Três anos	11,4	10,3
Quatro anos	11,1	5,8
De quatro a dez anos	23,5	11,9
Mais de dez anos	10,0	1,3
Total	100,0	100,0
N	826	1.968

Os dados acima servem apenas como uma comparação muito geral entre o conjunto de participantes dos congressos das duas centrais. Dizemos “muito geral” porque o tempo na diretoria, tal como o tempo de militância, varia de acordo com a categoria profissional. Nas categorias onde o impulso de sindicalização é mais recente, os diretores de sindicatos tendem a ter menos tempo de diretoria e de militância. Isso é especialmente mais forte entre os funcionários públicos. Conforme mencionado em nota, até a Constituição de 1988 esses não podiam organizar-se em sindicatos. Na medida em que os professores, especialmente do ensino elementar, têm muito mais peso na CUT do que na Força Sindical, a média de tempo de militância na CUT tende a ser puxada para baixo.[8]

Liberação para as atividades sindicais

Dos diretores de entidades que participaram do congresso de fundação da Força Sindical, cerca da metade estava liberada das empresas em que trabalham para realizar atividades sindicais, quer dizer, trabalhava

consideravelmente menor (1.546 sindicalistas credenciados no IV CONCUT contra 6.218 no III CONCUT) como a presença de delegados de base também foi reduzida, numa proporção que ainda não temos condições de saber.

[8] Para a CUT, não temos os dados relativos a tempo de diretoria cruzados com as categorias profissionais. Mas dispomos dos dados relativos a tempo de militância, que coincidem grandemente com o tempo de diretoria. Assim, no caso dos delegados no III CONCUT, entre os metalúrgicos há mais tempo organizados em sindicatos, 53% tinham mais de sete anos de militância sindical, proporção que caía para 21% entre os funcionários públicos e 36% entre os delegados do setor de educação (Leôncio Martins Rodrigues, Maria Silvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.,* tabela 29).

em tempo integral no sindicato, enquanto aproximadamente 14% estavam liberados "em tempo parcial". A proporção dos diretores liberados para atividades sindicais, no caso da Força Sindical, é bem maior do que a encontrada entre os delegados no III CONCUT, onde somente 34% estavam inteiramente liberados.

Quadro III-6
Liberação para trabalho sindical – FS e CUT

Tipo de liberação	*FS*	*CUT*
Liberado em tempo integral	54,5	34,1
Liberado em tempo parcial	13,8	14,7
Não liberado	29,7	49,6
Outra situação	2,0	1,6
Total	100,0	100,0
N	816	1.751

Ao que tudo indica, a categoria profissional representada pela entidade é uma variável interveniente na liberação para a dedicação a atividades sindicais. Nesse aspecto, as discrepâncias são mais fortes na CUT do que na Força Sindical, porque a composição sócio-profissional entre delegados ao III CONCUT foi, como já vimos no capítulo II, mais heterogênea do que no congresso da Força Sindical. No caso da CUT, enquanto entre os funcionários públicos, professores e trabalhadores rurais a proporção dos que estavam "desligados da produção" para se dedicarem exclusivamente aos trabalhos dos seus sindicatos estava entre 20% e 25%, entre os bancários nada menos do que 76% dos diretores de sindicatos estavam desligados integralmente de suas ocupações. Entre os delegados do congresso da Força Sindical, a variação entre as diferentes categorias oscilou entre um máximo de 66% de diretores totalmente desligados de suas atividades profissionais (diretores de sindicatos de trabalhadores rurais) e um mínimo de 50% (entre os funcionários públicos).

Aqui também uma comparação mais detalhada entre os delegados do I Congresso da Força Sindical com os do III CONCUT é difícil de ser feita porque a agregação das categorias profissionais, em ambos os congressos, nem sempre coincide. Contudo, chama a atenção à discrepância entre os delegados de sindicatos rurais nas duas entidades. No III CONCUT eram os delegados de trabalhadores rurais os que apresentavam a mais baixa proporção de diretores de sindicatos dedicados integralmente à atividade sindical. Na Força Sindical, a porcentagem era bastante elevada, mas

algumas ressalvas devem ser feitas. No congresso da CUT, os delegados de trabalhadores rurais perfaziam aproximadamente 34% do total. Entre eles, apesar de os pequenos proprietários representarem cerca da metade dos participantes do evento, havia muitos assalariados, posseiros e trabalhadores sem terra. No caso da Força Sindical, os delegados de sindicatos rurais constituíam um número muito pequeno (3,5% do total). Alguns, ao preencherem os questionários, declararam como profissão "agricultor" e não "trabalhador rural", o que permite pensar que não eram assalariados, mas pequenos proprietários de nível de renda mais elevada do que agricultores de uma economia de subsistência. Embora não tenhamos dados mais precisos, a impressão que resulta da comparação entre os "trabalhadores rurais" da CUT e os da Força Sindical é de que, no caso da primeira, muito provavelmente, simples trabalhadores – sem tempo de militância sindical e sem posição nas diretorias dos sindicatos rurais – eram enviados pelas lideranças da CUT ou da "Igreja progressista" para fins de formação política e sindical, enquanto na Força Sindical os poucos "agricultores" presentes eram diretores de sindicatos.

Além disso, grande parte dos delegados de trabalhadores rurais presentes no III CONCUT provinha das regiões Norte e Nordeste, muitos deles de áreas conflagradas, onde era forte o litígio pela posse da terra. No caso da Força Sindical, quase a metade dos delegados de sindicatos de trabalhadores rurais era paulista, e 64% do total tinham entre curso primário e ginásio completo. Entre esses delegados, não se encontrou nenhum analfabeto, enquanto a proporção dos que não tinham mais de quatro anos de escolaridade foi de apenas 12%. Na CUT, 32% eram analfabetos. Essas observações destinam-se a mostrar que, no caso dos trabalhadores rurais, havia profundas diferenças entre a Força Sindical e a CUT, o que deve ser levado em conta quando se comparam os delegados dessa categoria profissional.

Participação em congressos

Pelo que indicam os dados relacionados à participação em congressos sindicais anteriores, a Força Sindical recrutou, na sua maioria, dirigentes sindicais que não tinham ligações com as centrais sindicais já existentes ou que delas tinham permanecido afastados. Essa afirmação advém do fato de a maioria dos delegados nunca ter participado de outros congressos sindicais, apesar de o final da década de 70 e o começo da de 80 terem sido um período

repleto de reuniões sindicais de todo tipo. Com efeito, aproximadamente 67% dos delegados sindicais presentes na fundação da Força Sindical nunca tinham participado de algum congresso da CUT ou da CGT.[9]

Quadro III-7
Participação em Congressos anteriores

Participou de algum congresso	33,3
Não participou	66,7
Total	100,0
N	1.154

Mesmo na Direção Nacional, 31% dos seus integrantes (contra aproximadamente 66% dos delegados) não participaram de nenhum dos grandes congressos que agitaram o meio sindical nos anos que cercam a abertura política e o fim dos regimes militares: a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) e os congressos anteriores da CUT e/ou da CGT. Esse dado reforça a hipótese de que a Força Sindical reuniu principalmente diretores de sindicatos com fraca experiência de militância política anterior, fato que não se repete na Direção Nacional.

Existe, contudo, uma minoria de delegados que – tomando-se a participação em congressos nacionais anteriores como indicador – chegou a ter uma participação mais intensa no movimento de reorganização do sindicalismo brasileiro no período considerado. Os maiores índices de participação referem-se aos congressos da CGT e da primeira CONCLAT, realizada no município de Praia Grande em 1981, onde vários sindicatos e federações possuem colônias de férias. Assim, aproximadamente 12% dos sindicalistas da Força Sindical tinham estado na Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a primeira e a Ultima grande reunião nacional em que estiveram juntos diretores e ativistas sindicais que, mais tarde, iriam formar a CUT e as duas CGTs.[10] Mas pode-se observar, no quadro III-8, que uma minoria participou de algum congresso da CUT. Esse dado indica que, apesar da adesão à Força Sindical de alguns importantes lideres anteriormente ligados à CUT, a nova central não conseguiu atrair mais do que um ou outro sindicalista que tivera algum tipo de relacionamento com a CUT. Os dados, para a massa de participantes da reunião de fundação da Força Sindical, indicam, contudo, que ela atraiu uma pequena parte de sindicalistas ligados à CGT, que poderia ser estimada em tomo de 10%.

Notemos no quadro III-8, que a proporção de delegados que estiveram no Congresso da CGT em 1989 (Praia Grande) é relativamente elevada, chegando quase a 18%. Em contraposição, somente 8% dos delegados participaram do congresso da Central Geral dos Trabalhadores (Belo Horizonte, 1989) que elegeu Joaquim dos Santos Andrade para presidente, em oposição à Confederação Geral dos Trabalhadores, que ficou sob a presidência de Antônio Rogério Magri.

Quadro III-8
Delegados e DN
Participação em outros congressos

Congressos	*Delegados*	*DN*
CONCLAT (Praia Grande, 1981)	11,7	40,0
Congresso de fundação da CUT (S. Bernardo, 1983)	2,4	10,8
I CONCLAT (P. Grande, nov. de 1983)	10,5	43,1
I CONCUT (S. Bernardo, 1983)	2,4	10,8
H CONCUT (Rio, 1986)	1,9	3,1
Congresso de fundação da CGT (P. Grande, 1986)	14,6	53,8
III CONCUT (Belo Horizonte, 1988)	1,8	1,5
Congresso de fundação da CGT (P. Grande, 1989)	17,7	44,6
Congresso da CGT (Belo Horizonte, 1989)	8,4	23,1
N	1.158	65

A tendência a uma baixa participação em eventos sindicais anteriores inverte-se quando observamos o mesmo fenômeno no tocante aos altos dirigentes da Força Sindical. Embora poucos deles tenham participado de algum congresso da CUT, uma porcentagem elevada participou de congressos anteriores da CGT. Assim, cerca da metade dos membros da Direção Nacional da Força Sindical esteve no congresso de criação da Central Geral dos Trabalhadores, realizado em Praia Grande em 1986, enquanto 45% participaram do congresso de 1989, na mesma cidade, que levou à formação das duas CGTs. Esses dados sugerem que, se parte não desprezível da

[9] Cumpre ressaltar, porém, que 62% dos delegados presentes no III CONCUT também não tinham participado em qualquer outro congresso nacional de trabalhadores. Tal como na Força Sindical, a maioria dos delegados era composta de neófitos no movimento sindical. Na CUT, a proporção dos iniciantes tendia a ser mais elevada entre os delegados de sindicatos de trabalhadores rurais, de funcionários públicos e de bancários. Cf. Leôncio Martins Rodrigues, Maria Silvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iran Jácome Rodrigues, *op. cit.*, tabela 29.

[10] Essa proporção é mais elevada do que a encontrada entre os delegados do III CONCUT, onde somente 5% dos participantes estiveram presentes no CONCLAT de 1981.

massa de delegados que participou da fundação da Força Sindical tinha estado afastada da política sindical nacional, a mesma observação já não pode ser estendida à alta liderança da Força Sindical. Como indicam os dados anteriores, uma proporção elevada dos dirigentes da Força Sindical veio da CGT. Desse ponto de vista, em termos qualitativos, a formação da Força Sindical prejudicou principalmente a CGT, mas em termos da atração de dirigentes afetou muito pouco a CUT.

Participação em congressos e categorias profissionais

A participação em congressos varia bastante de acordo com a profissão/ocupação e com a categoria profissional. Os "artesãos", quer dizer, os trabalhadores manuais especializados (padeiros, costureiros, alfaiates, cozinheiros, etc.), seguidos dos profissionais de nível médio (geralmente técnicos sem formação universitária), foram os que apresentaram os índices mais elevados de participação em congressos. No polo oposto, os operários não qualificados e os trabalhadores não manuais de baixa qualificação (porteiros, vigias, ascensoristas, auxiliares de escritórios, contínuos, etc.) constituíram as ocupações com as menores porcentagens de participação em alguma das reuniões assinaladas acima.

Tabela III-3
Participação em congresso e profissão/ocupação

Profissão/ocupação	*Participou*
"Artesãos" (manuais especializados)	47,5
Profissionais de nível médio	44,8
Trabalhadores rurais	44,0
Profissionais de nível superior	41,7
Trabalhadores do setor rodoviário	38,9
Bancários e empregados de estabelecimentos de crédito	38,7
Empregados não manuais do comércio e serviços	38,2
Operários qualificados e semiqualificados da indústria	34,0
Empregados qualificados ou especializados de escritório	31,8
Trabalhadores manuais sem qualificação	26,1
Operários não qualificados da indústria	20,7
Outros	32,8
N	1.128

De modo geral, quando a participação em congressos anteriores é avaliada do ângulo da profissão/ocupação, a tendência é de que ela seja

geralmente mais intensa entre os grupos de renda e ocupação mais elevadas. A proporção relativamente grande de delegados de sindicatos rurais que participaram de congressos anteriores aparentemente contraria a regra. Entretanto, deve-se levar em conta que os delegados desses sindicatos, em 85% dos casos, eram diretores de sindicatos, quer dizer, delegados presumivelmente com maior tempo de atividade sindical,[11] dado que pode explicar os índices relativamente altos de participação em congressos anteriores de parte dos delegados de sindicatos de trabalhadores rurais.

Orientações sindicais

Sob essa designação procuramos avaliar as opiniões dos delegados e membros da direção da Força Sindical sobre algumas questões sindicais e políticas. Considerando-se a distribuição das respostas nessa área, os participantes do congresso de fundação e os membros da Diretoria Nacional da Força Sindical são, na sua imensa maioria, favoráveis a uma central sindical que atue politicamente e a um sindicalismo voltado para a negociação direta com as empresas, sendo a greve um instrumento a ser utilizado em último recurso, quando falharem as negociações. Ademais, os membros da Força Sindical são majoritariamente favoráveis a um entendimento nacional e a um fortalecimento do poder do Congresso Nacional diante do Executivo. No geral, trata-se de opiniões políticas e sindicais moderadas. Mas nem por isso os sindicalistas que participaram da formação da Força Sindical defendem uma organização apolítica. Mais precisamente: dois terços dos delegados julgam que o principal papel de uma central sindical é atuar politicamente, pressionando governantes e políticos.

A ideia de que a principal tarefa de uma central é atuar politicamente é bem mais acentuada entre os membros da Direção Nacional do que entre a massa de delegados. Na Direção Nacional, 94% declararam que o principal papel de uma central é pressionar o governo e os políticos, enquanto somente 6% afirmaram que uma central de trabalhadores deveria ficar longe da política.

[11] Os trabalhadores rurais e agricultores foram a categoria da FS que apresentou a maior proporção de diretores de sindicatos. Entre os metalúrgicos, por exemplo, somente 58% dos delegados ocupavam postos na diretoria. Ver capítulo mais adiante, onde se discutem as opções políticas dos participantes do congresso.

Quadro III-9
Principal papel de uma central sindical

Com qual dessas frases você concorda mais:	
1) O principal papel de uma central sindical é atuar politicamente, pressionando o governo e os políticos em defesa dos trabalhadores	75,0
2) Sempre que possível, uma central sindical deve ficar longe da política e do governo, ocupando-se exclusivamente de assuntos sindicais	21,8
3) Não sei dizer, não tenho opinião	3,2
Total	100,0
N	1.089

A preferência por uma central sindical que participe da política nacional aumenta com o tempo de militância e com o tempo de diretoria. Assim, a proporção dos que preferiam uma central sindical pressionando o sistema político subia de 65% entre os que tinham até dois anos de militância para 81% entre os que militavam de três a sete anos e para 80% entre os que tinham mais de sete anos de atuação no movimento sindical.

Tabela III–4
Atuação política das centrais e tempo de militância

Tempo de militância	*Atuar politicamente*	*Longe da política*	*Não sabe*	*Total*	*N*
Até 2 anos	64,8	30,5	4,7	23,7	237
3 a 7 anos	80,6	17,1	2,3	29,9	310
Mais de 7 anos	78,9	19,4	1,7	46,4	505
Total	76,0	21,4	2,6	100,0	
N					1.052

Mas, ao contrário do que tende a acontecer com as organizações sindicais (ou partidárias) mais à esquerda, nas quais a ideologia socialista desempenha um papel de primeiro plano na orientação dos dirigentes e militantes, a aceitação de uma Força Sindical "política" não significa que a massa de delegados que participou da formação da nova central entenda que os sindicatos devam atuar junto aos trabalhadores como uma espécie de "guia" das opções eleitorais. Esta conclusão decorre da análise dos resultados de uma questão que indagava se, nos períodos eleitorais, os sindicatos deveriam tentar influenciar as opiniões dos trabalhadores. Como se vê, no próximo quadro, cerca de 67% dos entrevistados se manifestaram contra.

Quadro III-10
Os sindicatos e o voto dos eleitores

Você acha que nos períodos eleitorais, os sindicatos:	
1) Devem tentar influenciar o voto dos trabalhadores	31,2
2) Devem deixar que os trabalhadores escolham livremente	66,9
3) Não sei dizer, não tenho opinião	1,9
Total	100,0
N	1.117

Aqui, a opinião da maioria dos membros da Direção Nacional tende a ir na direção contrária à da maioria dos delegados presentes no congresso de fundação, pois 52% dos dirigentes nacionais se manifestaram a favor de uma atuação dos sindicatos no sentido de influenciar os trabalhadores (46% pronunciaram-se contra e 2% não tinham opinião). Trata-se de uma diferença relativamente importante entre as posições majoritariamente assumidas pelos delegados, de um lado, e pela maioria da Direção Nacional, de outro. As discrepâncias observadas entre a massa de delegados e a liderança poderiam eventualmente constituir um obstáculo para uma eventual tentativa da Direção Nacional de intervir nas disputas políticas, no sentido de tentar orientar o voto dos trabalhadores a favor desse ou daquele candidato ou partido. Mas pensamos que não conviria exagerar a magnitude das diferenças de opinião entre os delegados e a direção da Força Sindical. Em primeiro lugar, porque a massa de delegados não é muito politizada, e a Direção Nacional não se caracteriza igualmente por um radicalismo político de tipo "vanguardista", que tenha a intenção de exercer uma ação pedagógica de "educação" da massa de trabalhadores. Consequentemente, nesse aspecto, a discrepância de opinião não deve levar a um afastamento importante entre a direção e o conjunto de sindicalistas.

Em segundo lugar, porque as porcentagens das respostas dos delegados, apresentadas acima, se referem ao conjunto dos participantes do congresso de fundação. Se considerarmos os delegados com maiores responsabilidades na estrutura sindical, especificamente com postos mais elevados na direção de seus sindicatos, verificaremos que as posições dessa parcela de delegados tendem a coincidir com as da Direção Nacional. Por outro lado, a proporção de respostas favoráveis a uma atuação dos sindicatos no sentido de influenciar o voto dos trabalhadores é mais elevada entre os grupos mais qualificados. Entre os bancários, os profissionais de nível superior e de nível médio, mais de 40% manifestaram-se favoravelmente a que os sindicatos procurem influenciar o

voto dos trabalhadores nos momentos de eleição. Já entre os operários de baixa qualificação, a proporção dos que têm a mesma opinião declina para 14%.

Tabela III-5
Influenciar o voto dos trabalhadores e profissão

Categorias	*Sim*	*Não*	*Não sabe*	*Total*	*N*
Operários qualif.e semiqualificados	34,4	64,9	0,7	100,0	436
Empreg. de escr. qualif. e espec.	24,5	74,5	1,0	100,0	105
Não manuais sem qualificação	27,5	71,2	1,3	100,0	84
Profissionais de nível médio	45,9	52,9	1,2	100,0	94
Profissionais de nível superior	39,6	58,5	1,9	100,0	56
Não manuais espec. do com. e serviços	17,3	80,8	1,9	100,0	54
"Artesões" (manuais especializados)	28,9	71,1	-	100,0	39
Trabs. do setor rodoviário	25,7	68,6	5,7	100,0	36
Operários não qualificados	14,8	85,2	-	100,0	28
Bancários	57,7	38,5	3,8	100,0	30
Trabs. rurais	33,3	66,7	-	100,0	25
Outros	26,5	68,0	5,5	100,0	131
Total	31,9	66,4	1,7	100,0	
N					1.118

Coerentemente com os dados anteriores, a proporção dos delegados que julgam que os sindicatos devem atuar politicamente junto aos trabalhadores nos momentos eleitorais eleva-se entre os delegados de maior escolaridade. Vale a pena ressaltar que, entre os que terminaram a universidade, a proporção dos que defendem essa opinião chega a 45%, baixando para 29% entre os que têm primário incompleto.

Tabela III-6
Influenciar o voto dos trabalhadores vs. escolaridade

Categorias	*Sim*	*Não*	*Não Sabe*	*Total*	*N*
Analfabeto	-	100,0	-	100,0	3
Primário incompleto	29,5	67,9	2,6	100,0	81
Primário completo	26,7	68,4	4,9	100,0	210
Ginásio incompleto	30,1	67,7	2,2	100,0	186
Ginásio completo	27,6	71,4	1,0	100,0	206
Colégio incompleto	31,6	68,4		100,0	79
Colégio completo	30,9	68,6	0,5	100,0	201
Universidade incompleta	41,3	57,4	1,3	100,0	89
Universidade completa	45,4	53,6	1,0	100,0	108
Total	31,3	66,8	1,9		
N					1.163

Por fim, na avaliação das orientações predominantes no interior da Força Sindical, caberia ressaltar as opções da grande maioria dos delegados e dirigentes a favor de um aumento do poder legislativo e de uma restrição dos poderes do presidente. Diante de uma questão que os levava a escolher entre uma alternativa que implicava o reforço do poder Executivo e do poder Legislativo, a grande maioria dos delegados e, mais ainda, dos membros, da Direção Nacional manifestou-se a favor do fortalecimento do Legislativo.

Quadro III-11
Poderes do Presidente e do Congresso

Com qual dessas frases o sr. concorda mais?	
1) É preciso aumentar o poder do presidente Collor para que ele possa fazer as reformas necessárias sem a interferência do Congresso	7,5
2) É preciso aumentar os poderes do Congresso para evitar que o presidente continue adotando medidas prejudiciais ao país	82,8
3) Não sei dizer, não tenho opinião	9,7
Total	100,0
N	1.081

No caso da Direção Nacional, a porcentagem de respostas que valoriza o congresso subiu para 94%, sendo de 3% tanto a proporção de membros da direção que eram favoráveis a ampliar os poderes de Collor como a dos que não souberam responder.

A análise dos dados referentes às opiniões políticas dos delegados e da direção contraria as expectativas de certos setores sindicais e políticos – tanto à esquerda como à direita – que imaginavam a Força Sindical composta por sindicalistas refratários à ação política e orientados exclusivamente para a reivindicação econômica. Os delegados, e principalmente a alta direção da Força Sindical, na sua maioria, entendem que a central não pode se manter alheia aos problemas da política nacional. Nesse sentido, já notamos, na *Introdução*, que Luiz Antônio de Medeiros, antes mesmo da criação da Força Sindical, vinha desenvolvendo forte atuação no campo político, mas colocando em primeiro plano o diálogo e a propaganda dirigida à opinião pública. Nesse campo, aliás, pode-se dizer que o presidente da Força Sindical revela grande habilidade no manejo do marketing político, no que é favorecido por grande cobertura da mídia nacional. Não há, consequentemente, na maior parte dos sindicalistas que participaram da fundação da Força Sindical, uma atitude de rejeição da atividade política enquanto tal, mas sim de rejeição de uma atividade política radical, ou de esquerda.

No tocante à participação política, o aspecto moderado aparece na atitude dos delegados com relação ao entendimento nacional. Enquanto na CUT, até agora, a ideia da negociação e da participação que envolva o governo divide a entidade – e é olhada, como também acentuamos na *Introdução*, com desconfiança por parte da grande maioria da direção –, na Força Sindical a parcela que julga que o entendimento nacional é impossível é de apenas 10%. De fato, a maioria dos delegados é favorável a um amplo entendimento nacional, que envolva não apenas os trabalhadores e empresários, mas também o governo. Há, contudo, uma minoria expressiva (21%) que se inclina a limitar os esforços de construção de um amplo acordo nacional apenas aos trabalhadores e aos empresários, afastando o governo.

Nesse aspecto, as opiniões dos integrantes da Direção Nacional vão no mesmo sentido da dos delegados, sendo um pouco mais forte a proporção da alta liderança (80%) que é favorável a um entendimento nacional com a participação do governo. A porcentagem dos que consideram um entendimento impossível é de 5%, enquanto os que prefeririam um entendimento envolvendo apenas empresários e trabalhadores alcançam 16%.

Quadro III-12
Entendimento nacional

Com qual dessas frases você concorda mais:	*%*
1) É preciso um amplo entendimento nacional entre trabalhadores e empresários sem a interferência do governo	21,3
2) É preciso um amplo entendimento nacional reunindo não só os trabalhadores e empresários mas também o governo	65,5
3) Nenhum entendimento nacional é possível. Os trabalhadores devem defender os seus próprios interesses sem se preocupar com o que fazem o governo e os empresários	10,2
4) Não sei dizer, não tenho opinião	3,0
Total	100,0
N	1.084

Se a rejeição de uma eventual participação governamental e a descrença na possibilidade de um pacto, acordo ou negociação nacional reunindo empregadores, governo e sindicatos pode ser considerada como um indicador de radicalismo, os delegados de mais baixo nível econômico parecem ser, neste aspecto, os mais "radicais". Essa indicação surge quando se cruzam as opiniões sobre o acordo nacional com a escolaridade e a profissão/ ocupação.

Tabela III-7
Escolaridade e entendimento nacional

Escolaridade	*Sem governo*	*Com governo*	*Entendimento impossível*	*Não sabe*	*Total*	*N*
Analfabeto	33,3	33,3	33,3	-	100,0	3
Primário incompleto	26,8	52,1	14,1	7,0	100,0	71
Primário completo	26,7	54,3	15,9	3,1	100,0	195
Ginásio incompleto	23,1	58,4	13,3	5,2	100,0	173
Ginásio completo	22,2	67,5	8,8	1,5	100,0	194
Colégio incompleto	19,7	71,1	3,9	5,3	100,0	76
Colégio completo	15,1	74,7	8,6	1,6	100,0	186
Universidade incompleta	18,5	74,1	6,2	1,2	100,0	81
Universidade completa	16,2	77,7	5,1	1,0	100,0	99
Total	21,2	65,4	10,3	3,1	100,0	1.078

Como se vê, as maiores porcentagens de respostas hostis a um entendimento com participação do governo estão entre os delegados com mais baixo nível de escolaridade. Na realidade, é também nesse grupo que se registrou, proporcionalmente, a maior participação de delegados que acreditavam que um entendimento nacional é impossível. Assim, entre os que não tinham mais do que quatro anos de escolaridade, 27% entendiam que qualquer tentativa de entendimento deveria ser feita diretamente com as empresas, sem participação do governo. Em contrapartida, entre os delegados com formação universitária completa, somente 16% tinham a mesma opinião. Nessa faixa de escolaridade, quase 80% dos respondentes eram favoráveis a busca de um entendimento nacional com participação do governo.

As opiniões relativas às formas de atuação sindical são bastante coincidentes com aquelas referentes às formas de atuação política. De modo geral, revelam disposições moderadas e "negocistas". No caso específico da greve, esta aparece, para a grande maioria dos delegados, como um recurso a ser utilizado apenas quando falham as negociações.

Nesse assunto, as posições dos membros da Direção Nacional são mais moderadas do que as dos delegados. Com exceção de um caso, todos os demais membros da alta direção (98%) entenderam que a greve é uma arma dos trabalhadores a que se deve recorrer em última instância.

Entendida a greve como um último recurso, a quase totalidade dos delegados prefere a negociação direta com as empresas, rejeitando a interferência da Justiça do Trabalho e do governo.

Quadro III-13
Opiniões sobre a greve

Com qual dessas frases você concorda mais:	
1) A greve é o único recurso dos trabalhadores e deve ser usada sempre que possível para pressionar os empregadores	5,5
2) A greve é um instrumento importante de luta, mas só deve ser usado como último recurso quando falham as negociações	88,5
3) Deve-se sempre evitar a greve porque, no final, ela só traz prejuízos à economia do país e ao trabalhador	0,5
4) Não sei dizer, não tenho opinião	5,5
Total	100,0
N	1.114

Também nesse ponto, as opiniões dos membros da Direção Nacional são notavelmente coincidentes com as dos delegados: 98% dos dirigentes entendem que é melhor para os trabalhadores quando os sindicatos negociam diretamente com as empresas, sem intervenção da Justiça do Trabalho.

Quadro III-14
Negociação direta e Justiça do Trabalho

Com qual dessas frases você concorda mais?	
1) É melhor para os trabalhadores quando os sindicatos e as empresas negociam diretamente, sem intervenção da Justiça do Trabalho e do governo	87,7
2) No Brasil, a Justiça do Trabalho acaba dando mais vantagens para o trabalhador do que a negociação direta dos sindicatos com os patrões	8,3
3) Não sei dizer, não tenho opinião	4,0
Total	100,0
N	1.102

V. As Mulheres na Força Sindical

Dentre as várias transformações estruturais por que passou o mercado de trabalho no Brasil nos últimos anos, duas merecem destaque. De um lado, a intensa urbanização da atividade econômica, que criou um contingente de trabalhadores cada vez mais vinculado a profissões tipicamente "da cidade". De outro, a participação feminina na força de trabalho, que vem aumentando sistematicamente, em números absolutos e relativos. Este último aspecto é crucial. Enquanto, em 1976, 29% das mulheres em idade de trabalhar estavam no mercado de trabalho, em 1989 essa participação chegava a quase 39%.

O avanço das mulheres revela, sem dúvida, um processo em curso de mudança na divisão sexual do trabalho no país, além de lançar novas luzes sobre as transformações no comportamento e nas posições das mulheres no interior das famílias. A maior participação feminina no mercado de força de trabalho tem contribuído para lançar novos temas nas arenas onde se disputa a definição dos direitos sociais e trabalhistas: salários diferenciais para homens e mulheres que desempenham uma mesma função – uma praxe no país – ganharam espaço nas reivindicações sindicais, denunciados como forma de discriminação contra a mulher, as gestantes ganharam tratamento especial na nova Constituição; o problema da guarda dos filhos da mulher trabalhadora resultou em direito de creche; a simples presença feminina em áreas de trabalho dominadas originalmente pelos homens ampliou reivindicações sobre condições de trabalho e sobre os direitos da mulher de modo geral.

O aumento da parcela feminina no mercado de força de trabalho, entretanto, não foi acompanhado de aumento equivalente na proporção de mulheres na vida política, associativa e sindical. Esta última atividade, em especial, é ainda predominantemente masculina. Os dados mais recentes do IBGE mostram que apenas 8,6% das mulheres ocupadas de 18 anos ou mais estavam filiadas a sindicatos e associações profissionais em 1988, contra pouco mais de 16% dos homens.[1] Ao lado disso, entre os diretores efetivos de entidades sindicais, em 31.12.1988, quase 93% eram homens e apenas

[1] IBGE*: Participação Político-social: Educação, Meios de Transporte, Cadastro e Associativismo*, Brasília, IBGE, 1991.

7%, mulheres.[2] Em suma, não apenas as mulheres tinham vida associativa menos intensa do que os homens em 1988 (se bem que a taxa de associacionismo masculina também fosse baixa) como ainda estavam praticamente ausentes direções sindicais.[3]

Quadro IV-1
Participação feminina e masculina no III e IV CONCUT e na FS

Congressos	*Masc.*	*Fem.*	*Total*	*N*
FS	86,6	13,4	100,0	1.154
III CONCUT	75,9	24,1	100,0	4.290
IV CONCUT	81,6	18,4	100,0	1.554

O congresso de fundação da Força Sindical refletiu esse quadro. As mulheres presentes eram apenas 14% do total. Embora esse número fosse maior do que os pouco mais de 8% encontrados de mulheres ocupadas com vida associativa (como vimos acima), estava bem abaixo da participação feminina na PEA e, para usar outro termo de comparação, era menor também que o percentual de mulheres encontrado nos III e IV congressos da CUT (1988 e 1991).

No caso da CUT, a participação das mulheres, que baixou significativamente do III para o IV Congresso, embora superior à Força Sindical, está ainda muito abaixo da proporção de delegados do sexo masculino.[4]

Pelo que indicam os dados disponíveis referentes a outros congressos, a baixa participação feminina no congresso de fundação da Força Sindical e nos congressos da CUT não constitui exceção. A pequena porcentagem de mulheres entre os delegados foi também observada em outros congressos da CUT. Por exemplo, no VI Congresso Estadual da CUT do Rio de Janeiro (maio de 1990), apesar da esmagadora proporção de trabalhadores do setor terciário (72%), onde o emprego feminino tende a crescer, houve apenas 21% de mulheres.[5] No V Congresso Regional da CUT do Rio Grande do Sul (junho de 1989), a participação feminina não passou de 18%.[6] A presença das mulheres é ainda menor nos postos de comando, observação válida para todas as centrais sindicais. Na Força Sindical, entre 73 integrantes de sua Direção Nacional, há apenas sete mulheres (cerca de 10%), e ainda assim em postos secundários.[7] Na Executiva Nacional, há 24 homens para duas mulheres, essas também em funções de menor importância. A mesma coisa acontece na CUT. Quando da eleição da primeira Executiva da Central Única dos Trabalhadores, apenas uma mulher foi eleita. Da Executiva Nacional que saiu do I Congresso dessa central (1984), duas mulheres participaram (num total de quinze integrantes); nas Executivas eleitas no II CONCUT (1986) e no III CONCUT (1988), a participação feminina baixou novamente para uma num total de quinze membros. No IV CONCUT (1991), com a Executiva Nacional ampliada para 25 membros, o número de mulheres não passou de dois. Coincidentemente, todas eram professoras.[8] Na Primeira Executiva da CGT, eleita no congresso de fundação, em março de 1986, entre 18 participantes havia somente uma mulher no conselho fiscal.[9] Na Diretoria Executiva dessa mesma central, eleita no III Congresso, em 1992, de 35 membros efetivos somente três eram mulheres, todas em postos secundários. A atividade sindical, portanto, é uma atividade dominada pelos homens, domínio que aumenta quando se trata dos postos de comando.

Uma discussão das razões desse fato nos levaria muito além dos limites da atual pesquisa. Salientemos, contudo, que a presença masculina, como foi notado, no início deste capítulo, é predominante na força de trabalho como um todo e, basicamente, apresenta forte variação entre os setores econômicos e categorias profissionais. Aqui, uma análise mais detalhada das consequências dessa participação diferencial no mercado de

---

[2] IBGE*: Indicadores Sociais: Sindicatos*. Brasília, IBGE, 1991.

[3] Não se trata de algo específico do sindicalismo brasileiro. Também em outros países, a atividade sindical é quase totalmente dominada por homens.

[4] Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sylvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, *op. cit. e Resoluções do IV CONCUT.*

[5] Renato Rocha Pitzer e Marco Aurélio Santana, *Trabalhador e Militância Sindical no Rio de Janeiro. Um Perfil dos Delegados ao VI Congresso Estadual da CUT/RJ-90, op. cit.* No III Congresso da CGT, segundo os dados fornecidos pela central, num total de 1.314 delegados, somente 26% eram mulheres.

[6] Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sylvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.*

[7] Não se deve perder de vista, neste argumento, que perto de 50% das mulheres que estiveram no congresso da Força Sindical ocupavam algum (algo na diretoria, com destaque para a tesouraria e a secretaria) Note-se que 16% das mulheres que tinham algum cargo de direção eram presidentes de sindicato. Isso reforça a ideia de que não desempenharam papel de "claque" no congresso da Força Sindical, mas eram efetivamente delegadas de entidade.

[8] Leôncio Martins Rodrigues, *CUT: Os Militantes e a Ideologia*.

[9] *CGI;* ano I, n° 1, abril de 1986. Publicação da CGT.

trabalho exigiria considerar o peso das categorias profissionais nos congressos sindicais e a proporção de mulheres nessas categorias. Assim, por exemplo, sendo relativamente pequena a presença feminina num dado ramo, seria de esperar aí uma participação também menor de mulheres em eventos sindicais (e em outros compostos esmagadoramente por homens). Mas a relação entre a proporção de mulheres num dado setor econômico ou profissional e a proporção de sua participação nas atividades associativas parece longe de explicar a baixa participação feminina nas atividades sindicais. No caso brasileiro, como também em outros países, o fenômeno provavelmente tem alguma relação com a situação de subordinação das mulheres no interior da sociedade, de modo geral, e entre as classes populares, de modo particular, fato que tende a afastá-las da atividade sindical (e outras relacionadas à vida pública) e, especialmente, a dificultar a presença feminina nas funções de direção.

Mas é preciso ter em conta também outros elementos ligados ao que convencionalmente aparece como traços "masculinos" e "femininos". O discurso sindical, tal como o discurso político dos palanques (não o da conversa dos bastidores), constituiu-se historicamente como um "discurso masculino": agressivo, impositivo, ameaçador, destinado a revelar força, destemo; disposição para o combate. Visando entusiasmar os partidários e intimidar os adversários, tem como componente cênico habitual a voz forte, os gritos e gestos "viris", os punhos fechados martelando as mesas. As mulheres, para se projetarem no campo sindical (e político), necessitam geralmente assumir a postura masculina e rejeitar as formas de comportamento que habitualmente são consideradas como especificamente femininas. Essas características do discurso e da prática política estariam, talvez, contribuindo para a reduzida presença de mulheres nas cúpulas sindicais. Mas pensamos, por outro lado, que certos valores atualmente classificados como "machistas", e o fato de as atividades domésticas continuarem a ser preenchidas fundamentalmente pelas esposas, fazem com que a participação das casadas nos eventos sindicais seja bastante inferior à das solteiras, divorciadas e viúvas.

Desse ângulo, um dado no congresso da Força Sindical que traz novos elementos para a reflexão são as diferenças no que diz respeito à participação feminina e masculina. Enquanto os homens são esmagadoramente casados, na proporção de quatro para um em relação aos solteiros, as mulheres são esmagadoramente solteiras, na proporção de três

para uma em relação às casadas. Alem disso, 16% das delegadas do sexo feminino eram divorciadas e 5% viúvas, contra 7% e 0,8%, respectivamente, para os homens.

Tabela IV-1
Distribuição por sexo e estado civil

Estado Civil	*Masculino*	*Feminino*
Solteiro (a)	11,0	49,1
Casado (a)	80,7	29,2
Divorciado (a)	6,9	16,1
Viúvo (a)	0,8	5,0
Outra situação	0,6	0,6
Total	100,0	100,0
N	998	156

Não se trata de uma situação especifica da Força Sindical. No III Congresso Nacional da CUT, enquanto a proporção de casados era de 63%, a de casadas baixava para 31%, sendo a proporção de mulheres divorciadas ou viúvas (15%), bem superior à dos homens (6%).[10]

Por outro lado, as mulheres que participam de congressos sindicais tendem a ter níveis de escolaridade elevados, geralmente superiores aos dos homens. No caso da Força Sindical, 22% das mulheres no congresso de fundação tinham universidade completa ou incompleta. Para os homens, a proporção era de 16%. Na CUT, a diferença foi ainda mais acentuada. Entre as delegadas do III CONCUT, 41% possuíam curso superior completo, contra somente 16% dos homens.

Suzanna Sochaczewski, que redigiu a parte da pesquisa referente ao perfil das mulheres no III CONCUT,[11] alerta que esse elevado nível de instrução das delegadas do sexo feminino provavelmente se relaciona com o fato de que quase a metade da representação de professores de nível secundário e superior (muito forte na CUT) é do sexo feminino. Trata-se de mulheres com experiência e hábito de exposição – e eventualmente de comando e administração – num segmento profissional em que são amplamente majoritárias. Mas cumpre considerar que também em outros congressos foram encontrados níveis de escolaridade mais elevados entre as

[10] Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sylvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.*
[11] *Idem.*

mulheres do que entre os homens, não só em razão do peso das professoras como também de outros setores de serviços que requerem maior qualificação educacional (funcionalismo público, serviços sociais, etc.). Por exemplo, no VI Congresso Estadual da CUT do Rio de Janeiro, 61% das congressistas tinham curso superior completo. No total, 74% delas eram delegadas de sindicatos e associações do setor de serviços (contra 26% dos homens). Em contraposição, no setor secundário havia apenas 6% de mulheres. A partir desses dados, Renato Rocha Pitzer e Marco Aurélio Santana, coordenadores da referida pesquisa, concluem que as faixas salariais das mulheres que participaram do congresso do Rio de Janeiro são bem mais elevadas do que as do total das mulheres assalariadas fluminenses e cariocas. Considerando-se esses dados, assim como os relativos ao III CONCUT e ao congresso de fundação da Força Sindical, pode-se levantar a hipótese mais geral de que as mulheres que vêm aos congressos sindicais são de status social superior não apenas ao das mulheres assalariadas em geral, mas também ao dos delegados do sexo masculino.

Características demográficas

No caso do I Congresso da Força Sindical, apesar de seu número reduzido, as mulheres não apresentaram características demográficas muito diversas das dos homens, exceção feita ao estado civil e, em menor medida, à escolaridade. A média de idade das mulheres foi de pouco mais de 36 anos, contra os 39 anos encontrados para os homens. Ao mesmo tempo, a maioria relativa da representação feminina concentrou-se na faixa entre 30 e 39 anos, tal como a representação masculina, ainda que mereça destaque o percentual mais elevado de mulheres na faixa entre 21 a 29 anos.

Tabela IV-2
Homens e mulheres na FS segundo faixas de idade

Sexo	*16 a 20 anos*	*21 a 29 anos*	*30 a 39 anos*	*40 a 49 anos*	*50 anos ou +*	*Total*	*N*
Masculino	1,4	12,5	41,6	28,3	16,2	100,0	996
Feminino	3,8	25,2	37,6	18,9	14,5	100,0	155
Total	1,8	14,2	40,9	27,1	16,0	100,0	1.151

Obs.: As porcentagens por classe de idade devem ser lidas na horizontal.

Do mesmo modo, tal como os homens, a grande maioria das mulheres era representante de sindicatos do Estado de São Paulo (perto de

50%), com as mineiras em segundo lugar (13%) e em seguida as nordestinas, paranaenses, fluminenses e capixabas, cada região comparecendo com pouco menos de 10%.

As primeiras diferenças que merecem destaque surgem quando comparamos a entidade que homens e mulheres representavam e a profissão de delegados de ambos os sexos. Nos setores da alimentação e do papel e papelão, a participação feminina foi muito pequena, apesar de os delegados do setor da alimentação terem tido forte participação no congresso. Por outro lado, nota-se que as mulheres, também como os homens, eram em sua maioria delegadas de sindicatos de trabalhadores metalúrgicos, do comércio e serviços. Mesmo aí, a participação masculina – embora de modo não tão acentuado quanto nos ramos do papel, papelão e da alimentação – superou a feminina. Pouco mais de 26% dos homens eram delegados de sindicatos de indústrias metalúrgicas, contra cerca de 21% de mulheres. De modo análogo, 29% dos homens eram delegados de entidades do comércio e serviços, contra pouco mais de 24% das mulheres. As diferenças mais marcantes, contudo, se referem aos delegados de entidades do funcionalismo público e de outras categorias. Era proporcionalmente irrelevante a presença de delegados do sexo masculino representando essas últimas entidades, ao passo que 11% das mulheres eram delegadas do funcionalismo (contra 2% de homens), além de 14% representarem “outras categorias” (contra 3% de homens).

Tabela IV-3
Participação por sexo segundo o ramo de atividade do sindicato

Ramos	*Masculino*	*Feminino*	*Total*
Comércio/serviços	29,0	24,5	28,4
Metalúrgicas	26,4	20,8	25,6
Outras indústrias	19,1	18,9	19,1
Alimentação	12,3	8,8	11,8
Papel/papelão	4,4	0,6	3,9
Funcionário público	1,6	11,3	2,9
Agricultura	3,8	1,3	3,5
Outras categorias	3,4	13,8	4,8
Total	100,0	100,0	100,0
N	971	153	1.124

A representação feminina no congresso de fundação da Força Sindical não espelha, neste pormenor, a distribuição da população feminina

ocupada no País. Em 1988, apenas 12% das mulheres trabalhadoras do Brasil estavam na indústria, contra quase 50% das delegadas presentes no congresso da Força Sindical (somadas todas as entidades de trabalhadores industriais). Assim também, enquanto 45% da PEA feminina ocupada, nesse mesmo ano, estavam no comércio e nos serviços, entre as delegadas no congresso da Força Sindical esse percentual não chegou a 25%. É claro que isso reflete as características das entidades representadas no congresso, marcadamente "industrial" em sua composição, como já tivemos a oportunidade de assinalar. Desse ponto de vista, as mulheres do setor industrial da economia estavam sobrerrepresentadas, na exata medida em que esse próprio setor também estava.

Se compararmos, finalmente, os dados do III CONCUT com os do primeiro congresso da Força Sindical e a PEA feminina ocupada, veremos que o congresso cutista espelhou mais fielmente o que ocorre no mercado de trabalho. Mais de 60% das delegadas do III CONCUT eram do setor terciário da economia, contra cerca de 70% da PEA feminina ocupada em 1988.[12]

Quando, porém, nos debruçamos sobre os dados a respeito das profissões das delegadas no congresso da Força Sindical, vemos que o ramo da atividade econômica em que se localizava a maioria das mulheres estava a escamotear um fato importante. Poucas delas eram realmente operárias. Com os homens se deu o inverso: 41% destes eram operários qualificados ou nãoqualificados da indústria, enquanto as mulheres tinham principalmente profissões não industriais. Como se pode ver na próxima tabela, 22% eram operárias, enquanto 22% eram empregadas de escritório (contra apenas 7% dos homens) e pouco mais de 10% eram trabalhadoras manuais especializadas (contra 2% dos homens nessa condição). Por outras palavras, se a maioria das mulheres era composta de empregadas da indústria, uma porcentagem significativa ocupava principalmente cargos de escritório, isto é, no setor administrativo das empresas (antes, é claro, de se dedicarem majoritariamente à vida sindical, como vermos em seguida). A participação de operárias propriamente ditas e de trabalhadoras manuais (geralmente de nível de

[12] Os dados para a PEA foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1988. Os dados para o III CONCUT estão publicados em Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sylvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.*

instrução mais baixo) foi, assim, relativamente pequena, especialmente se tem em conta a forte presença de trabalhadores industriais.

Tabela IV-4
Sexo segundo profissão

Categorias	*Masculino*	*Feminino*	*Total*
Operários qualificados e semi qualif.	41,1	22,1	38,6
Empregados de escritório	7,3	22,1	9,3
Não manuais sem qualificação.	8,5	4,5	7,9
Profissionais de nível médio	8,9	5,2	8,4
Profissionais de nível superior	4,8	7,8	5,2
Especializ. do comércio e serviços	4,5	6,5	4,8
"Artesãos" (manuais especializados)	2,4	10,4	3,5
Trabalhadores do setor rodoviário	3,6	-	3,1
Operários não qualificados	2,0	5,8	2,5
Bancários	3,0	0,6	2,7
Trabalhadores rurais	2,4	0,6	2,2
Outros	11,5	14,3	11,8
Total	100,0	100,0	100,0
N	945	148	1.093

Como já assinalamos no *Capítulo II*, as mulheres presentes no congresso da Força Sindical eram majoritariamente diretoras de sindicato, fato que as caracterizava como delegadas efetivas de entidade e não como mera claque: 43% eram diretoras das entidades que representavam. As mulheres que eram apenas associadas perfaziam 22% e outras 11% eram associadas, mas desempenhavam alguma função em seus sindicatos. Em termos proporcionais, as mulheres estavam menos inseridas na estrutura sindical do que os homens, que eram diretores em 70% dos casos. Note-se ainda que, se somarmos "associado" com "associado com função" entre as mulheres da Força Sindical, chegaremos a 33% de delegadas nessa condição, em estreita equivalência com o que foi encontrado no III CONCUT, para o qual a situação "associado com função" não foi prevista no questionário.[13]

[13] No III CONCUT, 43% das mulheres eram diretoras de entidade, como na Força Sindical, 33% eram associadas e 11,5% eram representantes de comissões de empresa. Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sylvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, p. 42, tabela 48.

Tabela IV-5
Distribuição por sexo segundo cargo na entidade

Cargo	*Masculino*	*Feminino*	*Total*
Diretor	70,1	43,2	66,5
Associação	5,7	21,6	7,8
Assoc. com função	5,1	11,1	5,9
Suplente	9,0	6,8	8,7
Delegado	1,4	5,6	2,0
Cons. consultivo	2,4	3,7	2,6
Outra situação	6,3	8,0	6,5
Total	100,0	100,0	100,0
N	987	156	1.143

Embora seja inquestionável o elevado grau de participação das delegadas da Força Sindical na direção dos sindicatos, quando examinamos essa informação mais de perto percebemos que, entre as mulheres presentes no congresso, se considerarmos o cargo mais importante, somente uma pequena porcentagem (16%) ocupava o posto de presidente, contra 27% de homens nesse cargo. Perto de 20% delas ocupavam cargo de tesouraria e 17% de secretaria.

Um fato curioso deve ser assinalado. Se somarmos os cargos de cúpula ocupados por diretores de ambos os sexos (presidência, vice-presidência, tesouraria e secretaria), veremos que a diferença entre homens e mulheres não é tão acentuada quanto parece. Mais de 55% das representantes do sexo feminino ocupavam os cargos mencionados, contra 62% dos homens. Mas cumpre ver que, quando um delegado do sexo masculino declarava-se "secretário", o mais provável é que ele se referisse à primeira ou a segunda secretaria, ou seja, a cargos relevantes no interior da diretoria. O mesmo não se pode dizer das mulheres. Uma porcentagem relativamente alta de delegadas, ao dizer-se "secretária", frequentemente manifestava uma situação funcional (datilógrafa, secretária da presidência, etc.). Isso foi constatado durante a codificação dos questionários e vale também para "tesoureiras", onde se pôde encontrar porcentagem significativa de auxiliares de tesouraria. Por outras palavras, essas mulheres eram, em número não desprezível, membros da burocracia de apoio dos sindicatos, e não da direção sindical em si mesma.[14]

[14] Dado que tínhamos pouco mais de 80 mulheres diretoras de sindicato e, dessas, aproximadamente 16 "secretárias" ou 14 "tesoureiras", pareceu-nos estatisticamente ocioso especificar à minúcia o cargo declarado, pois isso aumentaria em muito a dispersão dos casos.

Tabela IV- 6
Diretores por sexo segundo cargo na entidade

Cargo	*Masculino*	*Feminino*	*Total*
Presidente	27,1	16,0	26,1
Tesoureiro	14,0	19,8	14,5
Secretário	14,0	17,3	14,3
Conselho fiscal	11,5	13,6	11,7
Suplente	11,3	13,6	11,5
Repr. fed./conf.	3,7	4,9	3,8
Vice-presidente	6,8	2,5	6,4
Outro cargo	11,6	12,3	11,7
Total	100,0	100,0	100,0
N	773	76	849

Essa ressalva visa assinalar que as mulheres presentes no congresso estavam, em proporção maior do que os homens, fora da alta cúpula de seus sindicatos, corroborando os dados para o total da população brasileira do sexo feminino apresentados no início deste capítulo. Esse fato é reforçado ainda pela diminuta presença de mulheres na Direção Executiva eleita no I Congresso da Força Sindical, como já assinalamos.

O padrão que se esboça aqui – menor vinculação institucional relativa das mulheres, maior distância relativa dos cargos de cúpula, em suma, o sindicalismo como atividade eminentemente masculina – fica mais demarcado quando se descobre que as mulheres tinham menos tempo de diretoria e menos tempo de militância do que os homens. Deve-se ressaltar, entre as mulheres diretoras, que quase 60% estava há apenas dois anos ocupando cargos na direção, enquanto para os homens esse valor era aproximadamente de 41%.[15]

[15] Uma questão interessante é a da relação entre data de entrada no mercado de trabalho e idade e tempo de militância no movimento sindical. A nova configuração do mercado de trabalho e a crescente participação de mulheres na força de trabalho nos últimos anos podem estar explicando *esse* tempo de militância relativamente menor das mulheres em comparação com os homens. Outra variável interveniente que talvez apresentasse relevância seria a profissão (e o ramo de atividade) das mulheres militantes. Embora tenhamos esse dado em nosso questionário, o número reduzido de mulheres diretoras não permitiu uma análise estatisticamente significativa.

Tabela IV-7
Diretores por sexo e tempo ocupando cargos na diretoria

Tempo	*Masculino*	*Feminino*	*Total*
Menos de um ano	11,1	16,5	11,6
Um ano	14,7	21,4	15,3
Dois anos	15,6	20,3	16,0
Três anos	11,1	12,7	11,2
Quatro a sete anos	26,3	17,7	25,6
Oito a quinze anos	15,8	10,1	15,3
Mais de quinze anos	5,4	1,3	5,0
Total	100,0	100,0	100,0
N	748	74	822

Além disso, mais da metade das representantes do sexo feminino militava há três anos ou menos.

Esses dados não são de todo surpreendentes, uma vez que já constatamos a alta correlação positiva entre idade, tempo de militância e tempo na diretoria (*Capítulo II*). Como as mulheres apresentaram média de idade mais baixa do que a dos homens, era de se esperar que os dois últimos valores fossem também menores.

Tabela IV-8
Diretores segundo sexo e tempo de militância no movimento

Tempo	*Masculino*	*Feminino*	*Total*
Até três anos	27,3	51,5	30,2
Quatro a sete anos	21,5	20,1	21,3
Oito a quinze anos	31,3	18,7	29,8
Mais de quinze anos	19,9	9,7	18,7
Total	100,0	100,0	100,0
N	916	128	1.044

O comportamento eleitoral feminino

O voto feminino no primeiro turno das eleições presidenciais foi ligeiramente "menos esquerdista" do que o masculino. Quase 30% das mulheres votaram em Collor ou em outro candidato não de esquerda. Na verdade, Collor foi o mais votado entre as mulheres, enquanto Lula o foi entre os homens (entre as mulheres, houve virtual empate em torno de 20% para cada candidato, mas Collor teve um pouco mais). O fato mais marcante, aqui, é a baixa votação em Brizola, que aparece apenas em quarto lugar entre as mulheres, enquanto entre os homens o candidato do PDT foi o segundo mais votado. Quanto aos demais candidatos, a dispersão para homens e mulheres não foi substancialmente distinta.

Tabela IV-9
Delegados segundo sexo, por voto no primeiro turno das eleições presidenciais.

Candidatos	*Masculino*	*Feminino*	*Total*
Brizola	18,8	10,1	17,6
Covas	17,9	18,1	17,9
Lula	28,3	20,8	27,3
Collor	13,5	22,8	14,8
Freire	5,2	7,4	5,5
Outros	5,4	6,0	5,5
Não votou, não lembra	10,9	14,8	11,4
Total	100,0	100,0	100,0
N	922	143	1.065

Em suma, as mulheres tiveram participação reduzida no I Congresso da Força Sindical, revelando-se também menos comprometidas com a estrutura sindical e com a direção de suas entidades de origem, além de militarem a menos tempo no movimento sindical. Porem as atitudes em relação à ação sindical e às tendências políticas foram muito parecidas para ambos os sexos, o que reforça, neste pormenor, o caráter bastante homogêneo dos delegados como um todo.

Apesar de as mulheres não terem tido um peso acentuado no congresso da Força Sindical, essa central parece ter incorporado em seu "arcabouço organizativo" demandas femininas específicas. Em agosto de 1991 foi realizado, no Rio de Janeiro, um congresso nacional da mulher simpatizante dessa central que contou com a presença de mais de mil participantes. Foi um evento mais político do que sindical. Apesar de se tratar de um evento organizado pela Força Sindical, a prefeita petista de São Paulo, Luiza Erundina, foi homenageada na solenidade de abertura da reunião e disse: "Eu não poderia deixar de estar presente num congresso em que as mulheres discutem saídas para seus problemas, ainda mais como mulher e nordestina, que sofre toda a sorte de preconceitos" [16]. Medeiros e correligionários parecem se dar conta de que o apoio das mulheres a qualquer proposta sindical e política é cada vez mais decisivo na consolidação das centrais sindicais.

[16] Anotado do discurso proferido pela prefeita, noticiado nos telejornais do dia.

VI. Orientações Políticas

Este capítulo visa estudar as orientações políticas e preferências partidárias dos sindicalistas que participaram do congresso de fundação da Força Sindical. Dada a natureza do questionário, foram feitas apenas três perguntas sobre esse tema: partido de preferência, partido em que estavam filiados e votação no primeiro turno das eleições presidenciais. A introdução desta última questão, sem o complemento do voto no segundo turno, visava apreender a preferência eleitoral dos delegados, manifesto na opção primeira por um dos muitos candidatos que, sem grande esforço, poderiam ser distribuídos num espectro ideológico compreendido entre os polos "esquerda" e "direita", independentemente da opção por um dos dois candidatos finalistas. Ao mesmo tempo, esperava-se poder estabelecer o grau de consistência do voto, com base na preferência partidária e nas questões relativas às atitudes com respeito à ação sindical.

Considerações gerais

Nada menos do que quinze partidos, de todos os matizes, foram mencionados espontaneamente como os preferidos pelos delegados.[1] Esse dado dá uma medida da pluralidade partidária que caracterizou o congresso da Força Sindical, em sua primeira versão.[2]

[1] Aproximadamente 24% dos delegados não responderam a este quesito. Se o tivessem feito, talvez o número de partidos mencionados aumentasse, dada a dispersão das respostas. Uma dispersão mais regular por um número pequeno de partidos permitiria uma suposição de que os não respondentes tenderiam a se distribuir de maneira proporcional as porcentagem encontradas. Por outro lado, não se pode excluir a hipótese, embora não tenhamos meios para verificá-la, de que uma porcentagem relevante dos que não responderam terá, talvez, manifestado com isso a preferência por nenhum partido ou de que tenha votado em Collor, cuja candidatura não encontrava simpatia no meio sindical.

[2] No III Congresso da CUT, 91% dos delegados apontaram o PT como o partido de sua preferência. No congresso estadual, realizado no Rio Grande do Sul, que escolheu os delegados para o III CONCUT, realizado em 1988, mais de 94% dos delegados externaram a mesma opinião. Isto é ainda mais representativo da homogeneidade partidária da CUT do Rio Grande do Sul, considerando-se que esse Estado votou maciçamente em Brizola no primeiro turno das eleições presidenciais, enquanto 91,34% dos delegados ao referido congresso estadual manifestaram sua intenção de votar em Lula, nesse mesmo turno. Cf. Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sylvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.*

Quadro V-1
Preferência e filiação partidária

Partido	*Preferido*	*Filiado*
PT	17,7	4,2
PMDB	16,9	4,1
PDT	16,6	4,4
PSDB	13,5	3,6
PCB	5,1	2,7
PC do B	1,5	0,5
Outros	8,9	5,9
Nenhum	19,8	74,6
Total	100,0	100,0
N	878	1.099

As seguintes observações podem ser extraídas da análise do quadro precedente:

1) A forte dispersão das opções político-partidárias dos delegados. Note-se que nenhum dos partidos obteve mais de um quinto das preferências, enquanto a proporção de filiados a partidos é muito baixa, sendo sempre inferior a 5%.
2) Quatro partidos (PT, PMDB, PDT e PSDB) concentram cerca de 65% das preferências dos delegados.
3) A distribuição das preferências entre esses partidos é bastante equilibrada.
4) Embora por pequena diferença com relação aos demais partidos – notadamente com relação ao PMDB –, o PT aparece em primeiro lugar na preferência dos delegados (frequência modal). O fato não deixa de ser surpreendente se considerarmos, em primeiro lugar, que a Força Sindical e seu dirigente máximo constituem os principais opositores da CUT e, em segundo lugar, que entre os integrantes da Direção Nacional somente 3% apontaram o PT como o partido de sua preferência.
5) As preferências partidárias de pelo menos a metade dos delegados vão em direção de partidos que se dizem e podem ser considerados de esquerda (PT e PCs) ou de partidos que poderiam ser classificados de centro-esquerda (PSDB, PDT). Consequentemente, a proporção dos que seriam favoráveis a partidos de direita é bastante pequena, contrariando as opiniões prevalecentes nos meios

sindicais e na opinião pública de esquerda de que a Força Sindical seria uma central que agruparia basicamente sindicalistas de direita ou "coloridos".

6) Um quinto dos delegados declarou não preferir nenhum partido, dado que, ao lado da baixa filiação a partidos, reforça as observações relativas ao baixo coeficiente de politização da entidade.

As preferências partidárias da DN

No tocante à Direção Nacional, também aproximadamente quatro quintos dos seus integrantes preferem partidos que se autoclassificam como de esquerda ou centro-esquerda.[3] Mas, na alta liderança da Força Sindical, como já foi salientado, a preferência pelo PT sofre forte queda, baixando para 3%, enquanto o PCB (atual PPS) sobe significativamente para 11% e o PC do B desaparece. Outra diferença importante entre a massa de delegados e os integrantes da Direção Nacional diz respeito ao PMDB, que tende a ser preferido por uma porcentagem maior de sindicalistas (23%) da direção do que da base (17%). A mesma observação poderia ser estendida ao PDT. Entre os delegados, lembremos, 16% aproximadamente preferiam o partido de Brizola, enquanto entre os membros da Direção Nacional a proporção chegou a 28%, o que faz com que o PDT seja o partido preferido pela maior porcentagem de dirigentes da Força Sindical (frequência modal). Se o PT pode ser considerado como um partido mais a esquerda do que o PDT, o PSDB, o PMDB e o PCB, as posições políticas dos integrantes da Direção

[3] Na Assembleia Constituinte, entre os deputados do PMDB, 22% se colocaram no centro do espectro ideológico, enquanto 74% se declararam de centro-esquerda. No caso do PDT, 95% de seus deputados se declararam de centro-esquerda. Cf. Leôncio Martins Rodrigues, *Quem é Quem na Constituinte. Uma Análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados,* São Paulo, OESP-Maltese, 1987. Por sua vez, Bolívar Lamounier, compilando a caracterização ideológica dos constituintes, elaborada pelo jornal *Folha de S. Paulo,* aponta que 41,4% dos pemedebistas foram colocados como "de centro" e quase 14%, classificados como "de centro-direita", antes do início dos trabalhos constituintes Essa situação terá, talvez, mudado no sentido de acentuar o perfil centrista ou centro-direitista do PMDB, mantidos os critérios da *Folha* utilizados por Lamounier. Isso porque a ala mais à esquerda desse partido fundaria, no correr da Constituinte, o PSDB, mudando as proporções da composição ideológica do PMDB rumo a um perfil "mais conservador". Cf. Bolívar Lamounier, *Partidos e Utopias: Brasil no Limiar dos Anos 90,* São Paulo, Loyola, 1989. Sobre a composição ideológica da Constituinte, ver também David Fleischer, "O Congresso Constituinte de 1988: Um Perfil Socioeconômico e Político", Brasília, UnB, 1987 (mimeo).

Nacional estão ligeiramente mais à direita do que as da massa de delegados. Mas essa conclusão deve ser recebida com algum cuidado, porque os dados da pesquisa sugerem uma maior "despolitização" dos delegados com relação à direção, podendo a maior opção pelo PT ser interpretada como algo que não traz consigo um compromisso maior com esse partido, como um voto de protesto geral.

No conjunto, correndo todos os riscos do esquematismo, e considerando o PSDB, o PDT e o PCB como sendo de esquerda, poder-se-ia classificar as preferências eleitorais e partidárias na alta cúpula da Força Sindical como divididas entre os partidos de centro e centro-esquerda, fato que parece contraditório com a carta de princípios da Força Sindical. Mas, tal como acontece com a massa de delegados, também a intensidade das adesões político-ideológico da Direção Nacional não parece tão forte a ponto de orientar as ações sindicais de seus integrantes. Nesse sentido, note-se que cerca da metade da Direção Nacional não está filiada a partido nenhum e que aproximadamente um terço está filiada a partidos que não exigem uma militância e engajamento ideológicos maiores, como é o caso do PMDB e do PDT. Considerando-se esses dados, nossa hipótese e a de que justamente o baixo teor de ideologia e que possibilita a existência de um pluralismo político no interior da Força Sindical e a preferência de seus sindicalistas e dirigentes por partidos de esquerda ou centro-esquerda que têm uma orientação política mais nacionalista e estatizante em contraposição à filosofia política adotada pela Força Sindical. Esse pluralismo constitui-se, e provavelmente mantém-se, em ampla medida em função de uma rejeição comum à CUT e ao PT. Assim, face a uma corrente sindical ideologicamente mais definida e agressiva influenciada pelo PT, os sindicalistas menos engajados ideologicamente teriam sido estimulados a se agrupar numa central cujo perfil político se define fundamentalmente pela oposição à CUT e, consequentemente, a uma atuação sindical de esquerda. Uma indicação nesse sentido, no caso da Direção Nacional, e a forte rejeição a Lula, como candidato, e ao PT, como partido, contrariamente ao que aconteceu entre a massa de delegados. Essa comum rejeição ao tipo de sindicalismo representado pela CUT favoreceria a união de sindicalistas com preferências partidárias variadas, mas não muito intensas e os estimularia a se agrupar numa central sindical que defende um programa que, em múltiplos sentidos, afasta-se das opções partidárias de esquerda e centro-esquerda majoritárias na Força Sindical. (Voltaremos a essa questão ao final deste capítulo).

Quadro V-2
Direção Nacional, Preferência partidária,
filiação partidária e voto para a presidência no primeiro turno

Partido	*Preferido*	*Filiado*
PMDB	23,0	15,6
PSDB	13,1	4,7
PDT	27,8	14,1
PCB	11,5	7,8
PT	3,3	1,6
PC do B	–	–
Outros	4,9	6,3
Nenhum	16,4	49,9
Total	100,0	100,0
N	65	65

A dispersão das preferências eleitorais

Tal como havia ocorrido com relação aos partidos, notou-se com relação às preferências eleitorais dos sindicalistas da Força Sindical – medidas pelo voto no primeiro turno das eleições presidenciais de 1989 – elevada dispersão. Considerando-se os candidatos mais votados para a disputa presidencial pela massa de delegados, quatro candidatos (Lula, Collor, Brizola e Covas) abrangem, com destaque para a preferência por Lula, aproximadamente quatro quintos dos votos.

Mesmo que a distância que separa Lula dos demais seja de aproximadamente dez pontos percentuais, vê-se que não houve um candidato que concentrasse a maioria absoluta das preferências. Desse modo, pode-se falar numa dispersão das escolhas eleitorais dos sindicalistas da Força Sindical, dado que, conjugado com a dispersão das preferências partidárias e com a proporção relativamente elevada dos que não preferem nenhum partido, permite-nos dizer que se trata de uma central sindical politicamente heterogênea, com alguma inclinação para a esquerda ou centro-esquerda, pois cerca da metade dos delegados votou em partidos que se proclamavam como tal.[4] Se incluirmos o voto em Mário Covas nesse cálculo, 68% votaram em candidatos de esquerda ou de centro-esquerda.

[4] Certamente, o PDT brizolista não tem o mesmo corte esquerdista do PT e dos PCs. Entretanto, não só seus deputados se classificam como de centro-esquerda como, na campanha presidencial,

Quadro V-3
Voto para a presidência no primeiro turno

Lula	27,4
Covas	17,9
Brizola	17,6
Collor	14,7
Freire	5,4
Outros	5,4
Não votou	11,6
Total	100,0
N	1.069

A Direção Nacional

Tal como aconteceu com relação às opções partidárias, no tocante às orientações eleitorais notou-se forte discrepância entre as posições da massa de delegados e as da Direção Nacional. É certo que também entre a alta cúpula as preferências eleitorais estão dispersas por quatro candidatos principais, mas a ordem de preferência difere da encontrada entre os delegados. A diferença mais forte diz respeito à atitude com relação a Lula. O candidato do PT, que no conjunto dos delegados vinha em primeiro lugar, com 27% das preferências, entre os membros da Direção Nacional aparece em quarto, com 10% A segunda discrepância diz respeito a Brizola. Entre os delegados, o candidato do PDT obtivera cerca de 18% dos votos, próximo de Covas e Collor. Mas, entre os membros da Direção Nacional, Brizola sobe para quase um terço das preferências. O terceiro aspecto diferenciador refere-se a Roberto Freire. Entre os delegados, o candidato do ex-PCB não passou de 5%, mas entre a alta liderança da Força Sindical ascendeu para aproximadamente 16%, fato que se relaciona à preferência pelo PCB manifestada por aproximadamente 12% da Direção Nacional e que indica o peso relativamente grande de dirigentes e ex-dirigentes comunistas, ou ex-comunistas, na direção da Força Sindical. Já no tocante a Collor, encontramos praticamente a mesma proporção de delegados e de membros da Direção Nacional que declararam ter votado no candidato vencedor (14%).

Leonel Brizola apresentou-se ao público como a alternativa de esquerda a Collor Por isso o posicionamos no campo da esquerda. Desse modo ampliamos e diversificamos o sentido do termo "esquerda", mas julgamos que, no nível de generalização em que estamos analisando as preferências partidárias dos delegados, os prejuízos não são muito acentuados.

Quadro V-4
Direção Nacional
Voto para a presidência no primeiro turno

Brizola	31,7
Covas	22,2
Freire	15,9
Collor	14,3
Lula	9,5
Outros	3,2
Não votou, não se lembra	3,2
Total	100,0
N	65

Preferências partidárias e cargos na diretoria

Cumpriria, a esta altura, diferenciar os delegados que estão filiados a partidos dos que não estão. Com base nos dados já apresentados, pode-se dizer que, em que pese a forte congruência entre filiação e preferência partidárias, é possível que o partido de filiação continue sendo importante na orientação das escolhas e na constituição das preferências políticas dos delegados que estão filiados. Em suma, para estes o discurso "apartidário" não terá, talvez, validade em sua prática sindical cotidiana.

A tabela seguinte mostra que os filiados a partidos que ocupam cargo na diretoria são, na sua grande maioria, dirigentes de cúpula dos sindicatos: 80% ou mais dos delegados filiados a partidos são presidentes, ou vice-presidentes, ou secretários, ou tesoureiros em seus sindicatos. A exceção aqui e dada pelos que estão inscritos no PT e nos PCs. É claro que não se pode esquecer que os filiados a partidos são apenas 27% dos delegados. E deve ser pesado, ainda, o fato de que justamente os delegados filiados ao PT e aos PCs ocupavam cargos relativamente inferiores na hierarquia sindical, se comparados com os demais. Por outras palavras, as partidos cujos programas são mais bem delineados; cujo corte ideológico e pronunciado e, por isso mesmo, tendente a vincular seus filiados e militantes segundo estrita disciplina partidária; que oferecem instrumentos de análise do mundo e projetos alternativos de sociedade; que se põem como alternativa; em suma, partidos ideológicos, que moldam mais fortemente as atitudes de seus militantes, justamente esses partidos estão mais distantes das cúpulas sindicais, na pessoa dos delegados filiados a eles. Na realidade, em princípio, esse distanciamento não seria de se esperar de parte dos sindicalistas mais à esquerda, especialmente simpatizantes do PT e do PC do B. Como será discutido mais adiante, há elementos que permitem supor que a opção pelo PT e por Lula, especialmente, não é muito intensa e consistente, fato que explicaria a participação desses delegados num congresso de uma central que visa competir com a CUT e que tem um programa oposto ao dessa central e ao do PT. A adesão à Força Sindical de parte dos sindicalistas que tem simpatia pelo PT como partido e que votaram em Lula no primeiro turno seria totalmente inexplicável, a não ser que consideremos que os delegados que estavam nessa situação são pouco politizados e informados tanto com relação ao programa e objetivos da Força Sindical como com relação aos da CUT e do PT.

Tabela V-1
Partido de filiação, segundo cargo na entidade

Cargo na diretoria	*Partido de filiação*							
	PMDB	*PSDB*	*PDT*	*PT*	*PCB*	*PC do B*	*Outros*	*Nenhum*
Presidente e vice-presidente	44,1	50,0	48,7	23,1	8,6	33,3	45,0	26,8
Secretaria e tesouraria	29,4	28,6	32,4	28,2	21,7	33,3	27,5	30,1
Cons. Fisc.	5,9	3,6	5,4	7,7	8,7	-	3,9	15,0
Outros	20,6	17,8	13,5	41,0	61,0	33,3	23,6	28,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	34	28	37	39	23	3	51	605

Obs: Estão excluídos os que não indicaram partidos de preferência.

Como se vê, aproximadamente 73% dos filiados ao PMDB, 79% dos filiados ao PSDB e 81% dos filiados ao PTD ocupam os principais cargos da diretoria (presidência, vice-presidência, secretaria e tesouraria), ao passo que, no caso dos que são membros do PT, a proporção é de cerca de 51% e no dos PCs gira em torno de 30%. Assim, os petistas e os comunistas do PCB tendem a ocupar posições secundárias nas diretorias de seus sindicatos em comparação com diretores filiados aos três partidos acima referidos. Consequentemente, esse fato contribui para deixar a Executiva e a Direção Nacional da Força Sindical mais à vontade para uma orientação pragmática e politicamente mais flexível no que toca ao relacionamento com líderes políticos de diferentes partidos e com o próprio governo. Reforça essa orientação o fato de que, entre os que indicaram "outros partidos", quase a metade ocupa a presidência e a vice-presidência de sindicatos.

Voto e partidos: uma relação forte

O cruzamento das informações a respeito de preferência partidária e voto para a presidência revela que, para uma parte significativa dos delegados do primeiro congresso da Força Sindical (a parte referente aos que fizeram opção por partidos de esquerda e que votaram em candidatos desses partidos), a escolha dos candidatos, no primeiro turno, sofreu o filtro da preferência partidária. Em outros termos, a grande maioria dos delegados votou no candidato do partido preferido e declarou preferir o partido do candidato em quem votou. A exceção importante foi o voto em Fernando Collor de Mello, que, aparentemente, não foi afetado por aquela preferência.

Tabela V-2
Partido preferido e voto nas eleições presidenciais

Partido que prefere	*Voto no Primeiro Turno*							
	Brizola	*Covas*	*Lula*	*Collor*	*Freire*	*Outro*	*Nãovotou*	*Total*
PMDB	10,2	17,5	19,0	20,4	0,7	24,2	8,0	100,0
PSDB	4,6	76,0	7,4	6,5	0,9	0,9	3,7	100,0
PDT	69,4	6,7	8,2	9,0	1,5	2,2	3,0	100,0
PT	3,2	1,9	85,2	-	-	-	9,7	100,0
PCB	6,8	-	13,6	6,8	66,0	-	6,8	100,0
PC do B	-	15,4	76,9	-	7,7	-	-	100,0
Outros	9,2	15,8	19,7	26,3	1,3	5,3	22,4	100,0
Nenhum	12,5	18,8	17,5	23,1	3,1	5,6	19,4	100,0
N	147	162	235	107	40	50	85	826

A comparação dos dados acima com os da próxima tabela mostra que a maior consistência entre voto e preferência partidária está entre os simpatizantes do PT, seguidos dos do PSDB e do PDT: 85%, 76% e 69% dos que declararam preferir esses partidos votaram em Lula, Covas e Brizola, respectivamente, no primeiro turno. Já os simpatizantes do PMDB, como aconteceu com outros segmentos do eleitorado brasileiro, tenderam a abandonar o candidato desse partido e a distribuir seus votos pelos demais candidatos, especialmente entre Collor (20%), Lula (19%) e Covas (18%). Mas cumpre observar de outro ângulo a relação preferência por partido e voto para presidente.

Como indica a tabela que se segue, 63% dos delegados que votaram em Brizola declararam preferir o PDT aos outros partidos. Essa mesma relação não se estabelece entre os que votaram em Lula. Embora os que

declararam sua preferência pelo PT tenham votado maciçamente naquele candidato (perto de 85% o fizeram), apenas pouco mais da metade (55%) dos que votaram em Lula declararam preferir o PT entre os outros partidos. Por outras palavras, se podemos esperar que os petistas tenham votado em Lula, não se pode esperar, com a mesma segurança, que os que votaram nesse candidato tenham simpatia pelo PT, fato indicativo de que a intensidade do vínculo ideológico com o PT é fraca, ao contrário do que acontece com os brizolistas, onde o voto pelo candidato se associa mais fortemente à preferência pelo partido. Na verdade, essa baixa associação entre o voto por Lula e a preferência pelo PT seria de se esperar, pois, como foi salientado antes, muito dificilmente os que têm forte preferência por esse partido, especialmente em se tratando de dirigentes sindicais, iriam participar da fundação de uma central sindical que tem como um de seus objetivos suplantar a CUT.

Tabela V-3
Voto nas eleições presidenciais e preferência partidária

Partido	*Brizola*	*Covas*	*Lula*	*Collor*	*Freire*	*Outros part.*	*Não votou*	*Total*
PMDB	9,5	14,8	11,1	26,2	2,5	66,0	12,9	16,6
PSDB	3,4	50,6	3,4	6,5	2,5	2,0	4,7	13,1
PDT	63,3	5,6	4,7	11,2	5,0	6,0	4,7	16,2
PT	3,4	1,9	55,6	-	-	-	17,6	18,6
PCB	2,0	-	2,6	2,8	72,5	-	3,5	5,3
PC do B	-	1,2	4,3	-	2,5	-	-	1,6
Outros	4,8	7,4	6,4	18,7	2,5	8,0	20,0	9,2
Nenhum	13,6	18,5	11,9	34,6	12,5	18,0	36,6	19,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	147	162	235	107	40	50	85	826

O voto em Mário Covas apresenta distribuição mais próxima da de Lula do que da de Brizola ou Roberto Freire: uma grande maioria (76%) dos que se declararam simpatizantes do PSDB votou em Covas, mas apenas metade dos eleitores de Covas declararam preferir o PSDB aos outros partidos. Aqui também, metade da votação em Covas não pode ser atribuída ao fato de o delegado preferir o PSDB. Covas, aliás, foi quem recebeu, entre os candidatos de tendência à esquerda, o maior número de votos de delegados que declararam não ter preferência por "nenhum partido": quase 19% de seus votos vieram desses delegados.

Fernando Collor de Mello recebeu o voto de delegados que declararam preferência por todos os outros partidos, exceto dos simpatizantes do PT. Um quinto dos que declararam preferir o PMDB votou em Collor, e um quarto dos que o fizeram eram simpatizantes do PMDB. Mesmo simpatizantes do PDT votaram em Collor. Porém, o fato mais interessante, aqui, é que 34% dos que votaram em Collor declararam não ter preferência partidária. Isto é, não apenas a escolha desse ou daquele partido não foi capaz de influenciar o voto em Collor como ainda a maioria dos que votaram nele não tinha qualquer opção partidária. Num certo sentido, o voto nesse candidato foi mais "personalista" do que o voto nos demais, em especial nos candidatos dos partidos mais de esquerda.

Ainda que as pesquisas de opinião tenham mostrado que, nas eleições de 1989, a preferência partidária teve pouca importância na definição do voto do eleitorado brasileiro como um todo, isso não ocorreu com os que votaram nos partidos de esquerda e no PSDB. Tal como aconteceu com os delegados ao congresso da Força Sindical, observou-se na população brasileira uma enorme dispersão dos votos dos simpatizantes do PMDB por todos os candidatos do primeiro turno da eleição presidencial. E o voto em Collor foi majoritariamente declarado por aqueles sem preferência partidária. Vários trabalhos foram publicados desde então, chamando a atenção para esses fatos, e não caberia entrar em detalhes sobre esse assunto aqui.[5]

Opções políticas e relação com o sindicato

De modo geral, os delegados mais jovens tendem a preferir os candidatos e partidos de esquerda, representados especialmente pelo PT e pelos dois partidos comunistas. Mas apenas para as delegados que declararam preferir o PT aos outros partidos constatou-se uma variação significativa segundo idade e tempo de militância: quanto maiores a idade e o tempo de militância do delegado, menor a preferência por aquele partido. Para todos os demais, a distribuição é menos linear. Como se vê na tabela a seguir, a preferência pelo PMDB, por exemplo, cai da primeira para a segunda faixa etária, aumenta na seguinte, cai e aumenta novamente nas duas últimas,

[5] Bolívar Lamounier, *op. cit.;* e B. Sallum Jr. *et al.*, "Crise do Sistema Partidário", *Lua Nova,* n.° 19, São Paulo, 1990; e José Álvaro Moisés, "Eleições, Participação e Cultura Política", *Lua Nova,* n.° 22, dez. 1990. A afirmação feita no parágrafo se baseia nos *surveys* do IBOPE e do Datafolha realizados durante as eleições e no início de 1990.

respectivamente. A preferência pelo PDT tem distribuição parecida, mas cai também na última faixa de idade. Já a preferência pelo PSDB aumenta da primeira para a segunda faixa de idade, cai na terceira e aumenta progressivamente nas duas últimas. A preferência pelo PC do B tende a diminuir sistematicamente com o aumento da idade, enquanto para o PCB a distribuição não é linear, aumentando significativamente quando se passa da faixa de idade de 16 a 30 anos para a de 31 a 35, para sofrer forte declínio nas faixas de idade mais elevada. Finalmente, a preferência por "outros partidos" (localizados na faixa mais à direita no espectro ideológico) aumenta progressivamente entre os delegados com idade a partir de 31 anos, e podemos encontrar um terço dos que demonstraram preferir "outros partidos" distribuídos na faixa de 48 anos ou mais, superando os que preferem o PMDB e o PSDB. Embora as distribuições não sejam lineares, é possível apontar algumas tendências. Assim, metade dos que disseram preferir o PT e quase 60% dos que manifestaram simpatia pelos PCs tinham até 35 anos de idade, enquanto cerca da metade dos que preferiam o PMDB e "outros partidos" (a representação mais à direita do leque político) tinham mais de 41 anos. O PSDB também tinha grande parte de seus adeptos entre os delegados nesta faixa etária, mas mais da metade tinha até 40 anos; os pedetistas, por seu lado, concentravam-se na faixa de 36 a 47 anos. Por outras palavras: os que preferiam o PT e os PCs eram majoritariamente "jovens"; os que preferiam os partidos à direita eram majoritariamente "velhos"[6] e os que preferiam o PSDB e o PDT concentravam-se nos estratos intermediários de idade, embora entre os primeiros mais de um quarto tivesse mais de 48 anos.

Tabela V-4
Partido de preferência segundo idade

Idade	*PMDB*	*PSDB*	*PDT*	*PT*	*PCB*	*PC do B*	*Outros*	*Nenhum*	*Total*
16 a 30	17,3	17,9	18,3	27,2	21,0	38,5	12,0	23,0	20,2
31 a35	13,5	21,1	15,7	22,9	38,8	30,6	10,8	21,3	19,5
36 a 40	21,2	16,3	28,1	18,5	11,3	15,5	20,5	19,1	20,1
41 a47	18,6	22,0	24,8	19,1	14,5	-	22,9	19,1	20,4
48 ou +	29,4	22,7	13,1	12,3	14,4	15,4	33,8	17,5	19,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	156	123	153	162	49	13	83	183	922

[6] Juventude ou velhice, aqui, dizem respeito à distribuição da população do congresso segundo as faixas de idade e segundo a média de idade encontrada Assim, "velhos" são os delegados com idade acima da média, posicionados nas faixas de idade mais elevadas "Jovens", ao contrário, são os delegados com idade abaixo da média, posicionados nos estratos correspondentes.

Investigando-se as opções partidárias segundo o tempo de militância, vê-se, de modo análogo, que a preferência pelo PT decresce sistematicamente à medida que aumenta o tempo de militância. Perto de um terço dos petistas estava entre os delegados com até dois anos de militância, ao passo que apenas um décimo estava entre os que tinham mais de 16 anos de militância. Já a preferência pelo PCB, PC do B, PDT e PSDB aumenta apenas nos três primeiros intervalos de tempo (que compreendem os que militam há até dez anos), para cair em seguida entre os outros dois intervalos (militam há mais de onze anos). Uma distribuição similar ocorre para o voto no primeiro turno das eleições presidenciais, tanto em relação à idade quanto em relação ao tempo de militância dos delegados.

Aproximadamente as mesmas tendências evidenciam-se na análise do cruzamento das preferências partidárias com o tempo de militância. A maioria dos petistas militava há menos de cinco anos; os simpatizantes dos outros partidos militavam há seis anos ou mais, especialmente os "pedetistas". A distribuição dos simpatizantes do PT é próxima da dos que disseram não ter simpatia por nenhum partido. Tal como 55% dos que apontaram o PT como partido preferido, 50% dos que não tinham simpatia por nenhum partido militavam há menos de seis anos. Nesse último grupo, a distribuição é menos linear. Mas aqui devemos ter em conta que o fator determinante é a idade, pois os delegados mais idosos (se todos os demais fatores forem iguais) tendem a ter mais tempo de militância sindical. Assim, entre os que tinham mais de quinze anos de militância, 88% tinham mais de quarenta, e 44%, cinquenta ou mais. Por isso, a preferência pelo PT e pelos partidos mais à esquerda tende a decrescer à medida que aumenta o tempo de militância.

Tabela V-5
Partido de preferência segundo o tempo de militância sindical

Tempo de Militância	*Partido de preferência*								
	PMDB	*PSDB*	*PDT*	*PT*	*PCB*	*PC do B*	*Outros*	*Nenhum*	*Total*
Até 2 anos	26,8	12,0	10,9	32,6	2,4	7,7	16,5	29,5	21,1
3 a 5 anos	14,8	19,7	21,1	21,8	26,8	38,4	21,5	20,8	20,4
6 a 10 anos	21,1	31,6	29,3	20,4	31,7	30,8	22,8	24,3	25,3
11 a 16 anos	16,9	17,9	26,5	15,0	17,1	7,7	10,1	9,8	16,3
+ de 16 anos	20,4	18,8	12,2	10,2	22,0	15,4	29,1	15,6	16,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	142	117	131	147	41	13	77	173	841

No mesmo sentido, e como se pode ver na próxima tabela, quase a metade dos simpatizantes do PT estava até três anos na direção dos sindicatos que representavam, sendo que quase 25% tinham no máximo um ano de diretoria. Novamente a distribuição dos petistas aproxima-se da dos que não têm preferência por nenhum partido. Não há, na pesquisa, elementos que elucidem o se tido da resposta "nenhum partido". Mas podemos considerar, por um lado, que a recusa a todos os partidos pode acontecer por desconhecimento, por falta de informação ou por uma desconfiança a tudo o que se refere à política e aos partidos. Nesse caso, mais provavelmente, a rejeição seria sinônimo de despolitização. Por outro lado, pode-se considerar que a resposta "nenhum partido" ocorre por excesso de informação, por uma oposição política mais consciente em relação ao sistema partidário existente. Nesse caso, ter-se-ia um "apoliticismo" radical que, em outros tempos, caracterizava o sindicalismo revolucionário na sua rejeição da democracia representativa, do sistema de partidos e, em contrapartida, na valorização exclusiva do sindicato e da ação direta. No nosso caso, considerando que se tratava do congresso de uma central que tem em seu programa o aprimoramento da democracia representativa e do parlamentarismo, parece sem sentido interpretar as respostas "nenhum partido" como uma espécie de ultraesquerdismo. Considerando também que os que responderam "nenhum partido" tendiam a ser mais jovens, a ter menos tempo de militância, a ocupar há menos tempo postos na direção dos sindicatos e, principalmente, a votar em Collor, mais provavelmente a resposta "nenhum partido" não significa nenhum antipartidarismo de esquerda, mas um distanciamento da política, um apoliticismo crítico que desconfia da política e que, por isso mesmo, preferiu um candidato jovem que, por estar em oposição aos grandes partidos, parecia não estar vinculado a nenhum esquema político, uma espécie de "político que não era político".

Voltaremos mais adiante a esse ponto. No momento, queremos observar que a pergunta da próxima tabela refere-se a quanto tempo o delegado ocupava algum cargo de direção, somando todas as gestões de que participou. Por essa razão, pode-se dizer que os "petistas" e os "apartidários" eram os mais inexperientes no tocante à participação na administração sindical. Mais da metade dos simpatizantes do PSDB, PDT, PCB e PMDB (contra 39% dos "petistas" e 38% dos "nenhum") tinha mais de sete anos na diretoria de sindicatos. De modo geral, os que manifestaram a sua preferência pelo PCB, pelo PSDB e pelo PDT eram os que tinham mais

tempo de gestão sindical. No caso dos simpatizantes do PCB, cumpre notar que nenhum tinha menos de um ano de experiência de diretoria.

Tabela V-6
Partido de preferência, segundo tempo em que ocupa cargo na diretoria do sindicato (em anos)

Partidos	*Até 1*	*1 a 4*	*4 a 7*	*7 ou +*	*Total*
PMDB	18,8	12,0	17,3	51,9	100,0
PSDB	6,4	11,9	24,8	56,9	100,0
PDT	8,4	9,2	25,2	57,2	100,0
PT	24,8	20,0	15,9	39,3	100,0
PCB	-	12,2	29,3	58,5	100,0
PC do B	7,7	23,1	23,1	46,1	100,0
Outros	13,0	13,0	23,4	50,6	100,0
Nenhum	20,2	19,0	22,7	38,1	100,0
Total	15,1	14,7	21,7	48,5	100,0
N	96	93	138	308	635

Finalmente, se analisarmos a preferência partidária segundo o grau de liberação do trabalho na empresa para dedicação à atividade sindical, mais uma vez – se considera que a liberação do trabalho significa dedicação exclusiva à militância – os “petistas” demonstram uma relação mais fraca com a instituição sindical do que os simpatizantes de outros partidos, com exceção dos simpatizantes do PC do B. Pode-se ver, por outro lado, que a porcentagem dos “apartidários” não liberados para trabalho sindical (65%) era a que mais se aproximava da porcentagem dos “petistas”.

Tabela V-7
Partido de preferência, segundo liberação integral e liberdade parcial ou nula para o trabalho sindical

Partidos	*Tempo Integral*	*Tempo parcial e não liberado*	*Total*
PMDB	39,2	60,8	100,0
PSDB	44,4	55,6	100,0
PDT	55,1.	44,9	100,0
PT	31,5	68,5	100,0
PCB	37,8	62,2	100,0
PC do B	15,4	84,6	100,0
Outros	42,0	58,0	100,0
Nenhum	35,1	64,9	100,0
Total	40,0	60,0	100,0
N	252	378	630

Os simpatizantes do PDT foram os que apresentaram maior incidência de liberação do trabalho, em congruência com o fato de que mais da metade dos que preferiam esse partido se compunha de membros da cúpula sindical. Já os simpatizantes do PC do B e do PT apresentaram o menor índice de liberação.

A preferência eleitoral dos delegados – voto no primeiro turno da eleição presidencial – revelou padrões bem parecidos com os referentes às opções partidárias. Se Lula teve a maior votação entre os delegados (cerca de 27% deles), os que nele votaram tinham características desviantes do total dos delegados que votaram e declararam seu voto, características que se aproximam das que não tinham preferência partidária. Pensamos que essa hipótese é compatível com a maior juventude dos que votaram em Lula e com seu menor comprometimento com a organização sindical: mais da metade dos eleitores de Lula tinham militância sindical até cinco anos, enquanto mais da metade dos eleitores dos demais candidatos (à exceção dos que votaram nos candidatos da direita, expressos na linha “outros”, ou do centro-direita) militavam há mais de seis anos. O destaque, neste caso, recai sobre os eleitores de Mário Covas, Roberto Freire e Leonel Brizola, pois perto de 40% deles militavam há mais de onze anos. Já os eleitores de Collor militavam segundo uma distribuição bastante próxima do total dos delegados, o que se apreende comparando-se a linha “Collor” com a última linha da próxima tabela.

Tabela V-8
Voto no primeiro turno das eleições presidenciais, segundo tempo de militância no movimento sindical

Candidatos	*Até 2 anos*	*3 a 5 anos*	*6 a 10 anos*	*11 a 16 anos*	*+ de 16 anos*	*Total*
Brizola	13,2	17,9	29,4	23,7	15,8	100,0
Covas	14,1	17,8	28,3	17,3	22,5	100,0
Lula	28,2	24,6	22,5	12,9	11,8	100,0
Collor	23,0	19,6	21,6	16,9	18,9	100,0
Freire	8,3	25,0	26,7	23,3	16,7	100,0
Outros	29,6	22,2	20,4	9,3	18,5	100,0
Não votou	40,6	18,9	18,0	11,7	10,8	100,0
Total	22,3	20,7	24,4	16,5	16,1	100,0
N	231	214	252	171	166	1.034

Do mesmo modo, os que votaram em Lula apresentaram o menor índice de ocupação de cargos de cúpula nos sindicatos. Menos de um quinto

ocupava a presidência e mais da metade era suplente ou membro do conselho fiscal. Os eleitores de Brizola, de Covas e dos candidatos da direita ocupavam majoritariamente cargos de presidência, enquanto os eleitores de Collor eram majoritariamente secretários ou tesoureiros de sindicato (31%). Os eleitores de Freire, por seu lado, ocupavam principalmente "outros cargos". (mais da metade), mas um quarto era presidente de sindicato. Tal tendência repete-se ainda para o tempo em que se ocupa algum cargo de diretoria e para a liberação ou não do trabalho, e seria ocioso apresentar as distribuições aqui.

Tabela V-9
Voto no primeiro turno das eleições presidenciais, segundo cargo que ocupa no sindicato

Candidatos	*Presidente*	*Secretaria e tesouraria*	*Cons. Fis. e suplen.*	*Outro cargo*	*Total*
Brizola	33,7	29,3	16,6	20,4	100,0
Covas	30,5	26,0	20,8	22,7	100,0
Lula	19,6	30,4	30,0	20,0	100,0
Collor	27,4	31,0	23,0	18,6	100,0
Freire	25,6	18,6	4,7	51,2	100,0
Outros	31,8	34,1	20,5	13,6	100,0
Não votou	16,1	28,7	33,4	21,8	100,0
Total	25,9	28,9	23,4	21,8	100,0
N	217	242	196	183	838

Todos esses dados reforçam um padrão que parece ter prevalecido no I Congresso da Força Sindical. Os simpatizantes do PT e os que não tinham preferência por nenhum partido (grupo em que Collor obteve seu melhor resultado) constituíram-se numa categoria diferenciada entre os delegados presentes. De modo geral, eles caracterizam-se: *1)* por sua juventude relativa; *2)* pelo tempo relativamente pequeno de militância sindical; *3)* pelo fato de ocuparem cargos fora da cúpula nas diretorias dos sindicatos que representavam e *4)* quando ocupavam postos na diretoria, por estarem há relativamente menos tempo na direção. Essas características não se repetiram para os que demonstraram preferir outros partidos (com exceção parcial dos simpatizantes do PC do B).[7]

[7] Como já se disse, só há correlação entre idade, tempo de militância e tempo na diretoria do sindicato. Mas a correlação entre idade e cargo na direção é praticamente nula (0,12%), ou

Num polo oposto ao PT, entre os partidos mais de esquerda, o PDT demonstrou ter importância significativa nos sindicatos representados no congresso. Além de ser o segundo partido na ordem de preferência e de Brizola ter sido o segundo mais votado no primeiro turno, os simpatizantes do PDT, em sua maioria, ocupavam cargos de cúpula nas entidades que representavam, tal como os eleitores de Brizola. Ao mesmo tempo, era altíssimo o índice de delegados liberados do trabalho em tempo integral, entre os que preferiam o PDT, e os que votaram em Brizola. Assim, os simpatizantes do PDT e os eleitores de Brizola, entre os partidos de esquerda, têm o maior índice de compromisso com os sindicatos, expresso no tempo de militância, tempo na diretoria, cargo na diretoria e liberação para o trabalho, se tomamos estes indicadores em seu conjunto.[8]

Escolaridade, classe social e ramo do sindicato

No que se refere à relação entre escolaridade e preferência partidária, a distribuição dos simpatizantes do PMDB acompanha a do PT, não obstante ser maior, entre os primeiros do que entre os últimos, a incidência de delegados que têm somente o primário completo. Por outro lado, embora se pudesse esperar uma maior porcentagem de delegados pouco escolarizados entre os que preferiram nenhum partido (na medida em que as pesquisas têm apontado uma correlação negativa relevante entre estas duas variáveis)[9] entre os congressistas da Força Sindical isso não se verificou. Como se pode ver pela tabela seguinte, a preferência por "nenhum partido" distribui-se sem qualquer padrão definido pelos graus de escolaridade, com uma pequena concentração entre os delegados que declararam ter até colegial completo.

Os delegados que preferiram os PCs, o PSDB e "outros partidos" tinham, majoritariamente, ginasial completo, mas era relativamente elevada a ocorrência de delegados com curso universitário entre os dois primeiros,

seja, não se pode explicar o fato de que os que preferiam o PT não ocupavam cargos de cúpula pelo fato de serem relativamente mais jovens.

[8] Para se ter uma ideia, 73% dos que declararam o voto em Brizola eram liberados em tempo integral do trabalho. Mais da metade estava há mais de quatro anos na diretoria dos sindicatos.

[9] Quanto maior a escolaridade, menor a ausência de preferência partidária, segundo pesquisa do IBOPE realizada em fevereiro de 1989, antes das eleições presidenciais.

de delegados com instrução básica entre os simpatizantes do PSDB e de ginásio incompleto entre os que preferiam os PCs.[10]

Tabela V-10
Partido de preferência, segundo escolaridade

Partido da preferência	*Escolaridade*								
	Primar. incom.	*Prim. compl.*	*Ginás. incom.*	*Ginás. compl.*	*Col. incom.*	*Col. compl.*	*Univ. incom.*	*Univ. compl.*	*Total*
PMDB	11,0	28,7	15,8	16,4	8,9	8,9	4,8	5,5	100,0
PSDB	5,2	14,7	11,3	27,0	6,1	17,4	7,0	11,3	100,0
PDT	3,6	13,0	13,8	11,6	7,2	22,6	10,1	18,1	100,0
PT	11,9	19,4	20,5	17,5	5,0	16,9	3,8	5,0	100,0
PCB	2,2	8,9	15,6	22,1	6,7	13,3	15,6	15,6	100,0
PC do B	-	7,7	23,1	23,1	-	15,5	23,1	7,7	100,0
Outros	5,0	16,3	18,7	21,2	6,3	17,5	10,0	5,0	100,0
Nenhum	7,5	17,3	17,3	14,6	7,5	17,3	8,7	9,8	100,0
Total	7,2	17,9	16,4	17,7	6,8	16,4	7,8	9,5	100,0
N	64	156	143	154	59	143	68	83	870

Vale ressaltar que os menores índices de escolarização foram encontrados entre os delegados que declararam o voto no candidato do PT, e os maiores entre os que preferiam o candidato do PDT. Assim, entre os delegados que não tinham completado o curso primário, cerca de 46% votaram em Lula, vindo Collor em segundo lugar, com aproximadamente 16%. De outro lado, somente 1% dos que estavam nessa faixa votou em Roberto Freire, que tendia a subir à medida que aumentava o nível de escolaridade, num movimento inverso ao de Lula, que obteve, de longe, seu melhor resultado entre os que não terminaram o curso elementar. Já Brizola tem um movimento inverso ao de Lula, subindo sistematicamente para chegar a 30% dos "votos" entre os delegados que têm curso universitário completo. Nessa faixa de alta escolaridade, é seguido de Covas (19%), Lula e Collor, ambos com 11%, e Freire (10%).

[10] O voto no primeiro turno segue a tendência da preferência partidária. Metade dos que votaram em Lula tinha até ginasial incompleto, enquanto metade dos eleitores de Brizola tinha colegial completo, ou mais.

Tabela V-11
Escolaridade e voto

Candidatos.	*Prim.*	*Prim. compl.*	*Ginás. incomp.*	*Ginás. compl.*	*Col. incom.*	*Col. compl.*	*Univ. incomp*	*Univ. compl.*	*Total*
Brizola	6,5	11,9	14,6	13,3	13,7	22,2	25,6	30,2	16,8
Covas	14,3	18,6	16,4	21,3	26,0	11,9	17,9	18,8	17,7
Lula	45,5	30,9	32,2	28,7	26,0	26,5	24,4	11,5	28,4
Collor	15,6	14,4	15,2	16,5	12,4	15,7	10,3	11,5	14,5
Freire	1,3	1,0	5,3	5,3	8,2	3,8	10,3	10,4	5,0
Outros	2,6	7,2	5,3	4,3	5,5	9,2	2,6	3,1	5,6
Não votou	14,3	16,0	11,1	10,6	8,2	10,8	9,0	14,6	12,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	77	194	171	188	73	185	78	96	1.062

Classe social e preferência política

Outra variável que apresentou alguma relevância para a compreensão da opção política dos delegados foi sua classe social de origem. Para efeitos desta análise, agrupamos as categorias profissionais em "operários", "classe média" e "outras". Trata-se de agrupamento grosseiro, motivado pela enorme presença de operários industriais, notadamente de metalúrgicos, entre os delegados, e pela grande dispersão das demais categorias profissionais.

Assim, "operários" inclui todos os operários da indústria e da construção civil, além de portuários, caminhoneiros e urbanitários. "Classe média" inclui técnicos de nível médio e superior, artesãos, trabalhadores de escritórios, hospitais, funcionários públicos, professores, bancários, securitários, comerciários, etc. "Outros" inclui basicamente trabalhadores rurais, trabalhadores não manuais sem qualificação e trabalhadores braçais urbanos sem qualificação Ainda que grosseiro este agrupamento mostrou-se discriminador da opção política dos delegados.[11]

[11] "Grosseiro", aqui, corrobora tanto com a impossibilidade de desagregar os operários entre mais e menos qualificados como com a impossibilidade de desagregar a categoria "classe média" entre gerentes e subordinados, classe média alta ou baixa, etc.

Tabela V-12
Partido de preferência, segundo classe social.

Partidos	*Operário*	*Classe Média*	*Outros*	*Total*
PMDB	45,2	21,5	33,3	100,0
PSDB	42,5	33,6	23,9	100,0
PDT	29,1	42,2	28,7	100,0
PT	54,7	23,6	21,7	100,0
PCB	41,4	29,3	29,3	100,0
PC do B	16,6	41,7	41,7	100,0
Outros	34,6	32,1	33,3	100,0
Nenhum	42,7	27,5	29,8	100,0
Total	42,0	29,6	28,4	100,0
N	356	250	240	846

Os "operários", como já vimos, compunham a grande maioria dos que responderam à pergunta sobre a preferência partidária, além de ser maioria no congresso como um todo. Isso contribuiu para que se encontrasse uma grande concentração de operários entre os que demonstraram preferência por todos os partidos. Apesar disso, algumas diferenças merecem relevo. Foi entre os que declararam simpatia pelo PT que se encontrou o maior número de operários (mais da metade dos delegados), enquanto apenas pouco menos de um terço dos que preferiam o PDT o era. Os que tinham simpatia por este partido eram principalmente assalariados de classe media A proporção de operários foi também elevada entre os simpatizantes do PMDB (45%), PSDB (43%) e PCB (42%) e baixa entre os simpatizantes do PC do B (17%) e do PDT (29%). Depois do PDT, foi entre os que preferiam "outros partidos – (PDS, PDC, PL, PFL) que se encontrou a menor porcentagem de operários, e pouco menos de um terço era trabalhadores de classe média". Mais uma vez, os que preferiam o PT apresentaram a distribuição mais desviante do total dos delegados que declararam preferência por algum partido. O PT foi o único partido em que seus simpatizantes eram, em sua maioria, operários, ou melhor, em que a porcentagem de delegados operários superou a da soma das porcentagens dos delegados de outras classes sociais.[12]

[12] Isso não tem diretamente a ver com o fato de que os simpatizantes do PDT eram, em sua maioria, provenientes do Rio de Janeiro, sabendo-se que bem mais da metade dos delegados desse Estado eram operários. O que aconteceu foi que uma parcela majoritária dos operários do Rio de Janeiro manifestou preferência pelo PT.

Uma tendência análoga foi observada em relação ao voto no primeiro turno das eleições presidenciais. Os que votaram em Lula eram majoritariamente operários, e os que votaram em Brizola eram majoritariamente não operários. Na verdade, Brizola, Roberto Freire e os candidatos de direita ou de centro-direita (estes últimos expressos na linha "outros") tiveram a menor porcentagem de operários entre os seus eleitores. Assim, pode-se dizer que o voto ou a preferência por partidos mais à esquerda, tal como o voto ou a preferência por partidos mais à direita, não tiveram relação significativa com a classe social dos delegados, com exceção; *1)* dos que declararam o voto em Lula e a preferência pelo PT, onde se observou nítida predominância de operários sobre as outras classes sociais; e *2)* dos que declararam preferir o PDT e votaram em Brizola, com maior participação de sindicalistas de classe média.

Tabela V-13
Voto no primeiro turno, segundo classe social.

Candidatos	*Operário*	*Classe média*	*Outros*	*Total*
Brizola	38,5	46,5	15,0	100,0
Covas	49,7	30,6	19,7	100,0
Lula	56,3	25,1	18,6	100,0
Collor	44,2	38,5	17,3	100,0
Freire	41,4	51,7	6,9	100,0
Outros	40,0	33,3	26,7	100,0
Não votou	38,6	37,8	23,6	100,0
Total	46,5	35,1	18,4	100,0
N	500	378	198	1.076

Em face da significativa correlação encontrada entre classe social e tipo de entidade que o delegado representava (se de indústria ou de outro setor), em que mais de 40% da variação de uma era explicada pela variação da outra, era de se esperar que entre os que preferiam o PT e votaram em Lula no primeiro turno se encontrassem, majoritariamente, delegados de sindicatos de indústria. Isso, de fato, ocorreu. A tabela seguinte apresenta os dados relativos ao partido de preferência e ao tipo de sindicato, se de indústria ou outro.[13]

[13] Mais uma vez, o agrupamento é grosseiro e se justifica em face da enorme predominância de sindicatos de indústria na representação do I Congresso da Força Sindical, mesmo agrupando todos os sindicatos não industriais em "outros". Ainda assim é desmedida a concentração de entidades da indústria. Optamos, pois, pela perda de matizes possivelmente

Mais de três quartos dos delegados que preferiam o PT eram representantes de sindicatos de trabalhadores industriais. Esse é o maior desvio relativo para cima, se comparado com a distribuição da população do congresso pelo tipo de entidade (última linha da próxima tabela). A menor participação de representantes de sindicatos de indústria está entre os simpatizantes do PDT, com perto de 45%. Este é o maior desvio para baixo, em comparação com a população em geral. Já os partidários do PSDB, do PMDB, dos partidos de direita e de "nenhum partido" estão bastante próximos da distribuição da população, com perto de 60% sendo representantes de sindicatos de indústria e quase 40% de sindicatos de outras atividades. Os que declararam simpatia pelos PCs também são majoritariamente representantes de sindicatos industriais, com desvio para cima em relação à população do congresso, embora menor que o do PT.

Se tomarmos o tipo de sindicato como referência de análise, notaremos que o PT é o partido preferido entre os delegados de sindicatos industriais, enquanto o PDT o é entre os representantes de outros sindicatos. Os demais partidos são preferidos de modo homogêneo entre os dois tipos de entidade. Esses dados não permitem afirmações categóricas, exceto em relação aos dois primeiros partidos. Se o delegado prefere o PT, o mais provável é que ele seja delegado de indústria, e essa probabilidade é maior para o PT do que para todos os outros partidos. Por outro lado, se o delegado é representante de sindicato de trabalhadores industriais, há maior probabilidade de que ele prefira o PT aos outros partidos, embora essa probabilidade seja pouco expressiva.

Alternativamente, se o delegado manifesta sua preferência pelo PDT, o mais provável é que ele seja representante de entidade não industrial. Ao mesmo tempo, se trata de delegado de entidade não industrial, há maior probabilidade de que ele tenha manifestado preferência pelo PDT do que pelos outros partidos, embora também se trate de probabilidade pouco expressiva[14].

encontráveis se desdobrássemos o número de entidades na linha da tabela em favor da capacidade discriminadora da variável independente.

[14] Já com relação ao voto no primeiro turno, a divisão em sindicatos de indústria e outros não discrimina com tanta clareza. Apenas para os que votaram em Roberto Freire se percebe um desvio significativo para cima entre os representantes de sindicatos de indústria. Os demais foram votados segundo pequena variação para cada candidato. Já se tomando o tipo de entidade por referência, temos que 30% dos representantes de sindicatos de trabalhadores industriais votaram em Lula no primeiro turno e apenas 23% dos representantes de outros sindicatos o fizeram.

Tabela V-14
Partido de preferência segundo o tipo de sindicato

Partidos	*Sind. Industriais*	*Outros Sindicatos*	
PMDB	60,0	40,0	100,0
PSDB	58,6	41,4	100,0
PDT	44,9	55,1	100,0
PT	76,1	23,9	100,0
PCB	68,2	31,8	100,0
PC do B	50,0	50,0	100,0
Outros	65,4	34,6	100,0
Nenhum	58,4	41,6	100,0
Total	60,8	39,2	100,0
N	525	338	863

Conclusão

Na análise das orientações políticas dos sindicalistas ligados à Força Sindical, chama atenção a alta porcentagem de delegados que votaram em candidatos de esquerda, especialmente em Lula (28%) e em Brizola (17%), e que indicaram o PT (19%) e o PDT (16%) como os partidos de sua preferência. Chama a atenção também, na própria Direção Nacional, o fato de cerca de 40% de seus integrantes terem indicado o PDT (28%) e o PCB (12%) como os partidos de sua preferência. Mesmo considerando que nenhum desses partidos tem um projeto revolucionário, e que a retórica sempre é diferente da prática, o PT e o PCB são, em princípio, socialistas, e o PDT, nacionalista e, formalmente, socialdemocrata. Obviamente, não se espera dos partidos, notadamente dos partidos brasileiros, um alto nível de coerência ideológica e uma prática consistente com seus programas. Mas, de todo jeito, no jogo político do país, esses partidos têm-se oposto às medidas de privatização das empresas estatais e ao projeto neoliberal do governo Collor. Por isso, do prisma da compatibilidade entre preferências partidárias e preferências sindicais, seria de se esperar que os sindicalistas que se manifestaram favoravelmente a esses partidos e aos seus candidatos estivessem na CUT.

Desse modo, à primeira vista, o congresso da Força Sindical sugere que a preferência partidária não encaminha, necessariamente, militantes

sindicais para esta ou aquela central. Mais do que isso: a preferência partidária à esquerda não identificaria, necessariamente, a CUT como a central sindical a ser privilegiada. Uma primeira explicação, aqui, seria a da separação entre as orientações sindicais e políticas. Porém a história do movimento sindical, no Brasil e em outros países, vai na direção contrária, indicando uma forte correlação entre as preferências partidárias e sindicais. Algumas centrais europeias, por exemplo, têm feições ideológicas muito marcadas e tendem a agrupar os trabalhadores de um dado credo político. Do mesmo modo, entre nós, os conflitos no meio sindical que levaram à criação da CUT e da CGT, e depois à da Força Sindical, tiveram na sua origem diferenças de concepções sobre as funções do sindicalismo e das estratégias de lutas sindicais, em que os fatores ideológicos desempenharam importante papel. A própria Força Sindical, tal como a CUT, já surgiu com um projeto político e ideológico bastante definido, como detalhamos nas páginas iniciais deste trabalho. Como explicar, consequentemente, que a maior parte dos sindicalistas que participaram do congresso de fundação dessa central, inclusive membros de sua cúpula dirigente, tenha preferências partidárias que vão exatamente num sentido contrário ao programa da FS? Uma vez que os dados da pesquisa não oferecem mais do que indicações muito gerais sobre essa questão, podemos apenas levantar algumas hipóteses que não são necessariamente excludentes entre si.

Primeira hipótese: a massa de delegados que esteve no congresso de fundação não teria perfeitamente claras as diferenciações entre as opções programáticas da Força Sindical e os projetos dos partidos que preferem e dos políticos em que votaram. Fortalece essa hipótese a inexistência de discussões mais aprofundadas, em plenário, sobre os princípios e o programa da Força Sindical.

Segunda hipótese: os sindicalistas que preferem os partidos mais moderados, de centro ou centro-esquerda – como o PMDB, o PSDB – teriam votado (como indicam os dados da própria pesquisa e como aconteceu com grande parte do eleitorado brasileiro) nos candidatos que acreditavam ter mais chances de vitória. Esse parece particularmente o caso do voto em Lula e da preferência pelo PT como partido. Como já vimos, quase metade dos que votaram em Lula não apontou o PT como partido preferido. Nesse caso, as orientações políticas mais à esquerda que aparecem nos resultados da pesquisa da Força Sindical não seriam tão pronunciadas como se poderia deduzir das simples respostas dos congressistas. Esta

explicação seria especialmente válida para os dados relacionados com o voto no primeiro turno das eleições presidenciais, mas não teria muita validade no caso das distribuições relacionadas com o partido preferido.

Terceira hipótese: as preferências políticas só afetariam as orientações sindicais se fossem relativamente intensas e consistentes. No caso dos delegados ao congresso da Força Sindical que revelaram simpatias pelos partidos de esquerda, alguns dados da pesquisa indicam que o grau de participação política e sindical, de politização, em suma, é pequeno entre os delegados, o que possibilitaria uma inconsistente coabitação entre tendências políticas e tendências sindicais divergentes. Os dados recolhidos pelo questionário não oferecem muitos elementos para se avaliar o índice de participação política dos delegados. Mas a grande maioria (75%) não está filiada a nenhum partido e 67% não participou de nenhum dos grandes congressos sindicais anteriores. Esses dados sugerem um baixo nível de participação política e de militância sindical, e provavelmente de informação, o que coincide com a fraca politização das discussões observada no congresso de fundação. Pode-se, pois, acreditar que a intensidade das preferências pelos partidos e candidatos mais à esquerda não era muito forte. Assim se explicaria a participação desses delegados que se declararam simpatizantes dos partidos de esquerda num congresso de uma central que pretende ser a principal rival da CUT. Essa hipótese não implica negar a relação entre as orientações políticas e as orientações sindicais porque estamos supondo que a intensidade das preferências pelos partidos e candidatos de esquerda é fraca. O voto, numa situação de campanha eleitoral nos quadros de uma política de massas, e determinado mais por razões de simpatias pessoais e vagas pelos candidatos do que por seus programas e seus partidos.

Quarta hipótese: a maioria dos delegados presentes ao congresso de fundação era de pequenos sindicatos de trabalhadores industriais e de serviços do setor privado com baixo poder de pressão, sem meios para desenvolver ações mais agressivas e sem condições de manter, com o patronato, relações de tipo adversatício, tal como o preconizado e parcialmente aplicado pela CUT. A orientação mais moderada e cooperativa da Força Sindical, para esses sindicatos, ofereceria mais vantagens do que uma relação de tipo conflitivo. Assim se explicaria a presença, no congresso de formação da Força Sindical, de diretores de sindicatos pouco politizados, que se manifestaram favoravelmente ao PT, ao PDT e a outros partidos de esquerda, mas que não alimentam simpatias pelo tipo de sindicalismo de

confronto que a CUT proclama e às vezes desenvolve. A cultura socialista e de confronto reinante no interior da CUT e a ameaça que ativistas sindicais simpatizantes dessa central representariam para esses delegados que ocupam posições importantes nas diretorias de seus sindicatos os levariam a buscar a proteção de uma central como a Força Sindical. Se essa explicação é correta, a adesão à Força Sindical, para uma parcela ponderável de delegados, não se deveria tanto ao seu programa e princípios ideológicos e políticos mais gerais quanto às suas táticas sindicais moderadas e voltadas para o diálogo. Fortalecem essa hipótese as elevadas porcentagens de respostas dos entrevistados favoráveis a uma prática sindical aberta ao diálogo, na qual a greve é o Ultimo recurso. Desse modo, nem o "neoliberalismo" da Força Sindical nem o "socialismo" da CUT ocupariam um lugar importante nas opções sindicais da massa de delegados. O importante seria o tipo de prática sindical que uma e outra central pretendem desenvolver.

Quinta hipótese: a maior parte dos delegados que manifestam simpatias pelo PT e por Lula, principais rivais políticos da Força Sindical e de Medeiros, ocupa posições menos importantes nos seus sindicatos, e nesse sentido, é mais "periférica". Consequentemente, embora suas respostas afetem os resultados da pesquisa e coloquem a Força Sindical mais "à esquerda", na prática da atuação sindical suas opiniões e preferências políticas teriam pouca importância. Essa explicação, contudo, pode ser válida para os simpatizantes do PT e eleitores de Lula, mas não para os de Brizola, que ocupam posições importantes nos sindicatos.

Todas essas hipóteses são mais pertinentes para a massa de delegados. Para o caso dos membros da Direção Nacional, nem tanto. Não se pode falar, para a alta liderança da Força Sindical, de um baixo coeficiente de politização, de informação ou mesmo de participação. Pensamos, contudo, que se pode falar, para uma boa parcela dos dirigentes, de uma fraca intensidade das preferências político-partidárias. Cerca da metade, como já vimos, não está filiada a nenhum partido e cerca de 30% estão filiados a partidos que não requerem uma militância mais intensa, como o PMDB e o PDT. Grande parte dos membros da Direção Nacional veio da CGT e alguns poucos da CUT, mas todos têm uma longa trajetória de atuação no meio sindical. Tendo-se em conta que as opiniões e expectativas das principais lideranças que viriam integrar a Direção Nacional não poderiam ser menosprezadas quando da redação da carta de princípios da Força Sindical, a baixa votação de Collor (14%) e o fato de a

soma de votos a Brizola (32%), Covas (22%) e Freire (16%) representar 70% do total da Direção Nacional não deixam de ser surpreendentes. No conjunto, tem-se uma maciça preferência partidária de centro-esquerda, de feição mais nacionalista, socialdemocrata ou populista do que socialista, mas não "neoliberal". Uma vez que, a nível da alta cúpula, não se pode falar de ausência de informação, a discrepância entre a orientação sindical e a preferência político-partidária da Direção Nacional é mais surpreendente do que entre a massa de delegados. Dois motivos podem eventualmente explicar a discrepância observada. Em primeiro lugar, o fato de tanto Brizola como Mario Covas, embora rejeitando o liberalismo de Collor, apenas vagamente poderem ser caracterizados como de esquerda, enquanto Roberto Freire, na ocasião, seria um "comunista" muito moderado, ala direita do velho Partidão, que por sua vez teve uma atuação bastante moderada no meio sindical. Em segundo lugar, é possível que os dirigentes da Força Sindical, assim como muitos delegados, estejam vivendo, se assim se pode dizer, um processo de transição política, relacionada com o abandono de certas crenças e convicções abaladas pela queda do Muro e pelo fim da URSS. A fundação da Força Sindical é posterior à eleição de Collor (1989) e coincide com o processo avançado de desmoronamento dos regimes socialistas. Com a óbvia exceção de Medeiros, que há certo tempo vinha defendendo ideias semelhantes às contidas na carta de princípios e no programa da Força Sindical, muitos outros integrantes da Força Sindical estavam ainda em fase de rompimento com suas anteriores convicções de esquerda. No caso do ex-PCB, os acontecimentos do Leste europeu perturbaram profundamente seus militantes, ocasionando a liquidação do próprio partido. O voto pelo candidato comunista Roberto Freire e a preferência pelo ex-PCB como partido não significariam necessariamente adesão a uma orientação de tipo socialista. Por tudo isso, e na ausência de dados mais consistentes, tendemos a considerar que a discrepância entre as preferências eleitorais e partidárias da direção da Força Sindical e o programa aprovado no congresso de fundação relaciona-se com um processo de adaptação aos novos tempos que atinge também amplos segmentos da alta direção da própria CUT. A diferença, com relação à Força Sindical, é de que as origens contestatórias e a cultura socialista da CUT, formada nos quadros da abertura política de inícios da década dos anos 80, assim como sua forte penetração no setor público, tornam mais difícil a readaptação da entidade ao contexto econômico, político e ideológico que se abriu com o fim do socialismo. Uma mudança explícita e

rápida dos princípios que nortearam a fundação da CUT ameaçaria a organização com uma crise de identidade muito forte. Já os dirigentes da Força Sindical, que há muito tinham uma atuação mais moderada no campo sindical, poderiam realizar mais facilmente a transição ideológica necessária para poder ter algum sucesso no cenário que se abre neste final de século. Nessa hipótese, suas respostas relacionadas com o voto nas eleições presidenciais e com o partido preferido estariam refletindo uma situação passada ou a ausência de outras opções políticas.

Por fim, tendo em conta as observações anteriores, tudo indica que a Força Sindical mais provavelmente não terá opções político-partidárias muito definidas, de acordo, aliás, com a intenção de sua carta de princípios. O fato de não existir um partido que congregue as preferências da grande maioria dos delegados tende a ampliar o campo de atuação da direção da central, de modo a buscar apoios tópicos aqui ou acolá, mas sem um comprometimento mais definitivo com correntes e facções partidárias, pelo menos com as atualmente existentes. Do ponto de vista das inclinações sindicais da grande maioria dos delegados, a orientação da Força Sindical, que parece ao mesmo tempo mais exequível em termos da manutenção do equilíbrio interno e mais promissora em termos de maior liberdade de reivindicação, deverá ser a que resulte em apoios a determinadas medidas que partam do sistema político, mas sem fortes engajamentos políticos ou partidários. Do ponto de vista sindical, uma orientação que procurasse tirar vantagens através da negociação com variados segmentos da classe política e das forças partidárias parece ser bastante adequada a uma central como a Força Sindical, que reúne um grande número de sindicatos com fraco poder de barganha com o patronato e com ainda menor capacidade de confronto com o governo, especialmente numa situação de desemprego. Do ponto de vista político, uma tática de negociação ampla e conflito limitado seria consistente com a forte dispersão das preferências políticas no interior da Força Sindical. Desse ângulo, os dados da pesquisa sugerem que, diante da variedade das preferências político-partidárias existentes entre a massa de delegados e entre os dirigentes da Direção Nacional, o êxito da Força Sindical dependerá da capacidade de seus dirigentes e sindicalistas de evitar a exacerbação das preferências partidárias internas, ou seja, que suas opções partidárias diminuam a coesão interna e afetem a política da central. Dado o baixo coeficiente de politização e a grande homogeneidade no tocante ao tipo de atuação propriamente sindical, as diferenças de opinião política

dentro da Força Sindical permaneceriam como opções pessoais que não impediriam a comunicação e o acordo entre dirigentes com inclinações eleitorais diferenciadas, mas pouco intensas. As diferenças de opinião poderiam ficar contidas dentro dos limites de um vasto espectro ideológico do qual, provavelmente, só estariam excluídos os partidos mais à esquerda, como o PT ou o PC do B, adversários mais intransigentes das propostas defendidas pela Força Sindical.

Facilita a convivência pacífica no interior da Força Sindical o fato de que dificilmente a nova central terá sua atuação mareada pelo esforço de ganhar politicamente a massa de trabalhadores, de realizar um trabalho de convencimento ideológico, de homogeneização, de "conscientização" no estilo que a CUT realiza, ou que algumas de suas tendências tentam realizar. Assim, tudo indica que a Força Sindical deverá pôr em prática mais um sindicalismo de tipo "societário", em contraposição a um sindicalismo de tipo "comunitário".[15] A CUT, ao contrário, pretenderia desenvolver um sindicalismo de tipo comunitário. Porém encontra muitos problemas para avançar nessa direção, entre outras coisas porque, cada vez mais, se apoia na rede sindical oficial que critica, mas não consegue, ou não quer, destruir.[16]

---

[15] Inspirado na tipologia de Tonnies, Laubier distingue um sindicalismo em que predominam os aspectos societários, quer dizer, um sindicalismo orientado principalmente por considerações de interesse (vantagens precisas, pragmatismo, etc.) e um sindicalismo comunitário em que se apela basicamente para os sentimentos exaltando os elementos de comunhão, de emoção, de combate, etc. Patrick de Laubier, *Histoire et Sociologie du Syndicalisme XIXe.-XXe. siècles,* Friburgo, Masson, 1985 (Cap. 1, "Syndicalisme et mouvement ouvrier"). Os fatores de natureza racional e burocrática tenderiam a ser mais acentuados no primeiro caso. Pensamos que a predominância de um sindicalismo de tipo comunitário, no caso da CUT, deve ser tomada com certas restrições em virtude das diferenças existentes no seu interior. Desse modo, julgamos que a classificação de Laubier deve ser aceita mais como tendência relativa, uma vez que ambos os aspectos podem coexistir no interior de uma mesma organização, sendo a diferenciação decorrente da dimensão que cada um desses aspectos ocupa no interior de cada movimento sindical.

[16] Para uma avaliação bastante crítica da ambiguidade dos dirigentes sindicais, inclusive dos sindicatos filiados à CUT, com relação ao que denomina "sindicalismo de Estado", cf. Armando Boito Jr., O Sindicalismo de Estado no Brasil, *op. cit.* Por sua vez, Maria Hermínia Tavares de Almeida, ao analisar as estratégias do sindicalismo brasileiro nos anos 80, aponta também a ambiguidade dos sindicalistas diante do "corporativismo de Estado". Ao contrário da visão de Armando Boito Jr., que acentua os aspectos negativos do corporativismo para o desenvolvimento do poder sindical, Maria Hermínia T. de Almeida considera que o modelo corporativo não significou apenas limitações, mas assegurou vantagens não desprezíveis para as lideranças sindicais. Cf. Crise Econômica e Organização de Interesses: Estratégias do

De outro lado, para retornar a uma problemática já esboçada no início deste capítulo, é possível que a criação de uma Força Sindical bastante heterogênea politicamente, mas muito homogênea em termos das orientações sindicais, atue no sentido de restringir a liberdade de atuação política de seu presidente, uma vez que, agora, tem a chefia de uma entidade mais ampla do que a antiga Confederação Nacional dos Metalúrgicos e necessita conciliar interesses mais divergentes e forças mais numerosas. Em consequência, mais do que anteriormente, seu comportamento político não poderá afastar-se excessivamente da "média" prevalecente em sua entidade.[17]

Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80, *op. cit.*, p. 115. Sobre o sindicalismo corporativo no Brasil, cf. também Leôncio Martins Rodrigues, *Partidos e Sindicatos*, São Paulo, Ática, 1989, Cap. "O Sindicalismo Corporativo no Brasil".

[17] Este não é um problema enfrentado apenas pela FS. Os dirigentes sindicais que chegam às diretorias dos sindicatos não o fazem através de uma carreira administrativa, mas através de eleições. Consequentemente, não podem distanciar-se demasiadamente do pensamento dominante no interior do meio sindical. Na verdade, são prisioneiros da massa de seus eleitores e, especialmente, da militância "média" e dos trabalhadores sindicalizados. Um distanciamento excessivo da cultura do seu sindicado e dos valores predominantes na base teria como consequência a perda de eleições... e do posto ocupado. Desse ângulo, a situação dos diretores de sindicatos é parecida com a dos políticos que não podem descontentar seus eleitores. Mas, neste ponto, a situação dos políticos parece mais cômoda no sentido em que têm mais possibilidades de captar votos num colégio eleitoral muito maior e diversificado do que o dos dirigentes sindicais. Em outras palavras: enquanto os políticos que mudam suas orientações podem tentar compensar os eventuais prejuízos daí decorrentes buscando votos em outros segmentos do eleitorado, os diretores de sindicatos estão amarrados a um eleitorado muito menor e mais homogêneo que é dado pelos trabalhadores sindicalizados de seu sindicato. Consequentemente, suas margens de manobra e de liberdade de iniciativa e atuação são também menores. Por essa razão, devem manter-se muito mais próximos da opinião modal prevalecente em sua base eleitoral.

VII. CONCLUSÃO

A Força Sindical foi criada num contexto bastante diferente do que marcou o nascimento da CUT – a primeira das centrais a serem criadas após a abertura política de fins da década de 70 – e também, numa escala menor, da CGT. Pensamos que as circunstâncias da formação da Força Sindical, em comparação com as das demais centrais, devem ser examinadas para que se possa entender mais adequadamente as suas características, estratégias e possibilidades de desenvolvimento neste final de século.

A CUT se criou no impulso da redemocratização do Brasil como a vertente mais importante do sindicalismo brasileiro. Mas tal não se deu sem conflitos internos ao próprio movimento sindical. O alcance da luta democrática, a natureza da democracia desejada, o sentido das mobilizações dos trabalhadores e dos choques com o governo seccionavam o sindicalismo no dobrar da década dos anos 70, separando, de um lado, os que entendiam que a transição do autoritarismo para a democracia deveria ficar contida nos marcos da economia de mercado e da democracia representativa e, de outro lado, os que pretendiam que a abertura conduzisse a uma democracia mais participativa do que representativa, nos quadros de uma ordem econômica controlada pelo Estado. Os primeiros acabaram por se encaminhar para a CGT, os segundos para a CUT.

A feição assumida pela CUT reflete amplamente as circunstâncias político-institucionais da época em que foi criada, ou seja, a existência de um sistema político autoritário, em declínio, mas ainda em exercício, que condenava o movimento sindical a uma situação de marginalidade com relação aos centros de decisão. Do lado das classes assalariadas, o desenvolvimento econômico da década de 70 criara atores sociais importantes que não conseguiam expressão política legítima e institucionalizada, quer dizer, grupos sociais que não tinham vias para se transformarem em atores políticos a não ser através da contestação da ordem institucional e do confronto com o poder político. Nessas condições, dificilmente o sindicalismo brasileiro poderia afirmar-se fora de uma atitude de rebeldia e de choque com o sistema de poder, basicamente com o Executivo Federal controlado pelas Forças Armadas. Um ator social poderoso – as lideranças dos grandes sindicatos – era condenado a uma existência de gueto. As condições políticas (mas também as econômicas e valorativas) eram bastante favoráveis

ao desenvolvimento de um sindicalismo de confronto, fundado nas concepções de luta de classe, na ideia de um conflito irreversível entre o capital e o trabalho, em que os termos "entendimento", "cooperação" e "participação" soavam como traição à classe trabalhadora. A CUT foi a expressão dessa conjuntura, da luta das lideranças de amplos segmentos das classes trabalhadoras para a ampliação de seu espaço no interior do sistema político. A retórica agressiva, a desconfiança com relação ao diálogo com as autoridades, a rejeição da negociação, etc., teve repercussão positiva em amplos segmentos das classes assalariadas, especialmente naqueles cujas condições de enfrentamento com as autoridades e as empresas eram melhores.

Por razões cuja discussão nos levaria muito longe de nossa temática principal, esse esforço de participação política e econômica, de parte das lideranças ligadas ao movimento sindical e às classes assalariadas, foi fortemente influenciado pelas concepções socialistas de transformação social. Em outros termos: a luta pelo retorno a uma ordem democrática, para variadas facções da esquerda, não foi concebida como um fim em si, mas como um meio de se chegar ao socialismo.

A Força Sindical, ao contrário, já surgiu sob a Constituição de 1988, num período de democracia formal ampla (mas não necessariamente consolidada). As bandeiras da redemocratização, da abertura política e da legitimação do poder sindical não poderiam efetivamente ocupar um papel preeminente em seu programa de lutas, mesmo que seus fundadores tivessem ambições reformistas mais acentuadas. Mas há outras razões para a rejeição, pela Força Sindical, do socialismo como meta.

Do ponto de vista *econômico* e da *situação do mercado de trabalho*, a Força Sindical surge num momento de recessão, de desemprego, de condições bastante desfavoráveis para um sindicalismo de confrontação. A CUT, ao contrário, foi formada num contexto em que táticas sindicais agressivas rendiam dividendos, se não do ponto de vista dos resultados econômicos, pelo menos do da mobilização e da projeção das lideranças sindicais.[1] Dois fatores foram particularmente favoráveis a esse tipo de atuação: inflação alta e desemprego baixo, combinação que, com exceção de alguns períodos, caracterizou a década de 80. A CUT pôde crescer com

[1] Para uma avaliação das orientações sindicais diante das políticas econômicas dos diferentes governos, cf. Maria Herminia Tavares de Almeida, *Crise Econômica e Organização de Interesses: Estratégias do Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80, op. cit.*

base na defesa dos interesses específicos de grupos de assalariados pouco dispostos a discutir os efeitos gerais de suas demandas sobre a economia e a inflação, sem se preocupar com o desenvolvimento econômico, com a manutenção do emprego, mudança tecnológica e manutenção da capacidade competitiva das empresas. Ela não teve de ser "construtiva". A direção da economia foi deixada, na prática, aos empresários e ao Estado, pois o sindicalismo deveria se preocupar com a defesa dos interesses dos trabalhadores, sem tentar "gerir a crise do capitalismo". Crise, aliás, saudada como benéfica do ponto de vista da conscientização dos trabalhadores para a sociedade socialista.

A Força Sindical surge numa fase de reforma da economia e do Estado, de desmonte do modelo nacional-populista de desenvolvimento e de relações entre as classes. No Brasil, a recessão econômica e a crise financeira do Estado, aliadas à existência de um regime democrático e às mudanças que começam a operar no relacionamento das empresas com seus empregados, fazem com que as táticas ofensivas da década passada dificilmente possam oferecer, nos dias de hoje, os mesmos resultados.

Do ponto de vista ideológico, o surgimento da Força Sindical se dá no auge da crise do socialismo e dos Estados de bem-estar e de grande legitimidade das ideologias e soluções liberais. A Força Sindical nasce tentando atrair as lideranças não socialistas do movimento sindical brasileiro, que até recentemente se encontravam numa posição defensiva diante das correntes mais à esquerda, estas legitimadas pela sua luta contra o autoritarismo e os governos militares. Com o mercado sindical já ocupado pela CUT, de um lado, e pela CGT, de outro, sobrava para uma nova central a bandeira da "modernidade", a ser contraposta ao "socialismo" cutista e ao "corporativismo" da CGT.

Essas observações levam-nos a outra: do ponto de vista do mapa sindical do país, a Força Sindical surge, em primeiro lugar, num momento em que a maior parte das principais entidades representativas das classes assalariadas dos setores privado e público está comprometida com as centrais sindicais formadas anteriormente. Em grande parte por essa razão, em termos da adesão de sindicatos, federações e associações, a Força Sindical nasceu muito mais fraca do que a CUT e a CGT. Agora, para avançar, precisa ganhar entidades filiadas às outras centrais.

A Força Sindical tem apenas dois pontos de apoio mais sólidos: o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a Federação dos Trabalhadores na Alimentação, do mesmo Estado. Não foi o que aconteceu primeiro com a CONCLAT, e posteriormente com a CUT e a CGT, que agruparam as principais correntes políticas e os mais importantes sindicatos e federações do país. Desse ponto de vista, a Força Sindical começa em desvantagem.

Considerando-se esses aspectos e os dados colhidos na pesquisa, conviria, nesta Conclusão, tentar avaliar as possibilidades da nova central em confronto com suas rivais há mais tempo no mercado trabalhista. Comecemos pela questão que acabamos de examinar.

Como dissemos, apenas pelo fato de ser a mais nova das centrais, a Força Sindical encontrou um campo já ocupado. É certo que aproximadamente 80% de todos os sindicatos de empregados do país segundo dados de 1991 do Ministério do Trabalho, não estavam filiados a nenhuma das centrais sindicais. Entretanto, na grande maioria, trata-se de pequenos sindicatos.[2] Sua eventual e pouco provável adesão a qualquer uma das centrais não alteraria a relação de forças entre elas. Os sindicatos mais importantes já definiram suas lealdades. Desse ponto de vista, a Força Sindical, para avançar de maneira significativa, precisa necessariamente ganhar sindicatos ligados ou simpáticos às outras centrais, especialmente à CUT, ou conseguir criar sindicatos na base profissional de sindicatos ligados às outras centrais, dividindo a sua representação e enfraquecendo-os.

No tocante à CGT, a Força Sindical conseguiu atrair algumas entidades, mas não em relação à CUT.[3] Aqui, a nossa hipótese é de que, em geral, é mais fácil a incorporação de sindicatos que não têm comprometimento com nenhuma central (como aconteceu por ocasião da criação da CUT e da CGT) do que conseguir a adesão de sindicatos já filiados a uma central. A troca de uma central por outra, para um sindicato ou federação, é sempre traumática porque implica não apenas a rejeição de antigas lealdades e

[2] Em 1988, 55% dos sindicatos de empregados urbanos tinham menos de mil associados. *Sindicatos. Indicadores sociais,* IBGE, 1991.

[3] O ganho de novos sindicatos por parte de uma dada central pode se dar: *1)* por mudança das preferências de parte da diretoria e associados da entidade; *2)* por vitória, nas eleições sindicais, de uma chapa de oposição contrária à central em que, até o momento, o sindicato estava filiado; *3)* por adesão de sindicatos novos, recém-criados ou ainda não comprometidos com qualquer central.

amizades como também a negação de atos passados que, de muitos pontos de vista, constituem a identidade mesma da instituição.

Por esses motivos, a captura, por parte da Força Sindical, de número significativo de sindicatos ligados à CUT ou à CGT só tenderá a acontecer se as lideranças da Força Sindical se revelarem mais competentes do que as das centrais rivais em termos de obtenção de vantagens materiais e/ou simbólicas para os assalariados. Para que isso aconteça é preciso que *1)* a CUT e a CGT se mostrem incapazes de conseguir vantagens efetivas para os trabalhadores ou *2)* que suas bandeiras ideológicas percam capacidade de mobilização e atração. Esse parece ter sido, em parte, o caso da disputa pelo importante sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda, quando a chapa apoiada pela Força Sindical, defendendo a privatização da empresa, saiu vencedora nas eleições de agosto de 1992.

A CUT nasceu, convém repetir, da confluência de diferentes correntes de oposição aos regimes militares. Alguns dos grupos marxistas que estiveram presentes nas primeiras articulações que resultaram na CUT participaram de movimentos de guerrilha e de luta armada contra os governos militares. Do lado dos sindicalistas "autênticos" – outra das facções que participou da criação da CUT – os conflitos com o governo, em geral, e com os ministérios do Trabalho e da Economia, contra o controle dos sindicatos e dos salários, já vinham de meados da década de 70. Em outros termos: a CUT é concebida, desde o começo, como um organismo de oposição não apenas à ordem política autoritária, mas também à economia de mercado e à "democracia burguesa". Daí resultou uma organização embebida numa cultura de contestação e de valorização do conflito, cultura que instituía quais deveriam ser as condutas corretas e, talvez mais do que tudo, o discurso legítimo fundado nas premissas do marxismo.

De parte de muitos membros da direção da CUT, nota-se atualmente uma mudança, ainda que tímida, na concepção de ação sindical, que implica afastar-se, mais na prática do que no discurso, das concepções e táticas anteriores. Essa mudança parece estar associada à necessidade de sobrevivência da CUT como organização e tenderá, segundo hipótese por nós defendida, a ser mais acentuada quanto mais essa central se institucionalizar.[4]

[4] Acompanhamos aqui a tese de inspiração "micheliana" desenvolvida por A. Panebianco de que o avanço da institucionalização implica que o "bem" da organização tende a coincidir

Trata-se de mudança que não se faz sem problemas e crises organizatórias internas, porque ela pode implicar uma rejeição das premissas iniciais, das práticas e símbolos que definiram o caráter da organização e forjaram um sistema de identificação que possibilitava a separação entre "nós" e "eles" tanto no interior do movimento sindical como fora dele. Desse modo, o dilema que se coloca para a atuação da CUT num contexto democrático, que tende a incorporar os sindicatos no sistema de poder, está na opção entre, de um lado, a preservação dos interesses da organização, dos quais o mais importante talvez seja o fortalecimento da posição de interlocutor no interior do sistema político, e, de outro lado, a fidelidade às ideias, concepções e objetivos que cercaram o nascimento da entidade e definiram sua identidade política e sindical tanto para opositores de sua ação quanto para suas bases de apoio.

Do ângulo dos interesses da organização (lideranças, quadro funcional, ocupação do mercado sindical, etc.), feito o balanço de custos e benefícios entre a afirmação do passado e sua negação (ainda que não explícita), deverá prevalecer a opção que atenda melhor aos interesses de fortalecimento ou de sobrevivência da organização enquanto tal, base do poder das lideranças.

Desse modo, considerando que qualquer das opções terá algum custo, a estratégia que pareceria menos prejudicial à continuidade da organização seria a que conseguisse fazer passar a ideia de que as novas táticas e procedimentos sindicais nada mais são do que uma forma de atingir aos mesmos objetivos do passado, mas reciclados de modo a atender aos requisitos do presente, o que equivaleria a manter o socialismo como uma bandeira a ser desfraldada apenas em determinados momentos, se e quando ela puder servir à sobrevivência da CUT enquanto instituição. De acordo com a tese aqui defendida, à medida que aumentar o grau de institucionalização de cada central, os interesses internos da organização (e

---

com seus objetivos, ou seja, o que é bom para a organização, o que contribui para seu fortalecimento em relação a outras organizações, tende a ser valorizado como integrante do próprio fim. "A organização converte-se ela mesma em um 'fim' para um amplo setor de seus membros e, desse modo, 'carrega-se' de valores.". Cf. Angelo Panebianco, *op. cit.* pp. 115.
Para uma análise na mesma direção, mas enfocando as centrais sindicais brasileiras, em especial a CUT, cf. Adalberto Moreira Cardoso. *Petroleiros de Paulínia – Participação, Consciência e identidade*. Tese de mestrado em sociologia apresentada ao Departamento de Sociologia da USP, 1991 (mimeo), em especial a Conclusão.

de suas lideranças) deverão preponderar sobre os interesses gerais e sobre a ideologia manifesta. Em outras palavras: quanto mais institucionalizada a central, menos as propostas originais tenderão a servir de guia para a ação. Para sobreviver e se manterem competitivas, as centrais adotarão estratégias que resultem em mais dividendos políticos e sindicais, basicamente o aumento de sua influência junto à massa de trabalhadores, ao Estado e aos empresários. Deverá ocorrer, consequentemente, certa adaptação às expectativas e demandas das classes trabalhadoras, de modo geral, e dos diferentes sindicatos, de modo particular.

Mas cabe uma observação importante. Uma central sindical não é um observador passivo do cenário político ou dos movimentos de suas bases de sustentação. Em uma medida importante, as centrais sindicais são agentes efetivos na demarcação do ambiente político e valorativo onde trafegam seus filiados. As centrais não se "adaptam" simplesmente a expectativas e valores mutantes, mas ajudam a forjá-los na medida em que se convertem em centros criadores e reprodutores de identidade política e sindical para uma parcela relevante de sindicatos filiados. Elas são, enfim, atores políticos. E é justamente a reprodução de uma identidade institucionalmente construída que reforça interesses puramente organizacionais que podem, eventualmente, entrar em conflito com programas ou projetos ideológicos originários.

Desse ponto de vista, a rejeição explicita do socialismo (tanto quanto a sua afirmação constante) é problemática para a CUT e para as lideranças majoritárias, porque foi através da crítica ao capitalismo e ao liberalismo que a CUT conseguiu avançar.[5] Se essas considerações são corretas, o problema posto para a CUT, nos dias de hoje, seria o de optar entre, de um lado, deixar o socialismo como meta para um futuro muito distante e, por consequência, conseguir pôr de lado a estratégia do confronto sem que isso apareça como uma forma de "colaboração de classe" que fira os valores fundantes da central; e, de outro lado, continuar se recusando à "cooperação de classe", isto é, à participação. Em princípio, essa metamorfose é difícil e em vários países de capitalismo avançado provocou muitos conflitos no interior do movimento sindical.

Mas, no momento presente, na luta pelo poder dentro da CUT, as facções de oposição tratam de apoderar-se das bandeiras "do passado",

---

[5] "Os objetivos ideológicos desempenham... um papel importante na fase de formação mas também depois que a organização se consolidou", escreve A. Panebianco, *op. cit.,* p. 305.

tentando apresentar-se como portadoras das tradições legitimadoras contra os “desvios” ou mesmo “traições” da facção majoritária.[6] Por isso, mais provavelmente, o modo de lidar com a herança ideológica do sindicalismo de luta de classes, que tem, como meta o socialismo, deverá constituir um problema a perturbar a reorientação da estratégia cutista neste final de século, reorientação que pode se tornar necessária no enfrentamento com outros concorrentes no campo sindical.

Obviamente, esse tipo de problema não perturba a Força Sindical, que não tem de se livrar dos “fantasmas do passado”, porque já nasceu identificada com uma década em que o “moderno” é o mercado e não o Estado, e porque jamais professou ideologia socialista. Apesar disso, a Força Sindical começou caminhando contra a corrente ainda predominante no meio sindical, onde as lideranças dos sindicatos mais poderosos, notadamente do setor público, rejeitam as concepções de tipo liberal, a economia de mercado e defendem soluções de tipo socialdemocrata ou socialista. O fim da União Soviética e das Democracias Populares do Leste europeu, embora tivesse abalado a ortodoxia marxista e socialista, não significou o desaparecimento das orientações socialistas e nacionalistas entre as facções mais militantes do sindicalismo brasileiro, representadas principalmente pelos grupos de oposição à tendência Articulação, majoritária na CUT. Mas a crise da esquerda, embora aumente a legitimidade da Força Sindical, não lhe garante necessariamente um futuro radioso.

A considerar apenas o aspecto ideológico, as possibilidades de avanço da CUT deveriam reduzir-se. Mas o êxito de um movimento sindical não depende unicamente de sua retórica e de seu programa formal. Em larga medida, o futuro da Força Sindical e da CUT dependerá das estratégias que suas lideranças adotarem hoje. O modelo de sindicalismo de participação e cooperação com outras forças políticas, preconizado pela Força Sindical, parece mais adaptado às condições atuais da tecnologia e da organização

[6] Todas as vezes que a facção majoritária tenta mudar a orientação da entidade em direção de maior participação e diálogo, especialmente com o governo, as facções de oposição aproveitam a oportunidade para se fazer portadoras das tradições das épocas heroicas, denunciando a “traição” da maioria. As críticas podem ir até mesmo ao pedido de destituição do presidente da central.

empresarial e da ampliação dos espaços de atuação democrática, do que o modelo de confrontação, de “negociação adversária”, defendido pela CUT.[7]

Certamente, como já sugerimos, certas lideranças cutistas têm consciência de que as táticas adequadas ao cenário passado não o são para o presente. Essa percepção da mudança do cenário aparece topicamente em numerosas atitudes da alta liderança cutista. Um retrospecto das posições anteriores da tendência dominante na CUT indica uma clara linha que, para utilizarmos os termos convencionais (e a nosso ver insuficientes para a análise das tendências políticas contemporâneas), caminha da esquerda para a direita ou, se quisermos, do “radicalismo juvenil” para a atuação “mais madura” que acompanha a consolidação e institucionalização da central.

Desse ângulo, a CUT pode – se a cultura de gueto que ainda vigora em certas tendências de oposição não constituir obstáculo intransponível – invadir o próprio espaço da Força Sindical, diminuindo o lado contestatório e adversativo de suas orientações anteriores e ampliando o lado participativo e “construtivo”.

Aqui, o papel da liderança é importante, e cumpriria destacar alguns aspectos que diferenciaram, desde as suas origens, a Força Sindical das outras centrais. A Força Sindical tem apenas um líder máximo e indiscutido, que é também o principal dirigente do maior sindicato dessa central e do país, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de São Paulo (STIMMMESP), popularmente conhecido como Sindicato dos Metalúrgicos.[8] Apesar de suas inegáveis qualidades

[7] O leitor brasileiro encontrará uma síntese das mudanças em curso nas relações entre as empresas e os empregados em José Pastore, “Relações de Trabalho em Economias Competitivas”, comunicação apresentada no Fórum Nacional “O Sindicalismo Brasileiro na Nova Conjuntura”, São Paulo, 23 de junho de 1992 *in:* João Paulo dos Reis Venoso e Leôncio Martins Rodrigues (orgs.), *O Futuro do Sindicalismo*, São Paulo, Nobel, 1992.

[8] O Sindicato dos Metalúrgicos, em fins da década de 80, tinha em sua base aproximadamente 320 mil trabalhadores, distribuídos em quase 10 mil empresas. Esses dados são do próprio sindicato. Os dados da RAIS (de 1988), que compreendem apenas as empresas registradas que fornecem informações, indicam que 83,6% daquelas empresas tinham até 50 empregados; 14,9% delas tinham entre 50 e 400 trabalhadores e somente 1,5 das empresas tinham mais de 500 operários. Isso dá uma ideia da enorme dispersão da categoria pela cidade de São Paulo. Em razão da contribuição sindical, da contribuição assistencial e das mensalidades, o sindicato dispõe de muitos recursos, empregando, naquela época, cerca de 700 pessoas, possuindo cinco subsedes, ambulatório médico, colônia de férias, uma frota de automóveis, etc. Segundo Medeiros, “para um grupo político é preferível ter o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo do

pessoais de liderança, Medeiros dificilmente seria presidente da Força Sindical se não tivesse atrás de si esse poderoso sindicato. Ocorre que apenas circunstâncias excepcionais podem levar um dirigente de um sindicato de importância secundária a ocupar a presidência de uma central sindical concorrendo com lideranças que têm o apoio de sindicatos mais importantes.[9]

Outra instituição de importância na base da Força Sindical é a Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Estado de São Paulo. Dirigida por Melquíades de Araújo, vice-presidente da central, representa 28 sindicatos do setor nas negociações com a FIESP. Contudo, os sindicatos desse setor têm na sua base trabalhadores de indústrias pequenas e médias espalhadas por todo o Estado e sem poder de fogo para enfrentamentos mais duros com o patronato. Tende, portanto, a fechar acordos com o patronato, representado pela FIESP, sem tentar recorrer à greve. Não por acaso, Araújo jamais conseguiu projeção nacional como líder operário e sua

que uma prefeitura qualquer do Nordeste" (entrevista à revista *Senhor*, 30.6.87). Embora dispondo de imensos recursos financeiros, a dispersão dos trabalhadores em pequenas empresas, espalhadas pela vasta área do município de São Paulo, torna mais difícil a formação de piquetes e a paralisação do trabalho nas greves de categoria, rebaixando o poder de fogo do sindicato. Por outro lado, a massa de trabalhadores distribuída por pequenas e médias empresas, que não fornecem assistência médica e hospitalar aos empregados, recorre aos serviços do sindicato. Segundo os opositores de esquerda a Luiz Antônio de Medeiros, esse fato favorece o clientelismo, tendendo os metalúrgicos das pequenas e médias empresas que utilizam os serviços assistenciais do sindicato (assim como os aposentados) a votar, quando das disputas eleitorais, nas chapas da diretoria em exercício. Para a história recente do Sindicato dos Metalúrgicos, ver Adalberto Moreira Cardoso: *A Negação Contestada: Pragmatismo Sindical e Democratização, op. cit.*

[9] Esse é o caso do atual presidente da CGT, Francisco Canindé Pegado do Nascimento, mais conhecido como Canindé Pegado. Canindé Pegado era presidente de um sindicato de menor importância no universo do sindicalismo brasileiro, o Sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Norte. Seu nome não consta da primeira Executiva Nacional eleita no I Congresso da CGT, em 1986. No II Congresso da CGT (sob o nome de "Confederação" e não de "Central"), em 1989, foi eleito para a Executiva Nacional, ocupando a função de encarregado de "Assuntos Parlamentares". Nesse congresso, caracterizado por fortes conflitos, Magri foi eleito presidente, denotando os comunistas. Posteriormente, em março de 1990, quando Magri foi indicado para ministro do Trabalho do governo Collor, Pegado assumiu a presidência. Em 1992, no III Congresso da CGT, consolidou sua liderança elegendo-se presidente numa executiva em que constam presidentes de várias confederações da rede oficial. Trata-se de uma carreira atípica, que se fundou mais em habilidades pessoais de liderança do que no apoio de um grande sindicato ou de um grupo político. Apesar disso, deve-se notar que sua ascensão à presidência ocorreu em substituição a Magri, sendo possível que os presidentes das confederações da rede sindical oficial não tivessem tanto empenho na presidência da CGT, fato que teria facilitado a ascensão de Pegado.

força no interior da Força Sindical deriva, basicamente, do enorme montante de recursos de que dispõe a Federação da Alimentação.

Ao contrário da liderança de Lula, em fins dos anos 70, que assumiu certos traços carismáticos, a de Medeiros assemelha-se mais à do *boss* sindical norte-americano, chefe político e organizador hábil no controle da máquina sindical e pragmático nas negociações com o patronato e com as autoridades.[10] Essas características da liderança de Medeiros parecem bem adequadas para uma central como a Força Sindical, nascida no pós-socialismo, com um possível avançar prognóstico sobre o futuro da Força Sindical e sobre a distribuição relativa de poder entre as diferentes centrais. Nossa hipótese mais geral é de que existe efetivamente um espaço sindical para uma central com o programa e as propostas da Força Sindical. Esse espaço seria composto, em primeiro lugar, por diretores e dirigentes sindicais de origem operária politicamente moderados, quer dizer, por sindicalistas que, por razões ideológicas e sociais, não se sentem à vontade na CUT, onde é grande o peso de lideranças mais intelectualizadas, ideologizadas e de

[10] É interessante observar que esse líder indiscutido da Força Sindical, na melhor das hipóteses, no Brasil, teve apenas uma curta experiência de trabalho como metalúrgico entre outubro de 1978 e fevereiro de 1981, em duas pequenas empresas. Militante do PCB, esteve exilado no Chile e viveu na URSS entre 1974 e 1976, onde passou por uma escola de quadros do PC soviético e trabalhou, segundo consta, como metalúrgico numa fábrica de Leningrado, atual São Petersburgo. Voltando ao Brasil, em 1976, em razão de um acordo do PCB com o grupo que controlava a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, entrou para a chapa de Joaquinzão, então presidente. Com a vitória dessa chapa nas eleições de 1981, Medeiros foi para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos, no posto de primeiro-secretário. Para poder concorrer à eleição, graças à intermediação de Joaquinzão, conseguiu um registro de empregado da companhia Gradiente. Mas não chegou a trabalhar nessa empresa em razão de ter sido eleito para a direção do sindicato. (Informação publicada pela revista *Veja* (25.3.92). Em 1984, foi reeleito para a diretoria, desta vez ocupando o posto de vice-presidente. Em agosto de 1987, foi eleito presidente. Trata-se, assim de um militante político que se transformou em sindicalista, e não de um sindicalista que se transformou em político, fato bem mais comum. Talvez em razão dessa formação na esquerda, o nível de informação de Medeiros é bastante superior à da maior parte dos dirigentes sindicais brasileiros. Sua gestão no Sindicato dos Metalúrgicos caracterizou-se por grande dinamismo e capacidade de organização. Em um ano, o número de associados cresceu de 60 mil para 80 mil, mais do que havia crescido nos últimos dez anos da gestão de Joaquinzão. Medeiros especializou-se na realização de greves rápidas, por estabelecimento, dando ênfase às reivindicações econômicas. Para maiores informações sobre o estilo de atuação de Medeiros, que mudou o relacionamento com a base do sindicato e as modalidades de organização dos metalúrgicos de São Paulo, cf. Adalberto Moreira Cardoso, *A Negação Contestada: Pragmatismo Sindical e Democratização, op. cit.*

esquerda.[11] Em segundo lugar, esse espaço seria formado por diretores de sindicatos de fraco poder de barganha que, mesmo que quisessem, não teriam condições de pôr em prática um sindicalismo de confronto.[12]

[11] A presença das lideranças dos segmentos mais instruídos das classes médias na CUT se deve, em larga medida, à forte participação das associações e sindicatos do setor público, professores e profissionais liberais, notadamente. O fato é particularmente observável no grande número de teses sobre a política mundial e nacional, o papel da classe trabalhadora no processo político, os destinos do capitalismo e o futuro do socialismo, apresentadas nos congressos cutistas. No III CONCUT, por exemplo, foram apresentadas 17 teses, a maioria delas bastante extensas, abrangendo, no total, 74 páginas de formato tabloide. No IV CONCUT, 16 teses foram inscritas, num total de 130 páginas. Isso ocorre não apenas nos congressos nacionais da CUT, mas também em congressos de categorias profissionais importantes e mais escolarizadas. Por exemplo, no III Congresso Nacional organizado pelo Departamento Nacional dos Bancários da CUT, realizado em São Paulo em março de 1992, nove teses foram levadas à discussão, algumas mais específicas, como a tese "Avançar a organização no local de trabalho, consolidar a organização dos bancários", apresentada pela "Articulação Sindical Bancária", outras bastante gerais, como a tese "O capitalismo não é o fim da História. O socialismo vive", da Convergência Socialista. Cf. *Terceiro Congresso do Departamento Nacional dos Bancários da CUT.* Sindicato dos Bancários, 1992.

[12] As razões pelas quais muitos dos sindicalistas que estão atualmente na Força Sindical não preferiram ou não permaneceram na CGT são menos claras. Na visão da Força Sindical, a CGT seria mais burocrática e acomodada, enquanto a CUT seria muito radical. A Força Sindical seria o justo meio-termo, de combatividade sem radicalismo. Numa certa medida, assim é efetivamente. A CGT depois da saída dos dois partidos comunistas e do MR-8 ficou marcada pela personalidade de Magri, muito ligado à AFL-CIO e desprestigiado por sua passagem pelo governo Collor como ministro do Trabalho e sobre quem corre processo no STF por corrupção passiva. A nova liderança dessa central deixou de lado a ideia de um sindicalismo de resultados, anteriormente defendido tanto por Magri como por Medeiros. Mas a verdade é que, depois de tantas peripécias e com a forte presença das confederações e federações da estrutura sindical oficial, a CGT não só é bastante descaracterizada ideologicamente como tem pouca capacidade de pressão e de mobilização, podendo, quanto muito, ter uma atuação em forma de *lobby* junto ao Congresso e ao Executivo. Para poder desempenhar um papel mais efetivo no meio sindical e poder ameaçar com paralisações de trabalho, a CGT necessitaria contar com alguns sindicatos com poder de fogo que no momento não tem, dado que as federações e confederações, no sistema brasileiro, não têm o controle dos sindicatos e são órgãos de atuação de cúpula. Esses organismos da estrutura sindical oficial só seriam importantes se tivessem o apoio dos sindicatos de sua base. Na medida em que isso não acontece, transformam-se em meras entidades burocráticas, com funções legais de representação. Às vezes, no caso das federações, têm algum papel assessorando os pequenos sindicatos nas negociações com as entidades patronais e nos dissídios que correm na Justiça do Trabalho. A Força Sindical, embora possua um número menor de confederações e federações do que a CGT, vem mostrando maior dinamismo e capacidade de iniciativa, de apresentação de propostas e de ocupação dos espaços nos meios de comunicação de massa.

Mas o fato de acreditarmos existir um espaço ideológico em condições de ser ocupado por uma central com o programa da Força Sindical não significa necessariamente considerar que ele será ocupado por essa central tal como existe hoje. Formada num momento de declínio mundial da instituição sindical,[13] a Força Sindical, já salientamos, nasceu bem mais fraca do que as anteriores centrais sindicais. Como mostraram os dados da pesquisa, em termos de setores de atividade econômica e das categorias que a compõem, a Força Sindical não conseguiu ganhos importantes entre as entidades de funcionários públicos, bancários, empregados das empresas estatais e trabalhadores rurais. Consequentemente, a influência da Força Sindical é mínima entre os sindicatos e associações de classe média, que, nestes últimos anos, constituíram um dos campos em que o sindicalismo mais se desenvolveu no Brasil e em outros países.

Com relação ao setor público, parece difícil que a Força Sindical, com o tipo de programa que defende, consiga desalojar a CUT. A mesma observação pode ser estendida aos trabalhadores rurais das localidades em que os conflitos são mais agudos, envolvendo a luta pela posse da terra. Nelas, a Igreja "progressista", o PT e os partidos de esquerda estão bem implantados, e no momento não há sinais de que a Força Sindical conseguirá progredir nessas áreas marcadas por conflitos violentos. Contudo, entre os sindicatos de assalariados rurais, onde as reivindicações e as formas de atuação tenham feições mais propriamente sindicais, não parece excluída a possibilidade de alguns avanços futuros da Força Sindical. No momento, a base de sustentação da Força Sindical está nos sindicatos de trabalhadores industriais e do setor de serviços urbanos do setor privado. A eventual perda do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo provavelmente ocasionaria o fim da Força Sindical. Por essa razão, entre outras, Medeiros e a Força Sindical investem pesadamente no fortalecimento de suas posições nesse sindicato.

[13] Neste trabalho, não caberia uma análise sobre a situação atual do sindicalismo em outros países, especialmente nos países desenvolvidos. O leitor interessado encontrará um resumo e uma bibliografia sumária sobre o assunto em Leôncio Martins Rodrigues, "A Crise do Sindicalismo no Primeiro Mundo", *Folha de S. Paulo,* secção "Tendências/Debates", 22.3.92, e "A Sindicalização da Classe Média", *Idem,* 24.5.92, e "As Transformações da Sociedade Contemporânea e o Futuro do Sindicalismo", *in:* João Paulo dos Reis Venoso e Leôncio Martins Rodrigues (orgs.), *op. cit.*

Do ponto de vista geográfico, a Força Sindical está concentrada em alguns poucos Estados. Lembremos que 47% dos delegados e 52% dos membros da Direção Nacional são de entidades paulistas. Entre os delegados, 78% são de sindicatos de cinco Estados: São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. A influência da Força Sindical no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e nos Estados do Nordeste é muito pequena. Para crescer e se transformar numa organização efetivamente nacional, deve não só incorporar a massa de sindicatos independentes, mas também capturar sindicatos ligados à CGT e à CUT, notadamente no Rio Grande do Sul e no Nordeste.

Para complicar a avaliação das possibilidades de expansão da Força Sindical e das outras centrais, cumpre ter em conta que seus movimentos são dados não apenas por suas forças internas (objetivos, valores, lideranças, bases de apoio, etc.), mas também pela ação dos adversários: o governo, o patronato e os competidores no campo trabalhista. Desse ângulo, consideramos que todas as centrais – especialmente a Força Sindical e a CUT, cujas lideranças desenvolvem maiores esforços para ocupar um espaço na política brasileira – estarão orientadas para o fortalecimento de sua organização. Tenderão, pois, a se adaptar às mudanças que ocorrerem em suas bases, quer dizer, no mercado sindical. Devem buscar, para tanto, as formas de atuação que fortaleçam as lideranças e maximizem as vantagens do ponto de vista dos interesses da organização, o que necessariamente implica encontrar formas de adaptação ao ambiente em que atuam.

Se as classes assalariadas e os sindicatos fossem mais homogêneos e as táticas a serem utilizadas fossem de tal maneira claras e inequívocas que se impusessem a todos, provavelmente as pressões em direção à unificação do sindicalismo brasileiro seriam muito mais fortes. Mas as demandas e expectativas das classes trabalhadoras não são homogêneas, porque elas mesmas são constituídas por variados segmentos e camadas. As mesmas observações poderiam ser estendidas para os sindicatos, onde reina uma forte desigualdade: há sindicatos muito poderosos ao lado de outros muito fracos. Alguns estão localizados em áreas econômicas importantes e dispõem de uma base profissional que favorece a utilização de táticas agressivas, como as paralisações do trabalho. Outros representam categorias dispersas em pequenas unidades de produção, fato que não possibilita às lideranças meios de pressão mais efetivos sobre o patronato.

Assim, as heterogeneidades internas das classes assalariadas e dos variados sindicatos, quer nos parecer, abrem espaço para a existência de variadas propostas sindicais alicerçadas em premissas doutrinárias, em táticas e estratégias, em reivindicações e demandas diferenciadas. Por isso tendemos a acreditar que, na hipótese de que não sobrevenham acontecimentos capazes de introduzir novos elementos que alterem radicalmente as linhas de desenvolvimento atual (como, por exemplo, as alterações profundas no modelo sindical corporativo que elimine o monopólio da representação e as fontes de rendas dos sindicatos, federações e confederações, a eventual eleição de Medeiros para um cargo político, uma cisão na CUT, a conquista do Executivo federal por parte do PT, etc.), parece difícil, neste final de século, uma alteração importante na relação de forças entre as centrais, o que vale dizer, é possível esperar a sobrevivência da Força Sindical sem acreditar num recuo significativo da CUT ou mesmo da CGT.